



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Maria da Conceição do Nascimento Gomes

**Formação de comunidades leitoras na Baixada Fluminense : O PMLL
e as bibliotecas comunitárias**

Rio de Janeiro

2012

Maria da Conceição do Nascimento Gomes

Formação de comunidades leitoras na Baixada Fluminense : O PMLL e as bibliotecas comunitárias



Dissertação apresentada à
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Políticas Públicas e Formação
Humana

Orientador: Prof^o. Dr. Luiz Antônio Saléh Amado

Rio de Janeiro
2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes, Maria da Conceição do Nascimento.
Formação de comunidades leitoras na Baixada Fluminense : O PMLL e as bibliotecas comunitárias / Maria da Conceição do Nascimento Gomes. – 2012. 127 f.

Orientadora: Luiz Antônio Saléh Amado.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Livros e leitura – Baixada Fluminense (RJ) – Aspectos sociológicos – Teses. 2. Incentivo à leitura – Baixada Fluminense (RJ) – Teses. 3. Interesses na leitura – Baixada Fluminense (RJ) – Teses. I. Amado, Luiz Antônio Saléh. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

es

CDU 028.6(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Maria da Conceição do Nascimento Gomes

Formação de comunidades leitoras na Baixada Fluminense : O PMLL e as bibliotecas comunitárias

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profº Dr. Luiz Antônio Saléh Amado (Orientador)
Faculdade de Educação UERJ

Profª. Dra. Eloíza Gomes
Faculdade de Educação UERJ

Profª. Dra. Elisa Campos Machado
Centro de Ciências Humanas e Sociais UNIRIO

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

À minha família sempre presente: meus pais, meus filhos e a André Rossi de Oliveira.

Ao meu orientador Luiz Antônio Saléh pela confiança depositada.

À professora Estela Scheinvar pela grandioso contato humano.

Aos colegas da FEBF sempre me deixando mais alegre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana e ao corpo docente pela grande experiência vivida.

A FAPERJ pela oportunidade concedida.

Aos atores sociais dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias pelo belo exemplo de força e dedicação em defesa do livro, da leitura e da biblioteca.

À Rony Pereira Leal pela tenra lembrança do Povo Griot e pela companhia forçada.

Aos colegas Lindinalvo Natividade e Chico de Paula pelas trocas sempre necessárias de afeto e incentivo.

Bom dia para todos, o sofredor,
Também para quem sofre, pra quem quer ser doutor.
De Raiz a Central o trem reuni geral!
Vai juntando o pessoal.
Faz um clima na moral.
De Caxias pra lá e a maior atenção.
Quem gosta do trabalho tem que olhar a estação...
Nessas coisas de trem você sabe como é
O cara não tem sorte e com certeza vai em pé...
Na hora o tempo é curto. Quando o alarme dispara
Se não vai levar uma encravada, atrasado diante da mesa do patrão
Tendo que escutar quieto a droga do sermão
Patrão não quer saber o motivo do atraso
Não esta nem ai se o trem já vem lotado....
Peões, empregados, office-boys
Diaristas, domésticas, pedreiros
Estilos de vida de quem trabalha o mês inteiro
Sempre trabalhando para nunca passar o aperto
No alto relevo do trem aos trinta dias passo a vida
Bater cartão com patrão marcando em cima
Fazer o que? É a nossa vida.

Bruno Max (poeta, 17 anos)

RESUMO

GOMES, Maria da Conceição do Nascimento. **Formação de comunidades leitoras na Baixada Fluminense : O PMLL e as bibliotecas comunitárias**. 2012. 127. f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Esta pesquisa pretende analisar a formação de leitores em dois municípios da Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu e Duque de Caxias, tendo por base a observação da construção do Plano Municipal do Livro e Leitura em andamento nestas cidades. A partir da valorização da observação dos processos e das práticas prevaleceu a observação participante nos momentos de construção dos encontros protagonizados pelos movimentos de leitura das cidades em estudo. O ponto de vista escolhido para analisar a questão do livro, leitura e biblioteca na Baixada Fluminense foi recolocar a leitura como ação individual e coletiva conjugada com as considerações sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura e seus desdobramentos no campo da educação e da cultura, enfatizando a esfera municipal e o papel singular das bibliotecas comunitárias como exercício de participação e criação de novas possibilidades de integração comunitária. Observa-se nas narrativas das práticas e dos processos relacionados ao funcionamento das bibliotecas comunitárias que estas atuam como dispositivos cujo papel produz resistências e formas singulares na formação de leitores.

Palavras-chave: Formação de Leitores; Plano Municipal do Livro e Leitura; Subjetividades.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Mapa da Baixada Fluminense.....	70
Figura 1 -	Oficina de Contação de Histórias "Contar com o Coração"	77
Figura 2 -	Oficina para os mediadores	78
Figura 3 -	Formação Instituto C&A.....	78
Figura 4 e 5 -	Parada do Livro” em Nova Iguaçu.....	79
Figura 6 e 7 -	Anúncios do 7º e 10º Encontros do PMLL.....	80
Figura8 -	GT Iguaçulendo.....	81
Figura9 -	Simpósio PMLL em Nova Iguaçu.....	83
Figura10 -	1ª Conferência PMLL Nova Iguaçu.....	83
Figura11 -	Loja alugada para abrigar os primeiros livros.....	83
Figura12 -	Antigo prédio da BCST.....	88
Figura 13 -	Moradores atraídos por candidato a vereador.....	89
Figura14 e 15 -	Teste com atores negros.....	91
Figura16 -	Exposição nas escolas.....	92
Figura17 -	Dia Nacional da leitura.....	93
Figura18 -	Cartaz do Dia da Baixada.....	93
Figura 19 -	Convocatória Agente de leitura.....	95
Figura 20 -	Adiamento de Inauguração.....	95
Figura 21 -	Nova Sede da BCST.....	96
Figura 22 -	1º Encontro PMLL Duque de Caxias.....	98
Figura23 e 24 -	2ºEncontro PMLL Duque de Caxias.....	100
Figura25 -	3º Encontro PMLL Duque de Caxias.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELIVROS	Associação Brasileira de Editores de Livros
ALB	Associação de leitura do Brasil
BCST	Biblioteca Comunitária Solano Trindade
BN	Biblioteca Nacional
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CERLALC	Centro regional de Fomento do Livro na América Latina e Caribe
COLE	Congresso de Leitura
CSLLL	Câmara Setorial do Livro, Literatura e leitura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAF	Índice de Analfabetismo Funciona
INL	Instituto Nacional do Livro
IPL	Instituto Pró-Livro
MBL	Movimento Baixada Literária
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEI	Organização dos Estados Ibero Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PMLL	Plano Municipal do Livro e Leitura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEPE	Sindicato estadual dos Profissionais da Educação
SIDOF	Sistema Integrado de Documentação Oficial
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	LEITURA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO: REFLEXOS DE WALTER BENJAMIN.....	17
1.1	Infância e Linguagem.....	23
1.2	Leitura e produção de Sentidos.....	27
2	O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA.....	31
2.1	Cultura como campo de forças.....	31
2.2	Antecedentes: o livro e a leitura como questão de Estado.....	39
2.3	A Institucionalização do Plano Nacional do Livro e Leitura- <i>O marco legal e suas partes constitutivas</i>.....	45
2.4	A Escola e Formação de Leitores.....	55
3	LIVRO E LEITURA NOS MUNICÍPIOS – AGENCIAMENTOS POSSÍVEIS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DO LIVRO E LEITURA.....	60
3.1	Cidade e Leitura para a cidadania.....	60
3.2	Em busca da criação dos Planos Municipais do Livro e Leitura na Baixada Fluminense: o papel formador das bibliotecas.....	66
4	A PESQUISA.....	74
4.1	Nova Iguaçu e o Movimento Baixada.....	74
4.1.1	<u>O Pólo Baixada Literária.....</u>	74
4.1.2	<u>A formação dos formadores que formam leitores.....</u>	77
4.1.3	<u>O Movimento Baixada Literária e a divulgação cultural da leitura.....</u>	79
4.1.4	<u>A trajetória do PMLL em Nova Iguaçu.....</u>	81
4.2	Duque de Caxias e a Biblioteca Comunitária Solano Trindade.....	85
4.2.1	<u>Pré-Vestibular Negros e Carentes e Biblioteca Comunitária, duas histórias, um nome: Solano Trindade.....</u>	85
4.2.2	<u>Por que Solano Trindade?.....</u>	86
4.2.3	<u>O Cangulo não foi mais o mesmo após a existência da Solano</u>	87

	<u>Trindade.....</u>	
4.2.4	<u>Dois momentos de Mudança: O Programa Agentes de Leitura e o Convênio com a FUNDEC.....</u>	95
4.2.5	<u>A construção do PMLL em Duque de Caxias.....</u>	97
4.2.5.1	O Primeiro Encontro do PMLL.....	97
4.2.5.2	O Segundo Encontro do PMLL.....	100
4.2.5.3	O Terceiro encontro do PMLL.....	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
5.1	Nova Iguaçu.....	106
5.2	Duque de Caxias.....	107
	REFERÊNCIAS.....	111
	APENDICE - Primeiro grupo de entrevistas realizadas na primeira visita ao CECOM.....	116
	ANEXO A - Decreto nº. 9.139, de 06 de setembro de 2011.....	117
	ANEXO B - Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007.....	119
	ANEXO C – Entrevista Professora Elisa Machado.....	122
	ANEXO D - Gutemberg Cardoso fala do PMLL de Duque de Caxias...	123
	ANEXO E - Plano Municipal do Livro e Leitura em Duque de Caxias...	125

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a *formação de leitores na Baixada Fluminense* é um ato investigativo repleto de memórias, passagens e, também, de esquecimentos. O interesse sobre leitura se relaciona com minha própria subjetividade. Ler sempre foi muito além de um diálogo comigo mesma. É um modo de estar no mundo com outros se modificando o tempo todo. A leitura literária estimula ir além do que sabemos, uma vez que, vai continuamente nos formando, deixando rastros. Por meio da leitura aprendi a não reduzir tudo à minha medida, aprendi a escutar; talvez esta seja a minha maior conquista. Quando escuto, sou desafiada a ouvir o que gosto e o que não gosto, o que sei e o que não sei, o que preciso e o que não preciso (LARROSA, 2002).

Investigar a formação de comunidades leitores nas cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu situadas na Baixada Fluminense envolve o desejo de trazer algo novo para o espaço tensionado entre a tradição política construída sobre a violência, responsável pelo ambiente rude e incompleto, e as formas precárias de acesso aos bens culturais ainda existentes no país. O presente estudo pretende reunir os dados relevantes sobre o processo de conquista da implementação do Planos Municipais do Livro e da Leitura nestas cidades e desse modo alcançar um conhecimento mais amplo destes acontecimentos que são, não apenas na Baixada Fluminense, mas também no Brasil, embrionárias. O foco da observação são as experiências das Bibliotecas Comunitárias tratadas como dispositivos de resistência enquanto alternativa para a formação do público leitor. Compreender novas possibilidades de intervenção neste campo pode produzir olhares menos preconceituosos e mais colaborativos. Foi esta a impressão que tive ao me associar juntamente com outros leitores às atividades promovidas pelas bibliotecas comunitárias de Duque de Caxias, em especial a Biblioteca Comunitária Solano Trindade situada no Bairro Cangulo e das bibliotecas integradas ao Movimento Baixada Literária em Nova Iguaçu.

Discursos diversos permeiam a questão da leitura. O leitor qualificado pela sua leitura, marcado pela centralidade da consciência, como conhecemos até os dias de hoje foi uma construção do mundo moderno. Este leitor, dono de si, pronto para conhecer o que os livros tinham para oferecer e depois aplicar os seus conhecimentos em alguma questão ou causa e, até mesmo, para se exhibir dotado de grande saber, nas esferas públicas foi, de fato, importante para compor idéias sobre o próprio sujeito. Aqui, sujeito é compreendido mais pela posição que ocupa no mundo do que um ser composto

de totalidade, indivisível e dotado de natureza. Há ainda, outras possibilidades existenciais e políticas para aventar que novos leitores possam ser formados por movimentos que se recusam a enquadrá-lo na perspectiva de leitor “ideal”, forjado numa perspectiva estética dominada pelo simples acúmulo de saber e orientada pela idéia de um certo hedonismo burguês que se manifesta na maioria nos círculos literários.

Antônio Cândido no pródigo ensaio “O Portador”, escrito em 1946, ainda o assinava como Antônio Cândido de Mello e Souza. À época com vinte e oito anos, o jovem crítico trouxe para o leitor uma expressão de Nietzsche”...o homem é um ente que deve ser ultrapassado” e assim, completou explicando se tratar de ultrapassar incessantemente o ser de conjuntura que somos num dado momento, a fim de alcançar estados mais completos de humanização. Este ser de conjuntura é o que somos no cotidiano repetido, da eterna repetição produzida pela necessidade do capital de quem nos fala Walter Benjamin. Nesse sentido, talvez, indicando os rumos de uma alternativa possamos dizer que a leitura provoca a expansão mais completa da energia da qual somos portadores. O encontro entre leituras e leitores pode mobilizar práticas de recusa e aceitação, porém sempre estimulando deslocamentos individuais e coletivos.

A perspectiva em questão posiciona o pesquisador à ideia na qual o sujeito do conhecimento se produz em meio às práticas sócio-históricas e este responde com uma assertativa, isto é, narrar os processos e as práticas da formação de leitores tendo como central a construção dos Planos Municipais do Livro e da Leitura é afirmar o conhecimento como produção e o sujeito inscrito nesse processo se manifestam em condições determinadas, tornando inadequado qualquer referência acerca da possibilidade de neutralidade esperada e consagrada nas práticas de pesquisa. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso intrínseco, pois procura perceber as singularidades: expondo dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo estimular ações posteriores para a continuidade de novos processos vindouros. A escolha desta estratégia metodológica se deve ao fato de melhor expressar o movimento de formação de leitores em espaços periféricos particulares nestes dois municípios da Baixada Fluminense. Através do levantamento de indicadores, da aproximação dos protagonistas (coordenadores, moradores, leitores) buscou-se não generalizar conclusões, resultados, mas sim, conhecer os caminhos, as dificuldades e as conquistas das experiências analisadas, escolhidas e pesquisadas. A narrativa descrita nesta dissertação assume que nas descrições e análises estão incluídos os desejos, os

interesses e as escolhas de quem a narrou. Os referenciais teórico-metodológicos do modelo tradicional da pesquisa científica estão em suspensão devido a complexidade dos modos de existência e de organização social, sobretudo porque para se deter sobre o presente em construção são necessários instrumentos de navegação criados também nos contextos que vão se apresentando no processo de investigação.

Quanto ao objetivo geral a pesquisa busca verificar como são construídas as políticas públicas para a formação de leitores instituídas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) nos Municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Os objetivos específicos estão divididos em dois momentos:

- ✓ Descrever as principais estratégias utilizadas pelos protagonistas do movimento de formação de leitores nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu no processo de elaboração e implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura;
- ✓ Demonstrar quais as implicações e os efeitos do Plano Municipal do Livro e Leitura no fortalecimento das políticas públicas locais para as bibliotecas comunitárias.

Esta pesquisa se desenhou como um diário de bordo cuja valorização da observação dos processos e das práticas prevaleceram. O olhar não foi descuidado, porém, se deter na polifonia discursiva foi um imperativo para elaborar uma análise cujo sentido fosse além da visão ilusória do falante, que é pensado “sempre o único” como “fonte única” dos sentidos de seu discurso. Neste sentido, coube a tentativa de aproximar-se ao máximo da legitimidade das vozes, mesmo sabendo que o falante está mergulhado em uma situação de representação. Ocorreram visitas periódicas à Biblioteca Solano Trindade e foram observados os três encontros do PMLL de Duque de Caxias. Em Nova Iguaçu visitou-se o Bairro Nova Brasília onde está situado o CECOM (Centro Comunitário) agregador do Pólo Baixada Literária, assim como a participação em algumas reuniões do Grupo de Trabalho do PMLL. Concebe-se nesta pesquisa o olhar sobre as experiências compartilhadas pelas classes populares na Baixada Fluminense acerca da questão da leitura e da biblioteca comunitária e como se organizam nos processos participativos e de que maneira lançam pontes sobre o abismo quando faltam concretamente condições materiais para o gerenciamento de suas vidas nas questões mais vitais.

Quanto às expectativas do Estado em relação aos pobres é comum as inúmeras situações que indicam a produção histórica e a continuidade do desconhecimento quase geral, das experiências dos pobres como base para as políticas públicas como um todo.

As classes populares são persistentemente observadas como objetos de estudos, propostas e ações que os enquadram em “negativo”, ou seja, os parâmetros de comparações são feitos com as configurações das classes dominantes, tanto dos países capitalistas centrais quanto das elites nacionais. Estas comparações acabam por ativar concepções incompletas e preconceituosas sobre os pobres. Tratando-se da formação de leitores, em específico, fica evidente nos discursos hegemônicos sobre a leitura para as classes populares, a existência de “carência”, “falta” e “ausência” de leitores, mas realça-se também, nos discursos e nas práticas uma impossibilidade quase vocacional para a leitura, em especial, a literária por parte das camadas populares

.A compreensão sobre o fazer das classes populares no Brasil continua a ser feita. Intelectuais como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Milton Santos e José de Souza Martins, cada um a seu modo, orientou olhares mais amplos sobre este segmento social, pois em seus estudos vislumbraram reflexões que traziam as especificidades das relações, as configurações, os valores as formas de pensamento e ação de um grupo social que sempre se manteve em movimento constante de resistência e criação nos espaços a que foram destinados. Cabe, dessa forma, ativarmos ao máximo os exercícios de compreensão para atribuir centralidade aos modos de pensar e agir dos grupos humanos situados nas camadas populares.

Falar de exercícios de compreensão referem-se, também, a compreender os limites e os diferentes âmbitos e situações em que as ações do Estado no campo da Educação e da Cultura se apresentam. Os programas e ações para a leitura no Brasil não tiveram a continuidade necessária para termos hoje um país com maior número de leitores, uma vez que, formar leitores requer planos a médio e longo prazos. A terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹ divulgada em 2011 trouxe importantes

¹ O Instituto Pró-Livro (IPL), criado no final de 2006 pelas entidades do livro – Abrelivros, CBL e SNEL é mantido com recursos constituídos por contribuições dessas entidades e de editoras, com o objetivo de fomento à leitura e à difusão do livro. A 3ª edição da Pesquisa foi promovida pelo IPL e contou com o apoio da Abrelivros, CBL e SNEL. O IPL contratou o IBOPE Inteligência para sua aplicação e preparação dos resultados em 2011. A coordenação da pesquisa coube ao Pró-Livro e comissão formada por representantes das quatro entidades: IPL e Abrelivros, CBL e SNEL. Padrão internacional: A metodologia foi desenvolvida pelo Cerlalc/Unesco, a partir de uma solicitação do Brasil (os dois pilotos foram realizados, entre 2004 e 2006, em Ribeirão Preto (SP) e no Rio Grande do Sul), com a finalidade de ter parâmetros internacionais de comparação entre os países da América Latina. E, de possibilitar construir séries históricas sobre o comportamento leitor. **Metodologia/amostra:** Pesquisa quantitativa de opinião com aplicação de questionário e entrevistas presenciais “face a face” (com duração média de 60

contribuições para o diagnóstico sobre o livro, a leitura e as bibliotecas. Os objetivos da pesquisa foram: medir intensidade, forma, motivação e condições de leitura no Brasil. Quando perguntados sobre *O que a leitura significa para os brasileiros* (resposta espontânea e única) 26% afirmam que significa conhecimento; a leitura tem significado positivo para 3 em cada 4 pessoas. Por outro lado, 01 entre quatro pessoas não faz a menor idéia sobre o papel da leitura. *O motivo para os brasileiros não terem lido no último ano* fica exposto, para quem já é leitor na dificuldade de acesso. Estes apontam a falta de dinheiro 18%, de bibliotecas 15% e de livrarias 8%. Quem já é leitor também justifica a falta de tempo 57%, preferência por outras atividades 33% ou desinteresse 18%. Em se tratando das bibliotecas, foi perguntado *O que os leitores buscam numa biblioteca?* 40% responderam livros, enquanto 58% responderam não ter o costume de ir à biblioteca. Apesar da importância da elaboração, execução e divulgação dos resultados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil são necessárias novas investigações, novas interpretações sobre a formação de leitores no Brasil principalmente quanto a questão local, tendo em vista a importância do tema para as políticas públicas nos dias atuais.

As pesquisas voltadas para a área de políticas públicas locais para as bibliotecas estão crescendo e produzindo trabalhos qualificados na área da biblioteconomia. Produções importantes estão sendo feitas por pesquisadores de todo o Brasil: *Todeska Badke, Oswaldo Francisco Almeida Júnior, Geraldo Prado, Elisa Campos Machado, Geraldo Prado, Maria Christina Almeida, Waldomiro Vergueiro e Arturo Martin Vega* posicionam os estudos em um prisma interdisciplinar, possibilitando a investigadores de outras áreas um olhar mais dinâmico sobre as possibilidades de alcance da transversalização dos saberes sobre as bibliotecas comunitárias e da formação de leitores nas periferias. A Criação do Plano Nacional do Livro e Leitura(PNLL) gerou a criação dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura(PELL e PMLL) que, por sua vez, reforçam as atividades já existentes nos âmbitos municipais de iniciativas pioneiras, por parte das bibliotecas comunitárias para a formação de leitores a partir das práticas culturais.

minutos), realizadas nos domicílios. **Universo da pesquisa:** População brasileira residente, com cinco anos ou mais, alfabetizadas ou não. **Abrangência** (Amostra): 5.012 entrevistas domiciliares em 315 municípios de todos os estados e o Distrito Federal. Intervalo de confiança estimado de 95% (ou seja, se a mesma pesquisa for realizada 100 vezes, em 95 delas terá resultados semelhantes). **Margem de erro:** a margem de erro máxima estimada é de 1,4 para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. (extraído de ww.prolivro.org.br/)

Planejou-se, desse modo, a divisão dos capítulos a fim de expressar a importância do Plano Nacional enfatizando a esfera municipal e o papel singular das bibliotecas comunitárias como exercício de participação e criação de novas possibilidades de integração comunitária tendo a leitura como agente transformador.

O capítulo 1 traz como referencial teórico as contribuições do filósofo Walter Benjamin para quem os estudos sobre a tradição, recolocam a leitura como ação individual e coletiva. Refletindo sobre as apropriações do pensamento de Benjamin no contexto da compreensão da narração como desdobramento da nossa presença do mundo, sempre inacabada. É esta a narrativa que nos interessa nesta pesquisa: a narrativa que deixa marcas, rastros, capaz de fazer frente ao cotidiano cristalizado e fragmentado. Benjamin afirmava em seus escritos existir a possibilidade de singularizar a vida, sem perder a perspectiva do encontro com o todo. A totalidade se revela assim para ele na singularidade, no micro, no cotidiano, sempre ao vivo. Estabelecer uma postura crítica com a tradição é como ele afirmava escovar a realidade na direção contrária para dar voz aos vencidos, portanto ao colocar a infância e a linguagem como temas centrais em sua obra tece importantes considerações sobre história e mostra a possibilidade na qual a educação e a cultura não sejam transmitidas como barbárie.

O capítulo 2 tece considerações sobre o PNLL e seus desdobramentos no campo da educação e da cultura. A abordagem escolhida foi, primeiramente, observar a genealogia do termo cultura e compreende-lo inserido num campo de forças em constante disputas que modelam as subjetividades. A criação de um PNLL também está inserido neste contexto sempre dinâmico e inacabado. As chances de sua implementação como política pública de Estado dependem da participação dos sujeitos sociais. Participação sempre ativa, nunca passiva da Sociedade Civil que está sempre a resistir e a criar maneiras de se fazer lembrada a fim de realizar suas demandas. O livro e a biblioteca, na forma, como os conhecemos hoje, foram criações humanas instituídas, nem sempre com a intenção de difusão cultural para todos. Somente alguns tinham acesso, talvez até porque não era permitido a todos saberem ler. Assim, livro, leitura e biblioteca são dispositivos cuja utilidade serve a tantas quantas forem as intenções dos agentes envolvidos. Mesmo pertencendo a um mesmo campo semântico são coisas diferentes, possuem traços, formas e necessidades diferenciadas. Entretanto, essas diferenciações podem produzir discursos e práticas que dêem mais importância a um sobre o outro. No espaço urbano estes elementos se completam dando sentido a formação de cidadanias ativas.

Nesta direção, o capítulo 3 concebe a centralidade da cidade na contemporaneidade como consequência direta da dinâmica do capitalismo. A criação dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura são consequência da interpretação do local como esfera descentralizada administrativamente e produtora de novos saberes. Foi necessário apropriar-se de conceitos como território e desterritorialização para elencar as transformações tanto no espaço quanto nas subjetividades. Estas novas configurações se relacionam a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, pertencente ao campo simbólico. Surge, neste momento, a valorização do trabalho empreendido pelas bibliotecas comunitárias nos bairros onde se localizam. Elas possuem maneiras de reinvenção de práticas leitoras totalmente envolvidas no contexto de uma determinada comunidade. São também ambientes inseridos em um campo de forças que a definem ora como vivificantes e propulsores de formas de participação criativa, ora como espaços já assimilados por grupos partidários, ong's etc. cujo controle as tornam subordinadas a algum tipo de formalização verticalizada.

Por fim, o capítulo 4 traz a narrativa das práticas e dos processos relacionados ao funcionamento das bibliotecas comunitárias e de todo o envolvimento destes agentes na construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura na Baixada Fluminense. Duas experiências foram observadas: a primeira do Movimento Baixada Literária, responsável pelo início das discussões com a Secretária de Cultura de Nova Iguaçu e da Biblioteca Comunitária Solano Trindade em Duque de Caxias. Este movimento situado em cidades diferentes possuem uma estratégia unificadora de ação, agem de maneira não prescrita em um espaço de ausência dos poderes públicos. São negociadores, mediadores de leitura que criam a realização de espaços públicos emancipadores.

1 LEITURA, EXPERIÊNCIA E EDUCAÇÃO: REFLEXOS DE WALTER BENJAMIN

“Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”

Walter Benjamin

A obra de Walter Benjamin e sua teoria crítica da cultura e da modernidade expõem conceitos instigantes para a reflexão sobre a linguagem, leitura e escrita. Seus escritos atravessam os estudos da história, da política, das concepções presentes nas artes. Ao pensar a cultura de seu tempo, flexibilizou e abalou as divisas que demarcam o conhecimento em áreas com difíceis possibilidades de diálogo.

Aventurou-se por caminhos pouco convencionais em sua época. Benjamin foi crítico literário, colecionador de brinquedos, livros, miniaturas, empreendeu estudos no campo da estética capaz, segundo ele, de uma *politização da estética* apta a enfrentar a *barbárie da estetização da política* produzida pelos regimes totalitários, em especial ao nazismo. Benjamin presenciou a utilização do cinema como forma de manipulação e divulgação através das imagens. Olgária Matos se detém a refletir esta questão retomando as reflexões benjaminianas cujo entendimento é de que o mundo moderno acredita ferozmente no progresso e produz subjetividades modeladas em uma dimensão temporal que perpetua o presente:

As imagens cinematográficas, por sua vez, ganham alto valor de exposição e acabam recriando o valor de culto que é reapropriado pelas massas sob a forma de consumo – o fetichismo da mercadoria. Esta mudança de paradigma estético e sensorial traz novos elementos para a construção da subjetividade (MATOS, 2009,p.70).

Seu modo de escrever, tal como ruínas, ou seja, escrita ensaística, fragmentada, pouco linear, priorizando o objeto, o fragmento e o que era considerado pouco significativo comparado aos grandes temas, significou a opção de escrever filosofia de maneira a unir conteúdo e forma.

Assim, o tema da experiência e da narrativa se configuram para Benjamin (2008) como uma referência cultural enraizada na tradição. Afirma que no mundo moderno a experiência se tornou frágil, medíocre. Na era industrial os gestos repetitivos, automatizados e inseridos em um tempo que se acelera cada vez mais enfraquece a

capacidade de trocar experiências provocando a extinção da arte de narrar. Narrar significa, então, o produto de tudo o que é aprendido. A narrativa é a ponte entre passado e presente, aliás, o tempo é percebido como o tempo pleno de “agoras²”. O passado, o presente e o futuro se cruzam possibilitando escutar as vozes que foram emudecidas. Para Benjamin, essas vozes são as dos vencidos na qual ganharia relevância a memória e o sonho coletivo. A história é um “*a se fazer*”, história é formação em constante fluxo.

A leitura como papel formativo insere-se na compreensão da formação como questionamento dos limites entre o imaginário e o real ou, mais, especificamente, entre o conhecimento e o sujeito que pode ser conhecido. Desta maneira, a leitura conduz o leitor à experiência de deslocamento que possibilita ações que formam, (de) formam e (trans) formam, tal como uma vertigem, um jogo. Isto porque:

[...] A leitura é algo perigoso: o fármaco pode ser o remédio ou veneno; a viagem pode ser útil, mas também pode fazer com que o viajante saia do caminho e se extravie; o jogo pode ser o lugar de um ganho – ou de uma perda - mas também, o sítio onde se pode perder toda a segurança. (LARROSA, 2007, p.50)

Este é o sentido da leitura como formação e a formação com leitura. É algo que tem a ver com a subjetividade do leitor, conforme Larrosa (2007) explica: compõe aquilo que ele sabe e aquilo que ele é. Sendo assim, é possível afastar, nesta perspectiva, as compreensões superficiais de leitura como busca do conhecimento, um modo de evasão do mundo real ou um simples passatempo.

O deslocamento proposto é a revalorização da imaginação que para os Antigos consistia em meio essencial do conhecimento. A ciência moderna ao modificar o significado da imaginação restringiu sua significação a termos sinônimos de irrealidade, ficção, delírio, fantasia, alucinação e sonho. A expressão “*não há compreensão possível*

² Este conceito se relaciona com a idéia do entrecruzamento entre o presente, o passado e o futuro. O tempo não é mais linear, amplia-se a presença das falas coletivas na formação da memória simultaneamente individual e coletiva. Estas narrativas podem ser continuadas e ressignificadas em nós quando somos crianças em qualquer tempo e espaço. Este universo é bem exemplificado pela tradição Griot. Este termo pode ter sido derivado do contato com a língua francesa (império colonizador) *Guiriot*. *Griot* (francês) ou *griô* (português brasileiro) denomina as pessoas que contam histórias, ou seja, são comunicadores, mediadores, cantadores e poetas do povo. Possuindo diversas maneiras de se expressarem, tem em comum a responsabilidade pela biblioteca viva da tradição oral, são os fluxos das oralidades que compõem e narram as lutas e glórias, dos ensinamentos daqueles povos do noroeste da África. A palavra é passada, lançada à frente, restaurada, compondo o repertório memorialístico que cria o real com o auxílio da imaginação.

para o homem sem imaginação”³ advinda do Aristotelismo Medieval previa o papel cognoscitivo da imaginação. Esta era parte integrante daquilo que orienta a experiência, uma vez que, faculta a mediação dos elementos separados binariamente na qual nossa existência está exposta. Desse modo, “ A imaginação era a faculdade mediadora entre o sensível e o inteligível, entre a forma e o intelecto, entre o objetivo e o subjetivo, entre o corporal e o incorporeal, entre o exterior e o interior” (LARROSA, 2007, p.131).

Neste caso é entendido a importância dos afetos como parte integrante do processo de formação do leitor, compondo suas experiências. Benjamin nos aponta” [...] qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? (BENJAMIN, 1994, p.115).

A capacidade produtiva da imaginação põe em ação a realidade em que participamos. A imaginação está relacionada a linguagem que, por sua vez, se relaciona com a realidade mediada pela afecção. O real sendo infinito é, portanto, uma fabricação. No sentido etimológico *facere* derivou *fictio*, daí ficção, compreendida como algo fabricado por meio da ação.

Assim, rompemos arranjos estabelecidos, inventamos e reinventamos formas de viver e sobreviver. Estabelece-se, então, a magnitude do saber vinculado à experiência, entendida esta relação como algo que não é exterior a nós, não é utilidade, nem mercadoria. O conhecimento que não é experiência não nos afeta no mundo de nós mesmos. Estaríamos no mundo como expectadores, vivenciamos o mundo de maneira instantânea.

Durante a modernidade, criaram-se campos de distinção e hierarquias entre realidade e imaginação. Esta foi limitada ao campo subjetivo, do psicológico, associada a termos etéreos, por demais abstratos. A leitura como formação se realiza no enfraquecimento destes campos de distinção e hierarquias e na (re) elaboração de outros espaços de criação. Tomando por influência, em específico, os ensaios filosóficos de Walter Benjamin “Experiência” (1913), “Experiência e pobreza” (1933), “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1935-36) entende-se a centralidade da narrativa como espaço de diálogo e rememoração do sujeito, não mais preso a uma individualidade em si, mas para a coletividade. O autor vai observar a linguagem à

³ Em latim: *nihil potest homo intelligere sine phantasmate*. Aristóteles (384-322 a.C) No Tratado da interpretação, conhecido também pelo título latino *De interpretatione*, o conceito em Aristóteles literalmente as “afecções da alma”) é o intermediário entre as palavras e as coisas, e enquanto entidade mental possibilita o acesso à realidade, possuindo assim conteúdo cognitivo. MARCONDES, Danilo. *Textos básicos em linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009, p.23 .

maneira das transformações que influenciam a cultura pelos processos produtivos do capitalismo na modernidade. A questão central nestes ensaios produzidos por Benjamin na década de 30 se concentra na pergunta acerca do patrimônio cultural que não se vincula mais à experiência transmitida de geração em geração pelas pessoas.

Para Benjamin, a dificuldade dos indivíduos em comporem suas próprias narrativas era consequência do definhamento da experiência do homem moderno. Mas, qual o entendimento sobre experiência? Por que diferenciá-la de vivência? Benjamin, estabelece a diferenciação entre experiência (o que é vivido, pensado, narrado) e vivência (instantâneo, reação a choques, aquilo que passa sem nos afetar). A vivência encontra-se no campo da finitude, a ação se esgota no momento da realização. A experiência, por sua vez, é a ação contada, um ao outro, compartilhada se tornando infinita. Possui caráter histórico, de permanência, coletivo, para além do tempo vivido. A formação de leitores pode se deslocar em direção oposta à dominação, dispondo-se à liberdade do diálogo. Experiência singular e coletiva ao mesmo tempo.

Este problema é também observado, pelo filósofo, em algumas manifestações artísticas que apresentam e questionam a falta de intercâmbio de experiências. Na arquitetura vai comparar a arquitetura de vidro com o lar burguês de veludo. Neste caso, o segundo é marcado por inúmeros vestígios, deixa rastros na solidez dos móveis e nos detalhes dos objetos, enquanto, o primeiro não tem densidade e consistência porque é descartável. A presença da crítica à imposição do novo está assentada nas leituras que Benjamin faz de Karl Marx cuja reflexão está presente no Manifesto Comunista: “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 14).

Emblemático lembrar que a leitura e a escrita também se situam nesta condição. Estas são influenciadas pelos processos produtivos dos períodos históricos nas quais se situam. Na contemporaneidade, faltam contatos com textos e situações que estimulem a leitura que provoque a ação de pensar e sentir criticamente o mundo social, ou seja, “falta tempo” para ler e escrever. Sonia Kramer exemplifica “[...] Leem-se pedaços de textos cada vez mais curtos, mensagens, trechos, resumos, informações. De que maneira as crianças e os jovens respondem a todas essas transformações” (KRAMER, 1999, p. 107). A atualidade nos apresenta uma descontrolada e fragmentada relação com o tempo, com os objetos e também com as pessoas. Vemos acontecer em

escala global, por intermédio das mídias, acontecimentos espetacularizados que se repetem em excesso e acabam por se tornarem banalizados.

Muitas informações, muitas oportunidades de acessibilidade às diversas redes de comunicações, ainda que precárias para alguns, se sucedem sem que, na maior parte das vezes, possam ser pensadas por nós. A contemporaneidade se manifesta em um tempo abreviado. Não é a quantidade de informação sobre os clássicos, objetivando erudição que torna a leitura uma experiência, muito menos, classificações de obras e autores em correntes, escolas e gêneros. O que torna a leitura uma experiência é o modo de realização desta leitura, ou seja, deixar-se marcar, mudando-a, inscrevendo nela novos sentidos, assim, para Kramer a escrita e a leitura são movimentos complementares:

Quando penso na escrita como experiência, refiro-me a situações em que o vivido assume uma dimensão além do finito, contando-se no texto. O que faz de uma escrita uma experiência é o fato de que tanto *quem escreve* quanto *quem lê* enraízam-se numa corrente, constituindo-se com ela, aprendendo com o ato mesmo de escrever ou com a escrita do outro, formando-se (KRAMER, 1999, p.110 grifo meu).

Somos mais consumidores, logo, mais espectadores e menos produtores de acontecimentos realmente modificadores. Esta abundância de estímulos não se traduz em riquezas de experiências, mas ao contrário, caracteriza tempo sem experiência. Tudo nos passa sem deixar nenhuma marca em nós. Hébrard (2010, p.5) traz a constatação de que de ocorre no mundo contemporâneo modificações da maneira de viver e a extensão do mercado de lazeres: “A leitura é uma atividade cultural que solicita tempo. É uma atividade lenta. Ela pressupõe também um dobrar-se sobre si mesmo, um recolhimento que nossas sociedades aceitam cada vez com mais dificuldade.”

Nos escritos “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” cuja segunda edição foi de 1936, Walter Benjamin aponta: “Já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não quer o que não pode ser abreviado. Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa”. A compreensão desta passagem se estende a falta de envolvimento no coletivo e o enfraquecimento dos vínculos sociais tornam frágil o agir em direção às práticas que precisam se suceder a longo prazo. Aqui reside a compreensão das práticas que não são, necessariamente, para uma finalidade operacional, tal como a leitura instrumental, mas sim, aquelas relacionadas as coisas da vida e da morte, aos afetos, às experiências estéticas possíveis no caminhar, no viver das pessoas.

Há estímulos para a existência de uma leitura fragmentária, interrompida, inacabada que não se completa. O conhecimento está fora de nós, como utilidade ou mercadoria. Notadamente, Benjamin reflete esta questão existente na cultura capitalista no ensaio *O Flâneur*⁴ no qual Martha D'Angelo traduz : “[...] Na sociedade capitalista, a força que comanda o ciclo infernal de repetição, que submete a vida e o mundo do trabalho, é a necessidade de reprodução do capital” (D'ANGELO, 2006, p.13).

Este movimento de repetição atende ao controle dos corpos e das subjetividades, uma vez que, apaga a dimensão expressiva da linguagem e reforça o cotidiano inserido em práticas burocratizadoras. Jobim e Souza (2009, p.201) indica que para ser fiel ao pensamento de Benjamin é preciso saber renunciar ao previsível, transitar sem medo no interior do movimento sempre inacabado do pensamento, reconhecendo a insuficiência e precariedade do próprio conhecimento.

No mundo atual, conduzido pelas transformações científicas, tecnológicas e pela civilização pós-industrial baseada no consumo em larga escala, predominam as forças que tendem a homogeneização da experiência sensível. A cultura *de e para* as massas apresenta-se monolítica, padronizadora das formas de agir e pensar no cotidiano. É, também, co-responsável pelo vigoroso empobrecimento da experiência humana, retardando os processos de ruptura e de recomposição de uma visão ético-estética do cotidiano. A linguagem neste contexto, inserida na sociedade de consumo sofre tensões que a levam para ser instrumento apenas de comunicação.

Pode-se levar a interpretação de que as reflexões sobre a história, a linguagem e as manifestações artísticas estão como que depauperadas e sem sinal de nenhuma reabilitação que as façam exercer uma tarefa emancipatória. Nosso ensaísta buscando uma fresta de possibilidades neste processo, introduz um conceito *novo e positivo* de barbárie. É o que anunciam os escritos “Experiência e pobreza” de 1933:

Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda[...] Algumas das melhores cabeças já começaram a ajustar-se a essas coisas. Sua característica é uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a este século.(BENJAMIN, 1994, p.116)

⁴ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989 .(obras escolhidas;v.3)

Nesse sentido, Benjamin admite que haja um espaço vigoroso, explicitamente possível, na barbárie, uma vez que, ao romper com a tradição, é fiel a sua época. A perda da aura, expressão utilizada por ele para explicar as transformações sofridas pela obra de arte na modernidade, apresenta um duplo movimento: quando surgem a fotografia e o cinema, a perda da aura da obra de arte é acompanhada pela democratização ao chegar às massas. O valor de culto, o tom ritualístico em que estava inserida tornava-a individual e direta, hoje, é coletiva. Dessa maneira é atingida por uma função política e social que antes não possuía. A reprodução produz transformação, pois movimenta a obra em seu tempo e espaço.

Com tudo isto, temos o modo como a criança manifesta a linguagem como foco central da reflexão. Mesmo sendo afetada pela cultura, a criança a transcende. A linguagem que nos constitui é reanimada, revivida e renovada em cada criança. Nada é mais humanizador que a linguagem, para tanto, apostar no resgate dos elos de coletividade que se perdem com rapidez na contemporaneidade é reatar estes elos, resistindo à dispersão e à fragmentação. A textualidade hoje se assemelha a imagens recortadas do audiovisual. Em contrapartida, reconstituir estes momentos em fragmentação pode criar intercâmbios de experiências.

1.1 Infância e linguagem

Benjamin reconhece que somente a linguagem em sua dimensão dialógica, polifônica e alegórica possibilita interpretar e compreender a complexidade da condição humana. Estas três dimensões inserem-se nas narrativas presentes na linguagem literária, tanto as destinadas as crianças e jovens quanto aos adultos. Esta perspectiva, antes de ser específica ao campo da estética e das artes, se expande por todas ciências.

O filósofo questiona os rígidos limites da racionalidade técnica, aludindo a inclusão das paixões e das utopias que são parte integrantes do conhecer. Jobim e Souza (2009, p.187) aponta, sobretudo: “certamente, isto não significa abrir mão ou negligenciar o necessário rigor que a procura da verdade exige do pesquisador, mas este deve admitir um conceito de verdade que não se dá apenas por evidência fatural e nem se esgota na explicação”.

Esta passagem refere-se a concepção na qual o conteúdo do que se transmite no conhecimento é do âmbito da informação, mas se aproximar da verdade se dá por meio da linguagem, não por comunicação de conteúdos, mas por meios expressivos, pela singularidade existente nas narrativas.

A infância para Benjamin é o tempo e o espaço de recuperação de pura expressão. Nos escritos “Rua de mão única, ”Infância berlinense” e “Imagem e pensamento” ele, ao trazer recordações da infância, também traz as imagens de um momento histórico e de uma sociedade. A memória da infância faz parte da história, da cultura e, ao mesmo, tempo, produz cultura. Quando o mundo da cultura dos pais é recuperado, também, é recuperada a maneira da criança ver o mundo, isto é, seus gestos, gostos, comportamentos, valores, desejos, sentimentos. Desse modo, a especificidade do mundo infantil se expõe.

No momento do encontro com a infância do outro, o leitor desperta da sua própria infância. O tempo deixa de ser linear e amplia-se o sentido da coletividade. O exemplar destes escritos é o próprio Walter Benjamin falar dele, do seu momento na história e de sua inserção na sociedade e cultura européia. Traz, nestas narrativas, ao mesmo tempo, individual e coletiva, uma história que pode ser levada a frente, ressignificada por nós, uma vez que, possibilita entrecruzar presente, passado, futuro.

A atualidade do pensamento de Benjamin e suas reflexões sobre a infância e a linguagem são elementos importantes para se pensar a leitura e, conseqüentemente, a educação. Ele nos faz perceber o comportamento das crianças como práticas de enunciação, logo, dirigidos e situados no social e na história, em simultânea relação temporal. A maneira de ser da criança, com as imitações e brincadeiras, jogos de faz-de-conta fazem parte do *dever* criança e são, por efeito, movimentos expressivos da linguagem. Em Rua de mão única, o fragmento *Canteiro de obras* expressa um sentimento que nos leva a rememorar a nossa infância :

Canteiro de obras

Meditar com pedantismo sobre a produção de objetos – material ilustrado, brinquedos ou livros – que devem servir às crianças é insensato. Desde o Iluminismo isto é uma das mais rançosas especulações dos pedagogos. A sua fixação pela psicologia impede-os de perceber que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos da atenção e da ação das crianças.[...] Sentem-se irresponsavelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro[...] Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam

em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente (BENJAMIN, 2002, p.103-104).

A brincadeira das crianças para Benjamin é o templo da linguagem mimética. Elas não se limitam a imitar pessoas, mas também, os objetos, os materiais da natureza, as coisas que vão surgindo na frente delas. Ao brincar com destroços e restos dão significados novos, formando, dessa maneira um mundo próprio cujos elementos estão se relacionando de maneira não, necessariamente, comum a ordem estabelecida. Rolnik (2005) lembra que as crianças ainda não integradas ao sistema de significação dominante percebem o mundo de forma diferente das estruturas dominantes. Isto porque estão dialogando com outros modos de representação do mundo, tornando possível para eles e para os outros uma sociedade de outro tipo.

Corsino (2009) lembra que a criança mimetizada em colecionador, caçador se coloca na esfera que transforma a si e as coisas. Neste caso, a magia da linguagem permite-lhe a possibilidade de ser qualquer coisa: bicho, planta, herói, adulto, mesmo que a família e a escola tentem modular estas ações e acrescenta: “Benjamin abre o brincar à sua dimensão mágica, naquilo que se aproxima do sagrado, unindo a infância de todos os homens e de todas as épocas”(CORSINO,2009,p.229).

No ensaio “A doutrina das semelhanças” ocorre para Benjamin mudanças com o passar dos tempos do comportamento mimético. Para Aristóteles *mímese* é a recriação⁵. Possui um organismo. Benjamin levanta a hipótese da linguagem mimética ter saído de certos espaços, passando a ocupar outros, isto é, muitas coisas passaram do sagrado ao mundo laico, tais como, o teatro e os contos maravilhosos. O exemplo existente neste ensaio mostra que os antigos criaram a narrativa astrológica a partir do que consideraram semelhanças entre os instantes de vida e a localização dos astros.

Esta semelhança para Benjamin se encontra na ordem do extra-sensível. O extra-sensível é aquilo que está além dos limites da percepção ordinária. Este conceito é uma espécie de magia, de clarividência, pode ser encontrada também na linguagem oral e escrita. “os elementos miméticos da linguagem só podem vir à tona sobre um fundamento que lhes é estranho – a dimensão semiótica e comunicativa da linguagem”(BENJAMIM, 2002,p.108).

⁵ Ver a *Poética* de Aristóteles capítulo quatro: *mímese* como produção e não apenas como representação. Nesta obra o filósofo afirma que a *mímese* é a imitação da existência interior dos homens. Possui a capacidade de selecionar, criar, respeitar, estruturar e filtrar os acontecimentos.

Assim, na linguagem as coisas se encontram e relacionam. Daí, volta-se ao tema experiência indissociável à idéia de tempo. Do mundo mágico do brincar a toda alquimia produzida pela leitura busca-se a necessária experiência com o tempo para fazer emergir a *semelhança extra-sensível*. Qual a importância do tempo nesta questão? Primeiramente, situar as designações da palavra tempo⁶ desde os gregos amplia o sentido para além do tempo cronológico.

O tempo para os gregos era a) *Khrónos*, precisamente, o número de movimentos segundo o antes e o depois – *o que foi e não é mais e o que ainda não foi e será*; b) *Kairós*, oportunidade, relaciona-se à medida, proporção, relacionado com o tempo, temporada, acontecimento crítico e c) *Aión*, ou seja, o destino, uma duração, tempo que não se sucede, não é numerável, tempo com intensidade.

O tempo necessário ao brincar e ao ato de ler é o tempo do encontro consigo mesmo, com a própria história, com a subjetividade de si, com aquilo que forma a narrativa de vida, com as imagens e os textos lidos. Processar a leitura que se faz é permitir-se ouvir, ao ouvir é possível, também deixar-se tomar por outras narrativas, por outras imagens. O tempo cronológico nesta situação cede espaço a outros tempos, deixando de ser apenas linear, tornando-se *Aión*, logo tempo subjetivo.

O objetivo do ato de ler é permitir-se ser marcado pela magia da linguagem. As crianças, em especial, vão construindo suas imagens a partir das suas experiências com o mundo objetivo e do contato com a cultura em que estão inseridas historicamente. A partado da concepção que a modernidade criou sobre a infância, Benjamin acredita que a criança pertence a uma classe social, está inserida na história, vive a cultura e faz cultura.

Com base na concepção de linguagem unificada com a infância, encontra-se a crítica ao conceito de história e da cultura de nossa época. A linguagem inserida em dimensão polifônica e alegórica nos ajuda a compreender e interpretar a complexidade da condição humana. A linguagem e a infância constituem possibilidades de ampliação e recuperação da dimensão emancipatória para o enfrentamento das contradições existentes. Este enfrentamento não se insere nas concepções clássicas sobre o conceito de verdade. Lowy (2005) explica que Benjamin articulou a crítica a visão neorromântica do progresso e do conhecimento puramente técnico-científico. Nesta perspectiva, o autor se coloca refratário ao adultocentrismo presente nas relações sociais. A criança,

⁶ ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 6ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2012.

mais próxima aos feiticeiros, aos loucos, em oposição a racionalidade instrumental aproxima os adultos da imaginação criadora e do sonho coletivo.

1.2 Leitura e produção de sentidos

Entendendo que pensamos com palavras e damos sentido ao que nos ocorre, é necessário diferenciar informação e formação. A informação é o dado de estar informado sem que com isto exista um saber elaborado e encarnado. O ciclo obsessivo do desejo constante de estarmos informados gera a proliferação das opiniões, estas sem tempo de terem sido pensadas e experimentadas, se realizam à maneira de um binarismo, do tipo, certo ou errado, bom ou mal. O tempo sem densidade não permite o amadurecimento para que a experiência se concretize. À moda dos jogos televisivos inspirados em batalhas de perguntas e respostas superficiais no qual se busca a satisfação por um conhecimento instrumental, sem nenhuma relação com a modificação da realidade. Segue-se com a idéia que de estamos numa sociedade em que “conhecimento”, “aprendizagem” e “informação” são realizados da mesma forma com um único objetivo que é o processamento e consumo da informação.

Os termos “sociedade do conhecimento”, “sociedade da informação”, “aprendizagem significativa” produzidos a partir das transformações no capitalismo desde o pós-guerra, presentes no campo do trabalho e da educação sinalizam os efeitos no campo social da ausência de rigor e profundidade, assim, as coisas se tornam obsoletas, as pessoas se sentem à deriva, numa sociedade que não para de consumir e vive em constante aceleração. Quando vivemos atravessados pela égide da velocidade, a desaceleração, pode ser uma forma de resistência à imobilidade que contraditoriamente se instaura. Apesar da hiperatividade podemos nos sentir perplexos e letárgicos. A era do tempo intensivo e sem densidade é formulada por Machado⁷(1999) quando entendemos que as sociedades na contemporaneidade são marcadas por contínuo processo de aceleração onde tudo que pode ser expressado(matérias de expressão) se torna efêmero.

⁷ Artigo revisto e ampliado. Publicação original: MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades Contemporâneas. In: BARROS, M^a Elizabeth Barros (org.) Psicologia: questões contemporâneas. Vitória: Edufes, 1999.

O tempo se configura no afã da velocidade numa pluralidade sem densidade, porém intensa.

Há uma particular relação entre a necessidade de constituir novas práticas para resistir a estes fatos e ao mesmo tempo entender como o sujeito da experiência é afetado por todo este ideário. Antes, e importante, é sabermos que há uma idéia que nos leva a pensar que este sujeito é puramente ativo, frenético e disposto a se realizar de forma onipotente, sempre pronto a responder quando o mundo o chama. Este se relaciona com o acontecimento do ponto de vista da ação, porém, para que a experiência como saber se corporifique requer que saibamos que os afetos produtores dos bons encontros precisam ser mobilizados para esta tarefa. Larrosa (2002) introduz a idéia do sujeito como espaço de realização da experiência. Para tanto, o sujeito da experiência precisa permitir ser marcado, ser tocado, deixar de lado a apatia, a impavidez, a imparcialidade. Deixar que a recepção ocorra e não tenha medo de se deslocar de suas posições cristalizadas.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002, p.19)

Colocar-se à escuta é lançar pontes em direção ao potencial de formação e transformação de si próprio, propiciadas pelas práticas de leitura. A leitura como experiência é intempestiva, por isso, importa posicionar a leitura fora dos padrões que julgam sua aquisição e realização como algo pertencente apenas a satisfação de um prazer individual e ao consumo de livros específicos, datados e dotados de autoridade.

O leitor é trabalhado pela sua leitura no diálogo com o texto. Durante a leitura, o leitor encontra palavras, imagens que deslocam tanto a posição do autor como ainda àqueles que tentam impor uma leitura autorizada. Isto porque ao ler vai dando outros significados que disputam com os significados existentes e, alguns, destes significados tornados hegemônicos. Os sentidos são alterados no movimento cognoscitivo da leitura cujo trabalho é de criação. Esta, existe em qualquer leitor independente da sua origem social, gênero ou idade. Este movimento que a leitura opera não é da dimensão da educação como pedagogia nem do discurso criado sobre um certo tipo de “prazer” de

ler. Um contraponto a existência desse trabalho de criação é que este movimento pode não ser (re) conhecido de imediato pelo leitor ou até mesmo pode ser omitido dele por outras formas de subjetivação da leitura. Refiro-me aqui, a predominância da literatura de consumo anunciada como “leitura úteis” ou “leituras de entretenimento”.

Apostar na leitura como formação é não ter uma concepção prescritiva de seu percurso nem um modelo normativo que submeta o leitor a imperativos psicocognitivos habituais. Esta aposta substitui o pedagogismo embasado em concepções pragmáticas e naturalistas da linguagem. A primeira, secundariza a leitura literária, priorizando a leitura instrumental, utilitária; A segunda, legitima a idéia do leitor ideal: nascido no meio social que estimulou o hábito do gostar de ler, o leitor dotado de vontade própria, detentor e produtor do saber. Esta concepção de leitura ainda está presente, ainda que não totalmente, nos currículos escolares, nas falas dos especialistas, dos escritores e contribuem na promoção de práticas que separam conhecimento e vida humana.

Petit (2008) relata na pesquisa realizada sobre *os jovens e a leitura* o interesse pelo estudo da leitura entre os jovens oriundos de populações marginalizadas devido ao papel que a leitura pode desempenhar na elaboração da subjetividade, na construção de uma identidade singular e na abertura para novas sociabilidades e outros grupos de pertencimento. Ao aproximar o livro e a leitura destes jovens o que está se fazendo é praticar uma sociabilidade mais aberta, possibilitando a reconciliação do oral e o escrito. Aproximar o livro das experiências compartilhadas é experimentar um sentimento de pertencimento que atravessa o tempo e o espaço. Possibilita abrir-se para o outro e assim, transformar a si próprio. Hébrard (2010, p.5) observa que “as histórias dos “novos leitores” são sempre histórias de mediação entre meios sociais heterogêneos. Há necessidade, pois, de intermediários, de mediadores”. Ao contrário de tornar o leitor isolado do mundo, a leitura introduz uma outra maneira de estar no mundo. Um ato singular pode alcançar a construção de novas de singularidade em um devir plural e criativo.

A presença das reflexões sobre linguagem, infância e experiência contidas nos textos produzidos por Walter Benjamin ampliam as possibilidades de compreensão e transformação do nosso tempo. Estes conceitos são pensados por meio de um pensamento aberto e anti-dogmático no qual permite dois movimentos necessários: o primeiro é o de conjugar linguagem e infância, se apropriando da memória histórica. Pensar a infância de forma coletiva e intemporal. Coletiva porque a criança é um ser

que faz parte da cultura e que produz cultura a partir da subversão da ordem estabelecida, afinal, ela tem outra maneira de percepção do real. A possibilidade de rememorar produz o encontro entre o presente, o passado e o futuro, uma vez que, cria-se a chance de perceber que a história passada poderia ter sido outra, e o futuro, talvez, diferente do que é sugerido no presente.

O segundo movimento consiste em restaurar a dimensão da ética presente na relação estabelecida com os valores, por sua intimidade com o que marca, com os rastros e pelo saber da experiência cuja importância tem no seu centro fazer de todos narradores. Tornar -se narrador é abrir espaço para que as experiências dos sujeitos ressignifiquem as histórias contadas, atribuam e percebam outros sentidos.

A formação de leitores, em especial, é uma arena de realizações. No ato da leitura se realizam os bons encontros e os confrontos de idéias. A linguagem é o centro de construção desse processo que não tem fórmulas mágicas, pois se realiza como viagem e como jogo. Viagem porque ler é como viajar, navegar sem mapas, entretanto, é necessário saber interpretar os signos para que ninguém naufrague. Nesta viagem o viajante que foi pode não ser o mesmo que volta, pois a viagem converteu o viajante em outro; No jogo, se perde, se ganha, porém o jogador aprende a expandir sua subjetividade. Ele sabe que as regras podem ser mudadas, reinventadas e com isto vai aprendendo.

2 O PNLL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DA CULTURAE DA EDUCAÇÃO.

“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies.”
Machado de Assis

2.1 Cultura como um campo de forças

Desenvolver argumentos em torno do conceito de educação e cultura requer que nossas reflexões percorram o itinerário genealógico em que estes termos foram construídos e universalizados. Os livros, a leitura e o leitor foram construídos dentro do contexto no qual se edificaram interpretações sobre as culturas. Formularam-se conjuntos e subconjuntos para nomear, descrever e explicar as manifestações artísticas e culturais no transcorrer da história que justificam nos termos na reflexão sobre os sentidos da cultura e da educação. Como descreve Sodré (2005, p.12), o termo *campo* implica o entendimento do espaço próprio e distintivo de produção de sentidos e do real, ou seja, as relações de significação que possibilitam delimitar os atos, as normas, as ordens que determinam os objetos. Partindo do mundo romano, o termo cultura atingiu o entendimento de *animi* (cultivo do espírito) ou auto-educação do indivíduo. Desse modo, há a concepção de cultura como o ato de guardar o natural florescer da potencialidade humana, tal como uma planta cultivada.

O tempo em questão (século II a.C.) definia que o campo da cultura “era tudo que pudesse contribuir para um certo acúmulo de gostos, de crenças religiosas e morais ou para a representação de valores espirituais socialmente idealizados” (SODRÉ, 2005, p.13). Buscava-se, então, uma espécie de harmonia em que o elemento humano compusesse sua ontologia existencial frente às indagações de seu tempo e espaço social, tais como a verdade, a beleza e a justiça. O mundo romano acolheu a expressão grega *techné* (arte, modo de produzir conhecer, de dirigir) que se estende para além do mundo do governo político, perpassando, também, a ordem espiritual. A base formal da cultura e da educação no Ocidente foi herdada de uma *ratio* traduzida por razão de Estado e

ação pedagógica, conhecida como Paidéia, diferente da elaborada por Heráclito⁸ que concebia o pensamento universal, eterno e imanente das coisas. O campo cultural neste regime é composto pela realização de saberes considerados medida ideal de toda a educação. Assim, somados à gramática, à retórica e dialética se integraram aritmética, geometria, música e astronomia. Os Romanos a chamavam *cultura animi*, ou seja, o ato de cultivo da alma, tal como deixa expresso o sentido etimológico, atribuindo um sentido de transitividade e incompletude, era o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. “As palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”(BOSI, 1992, p.11, grifo do autor).

Entendendo cultura como prática, mas reconhecendo a existência de diferenciação, de diversidades nos meios e nos fins destas práticas, não se pode esquecer que estas impulsionam forças que organizam condições de existência entre os grupos humanos. A educação é o momento institucional marcado do processo.

Consolida-se, então, no século XVIII, o tipo de noção de civilidade, baseada na estratégia de distinção, que constituiu as disciplinas⁹ da pedagogia infantil. Estas disciplinas compunham os ensinamentos os mais elementares para os nossos dias, porém, ainda, há época, pouco difundido, tal como, a maneira aceitável para se cuspir, assoar o nariz ou para oferecer a carne à mesa. A civilidade, assim constituída, distinguia as camadas nobres e as demais. O termo civilização é originado da consolidação e aperfeiçoamento destas maneiras de distinção. O termo civilização e civilidade é um tipo de Paidéia, expressada pela “formação humanística do indivíduo, uso da escrita, vida urbana, divisão social do trabalho, organização política complexa”(SODRÉ, 2005, p.16). Estende-se ao termo civilização a compreensão da oposição e domínio de uns contra os outros.

nstaura-se com o tempo, novas designações ao campo cultural, que nesse estágio encontra-se imerso na idéia de progresso, balizado pelas descobertas científicas e tecnológicas, juntamente com o processo de acumulação do capital. A Revolução Industrial é a coroação deste momento no qual o saber implica invenção, descoberta e disputas por uma verdade que encarne e opere o futuro. Assim, entendido, o mundo

7 Heráclito de Éfeso (VI e V a.C) percebe a diferença entre poesia e filosofia, no entanto estabelece a unidade invsível dos contrários, postulando a importância da reflexão estética no pensamento. Existir já é uma obra de arte, implica complexidade e multiplicidade. Toda coisa contém seus contrários.

⁹ De Civilitate Morum Puerilium (1530) escrito por Erasmo de Roterdã instalou a noção de civilidade , ensinando as regras de comportamento externo.

moderno foi organizado no conceito histórico do progresso que converte, nesta ordem, o pensamento mítico, a religião e a ciência em etapas evolutivas. Cria-se, neste período da história, a crença na possibilidade de existência de um espaço incessante de produção do conhecimento para o aperfeiçoamento da humanidade.

Para Marx, o surgimento do novo modo de produção, capitalista baseado na exploração da força de trabalho, na extração da mais-valia delinearia uma nova sociedade reproduzindo essas relações de forças, confrontando duas principais classes, a dos capitalistas (detentores desses meios de produção), e a dos trabalhadores (que venderiam sua força de trabalho). Por empregar e produzir bens em alta escala – mudando a relação do Homem com a Natureza, extraindo matéria prima para transformá-la em produto – a produção de riqueza de uma sociedade passa ter como centro a industrialização, e nesse contexto vai-se solidificando o poder da burguesia como classe privilegiada.

Para Weber, existe uma relação entre uma vocação ao trabalho, já observada na escolha pela formação do ensino técnico, *de se fazer pelo trabalho*, como elementos que comporiam uma ética protestante, aliado com o “desencanto com o mundo”, que poderia ser entendido como o “espírito¹⁰” do Capitalismo, o que explicaria através desse “colamento” religião protestante e Capitalismo a ascensão deste último como uma classe privilegiada. Para Weber, a predestinação já justificaria o capitalismo como o meio desses escolhidos por Deus desempenharem seus atributos e crescerem enquanto os demais, voltados a uma educação humanística, por exemplo, estariam na vida, segundo eles, para pagarem seus “tributos a Deus”, e merecer pós- morte o paraíso.

A idéia de ultrapassagem do misticismo e da superstição era compreendida como etapa superior a que os povos deveriam almejar. Desta forma, edificou-se, significações para entendermos futuro, civilização e racionalidade como formas análogas de um resultado lógico. A existência de distinções para o termo cultura e civilização ao longo dos tempos recebeu influência dos diferentes grupos nacionais em ascensão na Europa. As variações registram interpretações relacionadas às realizações materiais e espirituais das nações que devido ao poderio econômico conjugado ao sistema de valores produziam expansão e domínio.

¹⁰ O ensaio “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo” de Max Weber, publicada pela primeira vez em 1904-5 foi ampliado em 1920, um pouco antes da morte do autor ocorrida em 14 de junho de 1920 em Munique, Alemanha. A presença da palavra *espírito* entre aspas pretende identificar o capitalismo como cultura, ou seja, a cultura capitalista moderna. Conforme Antônio Flávio Pierucci (2004, p.7) ressalta na apresentação da obra: “[...] o “espírito” do Capitalismo como conduta de vida: *Lebensführung*”.

Apesar das diferenças do conceito existentes entre França, Inglaterra e Alemanha, na nova ordem social havia a certeza de valorização de práticas humanas tornadas universalizadas. As elites burguesas, nova classe econômica, imbuídas do desejo de hegemonia imprimiam no imaginário modos de estar no mundo, sujeitados a elevados padrões de excelência social. Entende-se que reside nesta afirmação uma maneira de agir na vida, considerada superior, bela e, portanto, verdadeira. Uma vida e uma nação cultivada no ideário que atravessa a ciência, a filosofia e as artes. Uma espécie de compromisso ético que distinguiria as elites dos pobres. Sodré (2005, p.19) discorre sobre usos e costumes aliados ao desejo de distinção para compor em todas as dimensões da vida uma arte do bom viver. "A literatura, as artes implicariam também dispositivos de controle de sentido produzido pelo conjunto das classes sociais. Por meio deles, consolida-se a separação entre o sublime e o vulgar, entre cultura elevada e cultura popular, superior e o inferior" (SODRÉ, 2005, p.19). Ser integralmente humano é estar na cultura, fora da natureza, isto é, incorporar a justiça, a bondade, o direito como sentidos engendrados pelas classes dominantes e compartilhados por outros estratos sociais.

Situados em relações de poder, os termos educação e cultura, respectivamente, recebem no século XIX denominações de treinamento individual e aperfeiçoamento em busca da excelência de vida. Alguns saberes como a psicanálise e a antropologia vão justificar o modelo civilizatório europeu, descrevendo e analisando a cultura europeia como modelo universal. Temos, então, outros saberes e campos de estudo sendo pensados a partir deste prisma. Um mundo com finalidades, marchando em direção à perfeição.

No transcorrer do século XIX o conceito cientificista de cultura é justificado pelas ciências humanas. No caso da Antropologia, esta corrobora e acentua o significado sobre o outro não apenas como diferença, mas, ao ser comparado aos valores ocidentais, o outro é visto como resultante de uma etapa anterior, inferior aos valores do mundo europeu.

A racionalidade dominante reduz a idéia de universalidade a comparações do outro à medida dos discursos hegemônicos existentes no século XIX. Em razão disto, o cientifismo-evolucionista justificava práticas racistas carregadas de alegações biológicas de monogenismo da espécie.

Pensar o conceito de cultura é entender que existe uma incessante produção de sentidos que estabelece tanto a geração de significados quanto a eliminação deste.

Cultura é o modo de se relacionar com o real que, em particular, é a singularidade. Compreender a singularidade é reconhecer a inesgotabilidade de significações para este real. O que existe são variados dispositivos de relacionamento com o sentido e o real. Sendo assim, cultura e civilização estão imersos em produção de verdades que contém em seu interior aceitação, recusa, submissão e obediência. Michel Foucault explica que *a verdade é deste mundo* e nele produz efeitos regulamentados de poder:

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto sociais nas lutas ideológicas (FOUCAULT, 2007, p.13).

A cultura moderna localiza-se em espaços de poder, articulada a processos e mecanismos direcionados a conduzir (*educere*, do latim, conduzir para fora, fazer florir a semente) o indivíduo. Assim, temos na Modernidade, o indivíduo autônomo, sujeito da consciência, imerso no psiquismo, valendo-se de imperativos morais que o deslocam para a produção e o consumo. O desejo de conhecer e saber se impõem, sobretudo, pela busca da verdade a ser desvelada a qualquer custo.

Temos, portanto, uma forma histórica de exercício de poder chamada de sociedades disciplinares constituídas progressivamente no século XVIII e XIX e que atingiram o seu apogeu no início do século XX. Após a segunda guerra Mundial, a mecânica do poder das sociedades disciplinares vão ganhando novos contornos, conjugando novos arranjos que irão colaborar para o surgimento de outra forma de mecanismo de poder chamada de sociedade de controle.

Para Foucault (2002), nas sociedades disciplinares o indivíduo passa a ser considerado no social com base nas suas virtualidades e não mais apenas dos seus atos. A família nuclear é também uma esfera deste poder individualizante e totalizante, pois contribui para a produção de corpos dóceis e produtivos para o capital. A disciplina enquanto exercício e hábito engendra saberes e verdades tanto para a justificação quanto para a certificação, para saber se o indivíduo está se conduzindo ou não conforme as

regras em voga. Desse modo, a vigilância constante dos indivíduos liga-os aos aparelhos de produção, formação e correção. Faz-se necessário entender que o conceito de sujeito segundo toda a tradição filosófica e das ciências humanas se relaciona com uma suposta natureza humana. Este conceito foi produzido, fundado no contexto da Modernidade para dar conta das leis da subjetividade capitalística. Guattari expõe o alcance destes procedimentos de subjetivação:

[...]foi necessário fundar o sujeito e suas relações em outras bases: a relação do sujeito com o pensamento(o *cogito* cartesiano), a relação do sujeito com a lei moral(o *nunem* kantiano), a relação do sujeito com a natureza(e outra concepção de natureza), a relação com o outro(a concepção do outro como objeto)(GUATTARI,2005,p.45).

As instituições disciplinares irão autenticar estes valores ao reconhecê-los como modelo a ser seguido, então, uma vez, tornados referenciais compuseram o *modus operandi* existente na família, na moral, na justiça, no trabalho.

Neste período da história, abraçava-se a idéia da qual se alguém trabalhasse duro e aproveitasse as “oportunidades” que o sistema oferecia, as pessoas poderiam superar as adversidades econômicas e tornarem-se vencedoras, não importando as condições de suas vidas no passado. Negando as reflexões mais profundas que engendram a vida material e existencial, o *American way of life* encarnava no psiquismo coletivo um estágio superior da civilização, do qual os Estados Unidos eram o ícone, que só poderia ser melhor, aperfeiçoando-se ainda mais as relações do poder-saber. Após a Segunda guerra Mundial espalharam-se pelo mundo instituições disciplinares de controle e vigilância, legitimadas pelo poderio econômico acumulado com mais vigor desde o Taylorismo e o Fordismo. Dessa forma, seria necessário que as forças produtivas do capitalismo, integradas à produção de subjetividades, exacerbasse a produção de bens materiais e imateriais, subordinando as multiplicidades e metamorfoses a identidades fixas e totalizantes.

A vida material e existencial em constante movimento empreende recusas a esta forma de poder disciplinar, logo as resistências também se deram de forma global em vários âmbitos da vida. Os movimentos dos trabalhadores enfrentando a extração de mais-valia que os usurpava a força de trabalho, o movimento da contracultura, das liberdades sexuais, as resistências contra os cânones ocidentais que menosprezavam as culturas orientais, as reformas pedagógicas e psiquiátricas, as lutas contra o racismo, contra as guerras. A eclosão desses movimentos em escala global nos faz perceber que o

poder não está separado da resistência. Tanto poder quanto resistência são exercícios são exercícios anônimos, ocorre aí, um complexo jogo de forças sem um ato fundador, mas sim, tecendo novas formas, contornos que se atravessam, que não permitem vitórias nem derrotas, mas de ultrapassagens que produzirão transformações no próprio jogo de forças.

A crise nos aparelhos de normatização assumiu outra forma, outras práticas configurando a sociedade. De acordo com Deleuze (1992) chama-se sociedade de controle. A característica básica desta sociedade é a ilusão de maior autonomia, a sensação é de processos contínuos, nada nunca termina, porém, os fluxos vão se somando uns aos outros. O controle, afirma Deleuze (1992, p.224) “[...] é de curto prazo e de rotação rápida, mas também, contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era longa, infinita e descontínua”. A sociedade de controle constitui uma modalidade de poder que coaduna com o capitalismo contemporâneo cuja tecnologia, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida. O modelo de produção fordista entra em crise generalizada e é substituído pelo sistema de produção just-in-time, que inverte a lógica de mercados e situa o consumo como alavanca da produção, o capital estimula o consumo, já que é somente através dele que extrai riquezas, para tanto, a pesquisa em marketing que tem por função perceber os comportamentos das populações, gasta por parte das empresas grandes somas. Torna-se preponderante neste processo a criação e difusão das novas tecnologias digitais e de informação. Concomitante a isto, os mecanismos de poder investem sem cessar no controle da vida e de suas manifestações.

Sendo assim, está colocado para o conjunto da sociedade civil a criação das resistências ao movimentos que pretendem na disputa pela hegemonia do Estado e da gestão das vidas, se apoderarem das práticas que instituem conquistas emancipatórias. Pensar em políticas públicas culturais e educacionais é optar pela discussão acerca da justiça social. No caso da leitura, a impossibilidade de acesso por parte da população de baixa renda, portanto excluídas socialmente, ao livro e aos equipamentos culturais como a biblioteca configura-se injustiça na produção e distribuição dos bens culturais.

O conceito de políticas públicas enquanto categorização jurídica é recente na trajetória política do país, diferente de outras nações, como França onde iniciou-se com muito vigor, após a Segunda Grande Guerra Mundial. Naquele momento havia a necessidade de responder concretamente a reconstrução de cidades devastadas e povos desassistidos. No Brasil, a partir da conquista do Estado Democrático de Direito instituído com a Constituição Federal de 1988, o tema das políticas públicas obteve

maior visibilidade e participação popular. A Carta Magna promulgada e denominada “Constituição Cidadã” expressou um grande número de direitos fundamentais de apelo social, construídos nos movimentos organizados pela Sociedade Civil. Ter por escrito na Constituição Federal direitos e deveres para o cidadão e para o desenvolvimento do país, não garante, de fato, terem concretizadas as suas aspirações.

Políticas públicas são criadas, de uma maneira geral, para realizar uma intervenção com o intuito de promover transformações em situações conflitantes ou de total ausência de acordos mínimos frente ao Estado e a Sociedade Civil. Estas intervenções propostas e acionadas pelos movimentos sociais, às vezes, possuem êxito, outras vezes, são deturpadas pelas forças que se tornam reativas e hegemônicas (instituições, governos, veículos de comunicação) e terminam interrompidas, sem continuidades, dificultando sua efetiva implementação e avaliação. Linhares (2001) mostra que as práticas instituintes estão inseridas no movimento incessante de confronto com a realidade que se mostra adversa e refratária a mudanças.

Nunca é demais repetir que os movimentos instituintes não emergem em redomas de vidro nem tampouco institucionais; não crescem isolados da vida, da história, das ações coletivas e individuais, mas alimentam-se de circuitos incessantes de religação [...], pela fertilidade das tensões que estabelecem, pondo em contato dimensões da realidade radicalmente opostas e até mesmo excludentes (LINHARES, 2001, p.170)

Existe dessa maneira uma transversalidade (GALO, 2008) entre políticas públicas e movimentos instituintes. Para Félix Guattari o conceito de transversalidade foi criado para ultrapassarmos o conceito de verticalidade e horizontalidade em que a primeira se baseia numa estrutura piramidal; enquanto a segunda é caracterizada pela possibilidade que os grupos tem de se adaptarem às situações que se encontram. Trata-se, assim, de uma dimensão que atravessa e funde outros níveis da estrutura social. Além da organização e do grupo, atravessa também as relações, compondo um cruzamento entre as instâncias. Estes atravessamentos são vistos por Linhares(2004)

Assim, se as experiências instituintes procuram desdobrar-se em movimentos criadores e estremecer o que foi organizado pela história, o instituído também procura incorporar o que ainda está se processando, ou seja, o instituinte. [...] as experiências instituintes não podem ser confundidas nem com reformas globalizadas, nem com novidades isoladas de suas conexões históricas.

2.2 Antecedentes: O livro e a leitura como *questão de Estado*

Ler é uma conquista. É a apropriação justa dos códigos e símbolos em operações cognitivas que permitem nos reconhecermos pertencentes ao mundo. As operações linguísticas que fazemos por meio da oralidade e da escrita nos tornam expandidos e potencialmente existentes. Nossas ideias expressadas pela linguagem podem se fazer instrumentos de construção e resistência aos constantes embates no mundo social. Também podem reavivar o passado e tecer a possibilidade de futuro enquanto ressignificamos o presente.

A história das conquistas feitas pela humanidade está incorporada e abrigada nos livros e nas bibliotecas. Os textos do teatro Shakespereano, os relatos dos cronistas navegadores, os procedimentos e resultados desenvolvidos pelos aparatos científicos e tecnológicos, as epístolas, os manifestos profanados pelos que se rebelam, tudo, enfim, que participa da formação do ser humano e que dá sentido a intrigante aventura humana. Há, também, a história dos fracassos, dos desacertos, das violências que compõem as estratégias humanas para estar no mundo. A apropriação destas narrativas será compartilhada nos espaços privado e público, engendrando outras narrativas, às vezes de conciliação; outras, de recusa e superação. Assim se faz a história, assim se faz a existência.

No contexto da sociedade moderna o Livro e a Leitura se constituíram em prática social propagada e incorporada ao cotidiano apenas depois de algumas exigências nascidas e modeladas na modernidade. Lajolo e Zilberman (2002) reforçam as articulações entre literatura e sociedade compondo o aparato cultural que interage com os modos de produção.

Eis por que, quando se examinam os intercâmbios entre a literatura e a sociedade, não importa apenas a maneira como os textos representam as relações sociais engendradas por determinado modo de produção, mas importa, também e principalmente, a forma como o texto encena sua inserção no sistema de produção [...] por apontar para as articulações que mantém como sistema aberto de significações, com o aparato cultural que sustenta, viabiliza, interpreta e contextualiza (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p.9-10)

A descoberta e aperfeiçoamento da imprensa no século XV e XVIII, respectivamente; a criação de um sistema de comercialização que fez crescer a demanda de consumidores; a consolidação da cadeia produtiva do livro; as instituições do Estado

que promoveram as políticas educacionais que fundamentaram a alfabetização da população infantil foram ações somente realizadas nos contextos e horizontes burgueses. Nestas condições, a literatura constitui-se como prática social.

Em nosso país, a formação de leitores se situa no contexto desigual de nação periférica e dependente, sempre a procura da realização de seu processo de aburguesamento, mas que encontra obstáculos originados pela luta constante entre as forças que compõem o Estado e a Sociedade Civil. Estas forças estão em constantes impasses éticos no espaço comum da vida pública.

O Estado brasileiro, ao longo de sua existência, se omitiu diante da tarefa de apresentar políticas públicas para o livro e a leitura que fossem duradouras e eficientes. Afinal, nosso entendimento sobre o sentido do Liberalismo não incluiu um projeto de cidadania ampliada. Aliás, na situação brasileira, o processo de independência não garantiu o desenvolvimento social das classes populares. O Liberalismo brasileiro respondeu às necessidades econômicas e políticas das elites dirigentes. Alfredo Bosi (1992) explica que durante o Brasil Império a supressão do tráfico de escravos africanos demorou em torno de 25 anos para ser efetivado. A abolição total, só viria a ser decretada em 1888, logo após a chegada da imigração do trabalhador europeu em São Paulo e nas províncias do Sul do Brasil.

Werthein (2008, p.42) discorre acerca do início precário da fundamentação das letras no Brasil, ou seja das precariedades da consolidação e divulgação da produção intelectual no país, apontando que o Brasil viveu 322 anos como colônia de Portugal. Não havia imprensa, escolas, nem instituições de ensino superior. As práticas comerciais eram feitas com Lisboa unicamente, inclusive a educação dos poucos estudantes era feita em Coimbra. Curioso é o caminho que trilhou a criação da imprensa. Por um lado, em 1808, Dom João VI criou a Imprensa Régia; Por outro, em Londres era editado em português o Jornal *Correio Braziliense* cuja circulação era proibida, assim chegava ao Rio de Janeiro como contrabando. Diferente da colonização hispânica, no Brasil Dom João VI, Pedro I e Pedro II interiorizaram o desenvolvimento constituindo as primeiras políticas públicas.

Rosa (2010) relata no artigo intitulado “*Política da Leitura, do Livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica*” que as políticas públicas no Brasil para a área cultural e educacional são, de certo modo, recentes. No Brasil Império adotou-se uma política cultural protecionista cuja prática se realizava através do mecenato. Este se caracterizava na ajuda aos artistas que viviam na Corte e de

financiamento pelo governo para que os jovens talentos expressassem sua arte. Somam-se a isto, a distribuição de cargos diplomáticos e políticos para escritores.

Durante a República Velha, a expansão do sistema educacional e o fortalecimento da produção artística nacional em algumas áreas (movimento das vanguardas/Moderismo de 22), alterou esta relação, porém o cenário político e econômico no Brasil à época transitava entre a falta de continuidade das políticas públicas para a questão da leitura e o pouco envolvimento do conjunto da sociedade civil para esta causa.¹¹

Considerando a questão das políticas públicas e suas implicações no processo de subjetivação como central neste contexto, faz-se necessário algumas observações sobre termos que se relacionam e são, conceitualmente, problematizados por diversos autores. O Estado Brasileiro, em si, é percebido em um duplo movimento: ao mesmo tempo em que é depositado nele expectativas e esperanças para a resolução dos problemas da desigualdade social; também, coexiste o sentimento de frustração quanto a impossibilidade de realização dos projetos e promessas.

Scheinvar (2009) analisa que o Estado Brasileiro formula discursos paternalistas e moralizantes com promessas muito além de seu alcance e que são frequentemente desmontadas historicamente pela gestão da política pública. As práticas das políticas públicas geram discriminação e exclusão. Para tanto, o conceito de exclusão deve ser analisado por uma perspectiva que o coloque em constante movimento. Desse modo, o conceito de exclusão faz referência a um modelo social. Scheinvar posiciona o conceito de exclusão a partir de um modelo social

[...] longe de indicar uma relação pétreia, o conceito de “exclusão” faz referência a um modelo social que, pautado na globalização econômica e cultural, distancia cada dia com maior intensidade dos ideais de igualdade anunciados pelo Estado liberal burguês. Ao mesmo tempo que a “exclusão social” indica processos de discriminação institucional demarcadores das diferenças, implica também movimentos que estas propiciam, não no sentido de excluí-las do cenário político e social, mas de reverter as condições produtoras das diferenças e de afirmar a possibilidade da coexistência do plural como direito.(SCHEINVAR, 2009, p.31)

¹¹ Em 1900, a classe operária contava com, aproximadamente, 85 mil operários. Em 1920, contava com 200 mil operários e chega a 275 mil no final do ciclo da chamada República Velha, em 1930. A base econômica desta fase ainda era a agricultura de exportação, capitaneada pelo café. Uma política a serviço dos fazendeiros de café de São Paulo e dos criadores de gado de Minas Gerais. As eleições eram uma farsa e a fraude eleitoral era a regra. (dados extraídos de: GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.61)

Dando continuidade ao percurso histórico das políticas públicas para o livro e a leitura no país, as experiências concretas e aglutinadoras em torno da consolidação de políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil compõem o histórico de ações que já visavam transformar o Brasil em um país de leitores. No texto que compõe a apresentação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), Affonso Romano Sant'Anna (2010) recria os momentos que compõem o quadro das intervenções políticas de valorização do livro e da leitura, deixando visíveis as resistências para não deixar que esta questão seja colocada no isolamento.

Após comprar a Revista do Brasil em 1918, Monteiro Lobato deu amplitude e visibilidade ao livro e à leitura quando criou uma política que na época era uma novidade: divulgadores e vendedores de porta em porta atuando em todo o país. Para Sant'Anna (2010, p.9), Lobato “inventou um inovador sistema de distribuição que incluía lombo de burro, trem e barco, inserindo jovens e crianças como clientes/leitores no sistema literário”. Engajado na “causa do Nacionalismo”, divulgou e produziu artistas e intelectuais. A falência da Revista do Brasil cedeu a vez a outro projeto: em 1925 a criação da Companhia Editora Nacional.

Mário de Andrade preocupado com a preservação da memória como afirmação da tradição e do cultivo dos valores nacionais expandiu a ideia de biblioteca, abrindo espaços para jovens e crianças quando em 1935 foi diretor de cultura no município de São Paulo. Pesquisador da memória oral e musical brasileira, Mário de Andrade foi responsável pela criação das unidades móveis na biblioteca. Em 1937 ele fez parte da direção do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado no governo de Getúlio Vargas, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema através do Decreto-Lei nº 93, de 21/09/1937. O INL tinha entre seus objetivos qualificar os serviços bibliotecários, além de visar a expansão das bibliotecas e promover meios para produção e aprimoramento do livro. Rosa (2010) enumera as competências do INL:

- Organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional* ;
- Editar obras de interesse para a cultura nacional;
- Criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial através da promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país.

Em suas origens, o INL responsabilizou-se, também, pela produção do Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano nacional de Educação foi elaborado como um

documento que agrupava os debates ocorridos nos anos de 1920 e 1930 sobre a política nacional de educação não existente, ainda, no país. O INL durou de 1937 a 1989 e o balanço feito entre os estudiosos de suas atuações, oscilam entre práticas de incentivo, divulgação; controle e repressão.

Oliveira (1994) afirma que o INL contribuiu para a fortalecimento da identidade cultural nacional e estabeleceu a importância do livro como propagador desta cultura, atuando como instrumento de estabilidade social. Todavia, para autores como Miceli(1979) o INL, além de tentar realizar suas competências, foi sobretudo um meio para a censura da atividade intelectual no Governo Vargas , assim, as atividades do Instituto:”*permitiram ao Estado Novo controlar todo o ciclo da produção cultural impressa, desde a elaboração, passando pela editoração e comercialização, até sua divulgação*”.(Sérgio Miceli, apud F. Rosa,2010:168).

Uma outra constatação feita em relação às ações do INL foi a de que não houve um enraizamento das práticas leitoras a partir da defesa da biblioteca como espaço de mediação e valorização do livro e da cultura nas comunidades, logo, apenas ofertar livros não garante a formação de leitores. Necessitava-se da compreensão do ato de ler para além do mecanicismo e das visões beletristas de uma determinada classe social.

Em 1962 Paulo Freire redimensiona o conceito de leitura. Não bastavam juntar letras e sílabas. Era necessário “ler o mundo”, dar um sentido de transformação social. Paulo Freire criou o método de alfabetização dialógico em que a importância da leitura crítica na alfabetização ressaltava a validade de dar sentido ao processo pedagógico da leitura sempre em uma linguagem viva e questionadora.

A partir de 1968 a criação dos cursos de pós-graduação e sua posterior expansão nos anos 70 propiciou uma vasta rede de pesquisadores em torno das questões sobre o livro, leitura e bibliotecas. Neste contexto foi criada a Associação de Leitura do Brasil¹² (ALB) e realizados os encontros do Congresso de Leitura (COLE), na Universidade de Campinas (UNICAMP), iniciado nos anos 80 e que se fortalece a cada edição, completando no ano de 2012, 30 anos. Tomava forma, então, no país, uma sistematização acadêmica capaz de contribuir socialmente para a compreensão e

¹² A ALB nasceu no início dos anos 80, durante o terceiro COLE, por decisão de assembléia. O comitê provisório da entidade tomou posse e realizou sua primeira reunião nos dias 17 e 18 de Dezembro de 1981. A Associação de Leitura do Brasil e o Congresso de Leitura do Brasil formaram-se no interior da luta pela redemocratização do país e foram importantes instrumentos de garantia do direito à palavra e veículo de expressão de diversos segmentos sociais. A questão da promoção e do estímulo à leitura passava, naquela época, fundamentalmente pela divulgação do próprio texto escrito num momento em que havia poucos espaços de publicação e de informação. (www.alb.com.br)

transformação das práticas educativas e culturais. Mais adiante, em 2006, o aprofundamento da interseção entre leitura e universidade engendrou a criação da Cátedra de Leitura PUC/UNESCO. A missão da Cátedra consiste em integrar as instituições e os agentes que trabalham com ações de mediação e formação de leitores.

A extinção do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1990 pelo governo de Fernando Collor de Melo significou uma profunda regressão nas políticas públicas para a formação de leitores no Brasil. Em seu lugar surgia o Departamento Nacional do Livro que funcionava no interior da Biblioteca Nacional (BN) com poucas condições de elaboração e execução de ações que deveriam estar direcionadas a todo país.

Em 1991, o poeta e escritor Affonso Romano de Sant'Anna era Diretor da Biblioteca Nacional (BN) e empreendeu junto com Eliana Yunes e sua equipe o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). O Decreto nº 519 instituiu em 13 de maio de 1992 o PROLER, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Conservando o entendimento da primazia da escola na formação de leitores, as linhas de ação concebidas pelo programa, já em seu início, incluíam a importância de difundir a leitura como valor social.

A leitura passava a ser uma questão de Estado ou até de “segurança nacional”, como dizíamos. Os documentos originais do PROLER falam de “política Nacional de Leitura”. No ambivalente governo Collor, a FBN tinha estatutariamente como missão a política do “livro”. Adicionamos a isto as bibliotecas públicas e universitárias, criando o Sistema Nacional de Bibliotecas e, inovadoramente, com o PROLER, a “leitura” deixava de pertencer exclusivamente ao MEC. (SANT'ANNA, 2010, p.11).

Para além da “escolarização”, o ato de ler foi levado aos espaços sociais do cotidiano dos cidadãos, integrando “mediadores tradicionais, como professores e bibliotecários, mas também com servidores das áreas de cultura e saúde, agentes comunitários e outros profissionais” (PROLER, 2009, p.12).

No Brasil, as políticas do livro receberam mais atenção do que as políticas de leitura. As ações do Governo federal por intermédio do Ministério da Educação o torna um dos maiores compradores de livros didáticos e/ou literários do país. Necessário, portanto, é saber se estes livros recebem a efetiva promoção da leitura. Duas questões merecem nossa reflexão acerca do processo da formação de leitores

- As escolas de ensino fundamental públicas tem se colocado de forma sistemática a serviço das avaliações de desempenho dos alunos (Prova Brasil, Provinha Brasil) em detrimento da promoção da leitura literária cuja prática se faz a longo prazo, ou seja, não há possibilidade de mensuração imediata para

supostas avaliações. Quando existe nas escolas, esta leitura literária é colocada a serviço das avaliações de desempenho do aluno com eficiência questionada.

➤ Uma parcela significativa do professorado brasileiro, hoje, não são leitores. Estes professores são formados em contextos sociais e acadêmicos em que a leitura não se realiza de maneira produtiva e dinamizadora.

A criação e execução das ações contidas no Plano Nacional do Livro e da Leitura consistem em importante avanço na conquista de uma política pública de Estado. Nesse sentido, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) aponta importantes tarefas do PNLL em sua atuação de fomento à leitura:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte valor simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias de leitores, cujos integrantes se interessem vivamente pela prática de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores formados e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade;
- d) Garantir o acesso ao livro, com disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores (LÁZARO, 2010, p. 142).

Estas orientações resumem, em parte, a organicidade das tarefas em torno da promoção do Livro da Leitura e da Biblioteca no Brasil. Este projeto deve estar à serviço da formação humana e compor o quadro de conquistas dos agentes sociais envolvidos.

2.3 A institucionalização do Plano Nacional do Livro e Leitura – o marco legal e suas partes constitutivas

A ampliação do acesso ao livro e à leitura faz parte de estratégias de construção da cidadania ativa preconizada também por acordos internacionais. Essa compreensão se alinha com a ideia de reconhecimento e afirmação das culturas como fazer histórico e

social das coletividades. As culturas passam a ser entendidas como matéria de direitos¹³ – humanos, sociais e culturais – das populações.

Os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua da sua escolha, ensinar sua língua e cultura a seus filhos, identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha, descobrir toda uma variedade de culturas que compreendem o patrimônio mundial, adquirir conhecimento dos direitos humanos, ter uma educação, não deixar-se representar sem consentimentos ou ter seu espaço cultural utilizado para publicidade, e ganhar respaldo público para salvaguardar esses direitos (YUDICE, 2004, p.41).

A Organização das Nações Unidas (ONU) em seu último Relatório de Desenvolvimento Humano incluiu o acesso a bens, serviços e equipamentos culturais como componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sendo assim, IDH posiciona as políticas públicas culturais a grau de prioridade, igualmente à saúde, à educação e a outras questões vitais. Longe de ser interpretada apenas como manifestação artística, a cultura conjugada à educação forma a base do desenvolvimento social. A separação conceitual entre o que é ação cultural e o que é ação educativa, em se tratando da formação de leitores no Brasil, provocou a ausência de políticas integradas para a formação de leitores críticos no país, durante longos anos. A falta de um conjunto de ações integradoras sobre este tema tornava fragmentada e frágil as políticas de médio e longo prazos para a democratização do acesso ao livro e aos instrumentos de mediação de leituras.

O ano de 2003 consagrou dois importantes acontecimentos¹⁴ para a criação da importante conquista do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) no país: primeiro, A XIII Cúpula dos Chefes dos Países Ibero-Americanos aprovou para ocorrer em 2005, o Ano Ibero-Americano da Leitura sob a coordenação da Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, Centro Regional para o Fomento do Livro na América latina e Caribe -CERLALC/Unesco e o governo de cada um dos países ibero-americanos e a Promulgação da Lei n.º 10.753, de 30.10.2003 - “LEI DO LIVRO”- base para uma política duradoura para o livro e a leitura. Estas iniciativas deram início a consecutivas ações institucionais no decorrer dos anos seguintes.

Em 2004, a Criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura – CSLLL: espaço de concentração do Estado e da sociedade, envolvendo toda a cadeia do livro e

¹³ Grupo de Friburgo, 1996.citado em: YUDICE,G. 2004.p.41

¹⁴ Dados colhidos no site www.pnll.gov.br- acesso em outubro de 2010)

da leitura, assim como, a desoneração do PIS/COFINS, tornando totalmente isento de taxas e impostos o livro no Brasil. Finalmente em 2005 uma parceria interministerial entre o Ministério da Cultura (Minc) e o Ministério da Educação (Mec) para a promoção dos trabalhos para a criação do PNLL, que teve seu texto conceitual e programático redimensionado e condensado pelo Estado e pelos representantes do livro e da leitura em dezembro de 2006 (dados colhidos no site www.pnll.gov.br- acesso em outubro de 2010)

Nos dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) a questão do Livro, Leitura e Bibliotecas tornou-se central no sentido de instituir no país uma política pública de Estado para o setor. Fortalecidos pelas experiências anteriores que buscavam criar no país instituições culturais e educacionais comprometidas com a formação de leitores, as ações realizadas pelos representantes do Estado e da Sociedade Civil convergiram para algo mais “duradouro e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse sido realizada no país [...]” (MARQUES NETO, 2010, p.14)

O debate nacional sobre a criação do PNLL iniciou-se em 2005 com a participação de entidades públicas e privadas, movimentos sociais, profissionais do setor livreiro, escritores, pesquisadores e todo um conjunto de atores sociais envolvidos com esta questão. A criação de marcos de legalidade confere que os embates, em torno da defesa do livro e leitura, no país estão a conquistar canais de diálogo que viabilizem instrumentos gerenciais que viabilizem as políticas públicas.

Para justificar a criação do Plano, alguns pressupostos foram esboçados no sentido de tomar uma posição conceitual (princípios norteadores) sobre o tema livro, leitura e biblioteca. O consenso entre Governo e sociedade Civil em torno do PNLL serve de referência a muitos planos de leitura de outros países. Marques Neto (2010) afirma que:

Os entrelaçamentos conceituais e práticos da ação do Estado com a sociedade e a indissociabilidade entre a cultura e a educação na formação de leitores são pontos referenciais que o PNLL do Brasil possui [...]. Nesses quatro anos o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO (Red de Dirigentes de Planes de lectura) e pela OEI (comite de expertos em lecturas y bibliotecas (MARQUES NETO,2010,p.14).

Democratizar o acesso inclui os suportes tradicionais (impressos) e os tecnológicos, abrangendo o quanto possível as diversidades artísticas e culturais. Os princípios norteadores do PNLL esboçam algumas linhas conceituais:

O plano valoriza particularmente três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país. *Os fatores qualitativos são:*

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário social nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura ;
- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar esta finalidade.

Os fatores quantitativos são:

- d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficientes de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

A Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006, assinada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad e o da Cultura Gilberto Gil, instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura, tendo por finalidade:

Art.1º Fica instituído o Plano Nacional do Livro e leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica, assegurar a democratização do acesso ao livro, ao fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

Este ato interministerial significou instaurar uma política de governo, permanente para o livro, a leitura e a biblioteca, contendo princípios norteadores, objetivos e metas, eixos de ação, estrutura para implementação e financiamento. O Ministério da Cultura definiu que o PNLL fosse encaminhado ao Congresso Nacional como Projeto de Lei. O documento até o ano de 2012 esteve no Sistema de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF) para a fase conclusiva pelos ministérios da Educação e da Cultura para envio à Casa Civil e ao Congresso Nacional.

Um passo importante neste sentido foi dado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff ao assinar em 05 de setembro de 2011, na abertura da XV Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, o Decreto-Lei nº 7559 de 01 de setembro de 2011 que institucionaliza o PNLL como *estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País.* (Art. 1º)

O PNLL foi pensado como um conjunto articulado de princípios e iniciativas aglutinadoras para a efetiva ação dos diversos agentes da sociedade civil e entidades

governamentais. Os eixos representam as dimensões que compõem o universo da demandas sobre a leitura no país. Servem como parâmetros para a concentração de esforços nas ações e iniciativas. A edição atualizada do PNLL (2010,p.38-42) elenca estes parâmetros organizadas nos seguintes eixos:

EIXO 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

IMPLANTAÇÃO DE NOVAS BIBLIOTECAS

A democratização do acesso implica alguns itens, o primeiro é a implantação de novas bibliotecas de acesso público nos três níveis, a saber: estaduais, municipais e escolares. O acervo existente nestas bibliotecas devem atender alguns critérios de seleção dados pela UNESCO. “Inclui-se livros em braile, livros digitais, audiolivros, etc, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outros periódicos. O funcionamento destes espaços devem produzir e estimular ações culturais nas periferias urbanas, instituições hospitalares, orfanatos, creches, templos religiosos, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs,etc”.

FORTALECIMENTO DA REDE ATUAL DE BIBLIOTECAS IMPLANTAÇÃO DE NOVAS BIBLIOTECAS

Integrar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas de maneira efetiva mediante ao fortalecimento da rede atual de bibliotecas modifica os olhares sobre as bibliotecas, compreendendo-as como partícipe da geração e difusão cultural. Estas, passam da posição simbólica de passividade para surgirem “em níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios criação do sistema de estatísticas de bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de atualização e aquisição de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado”.

CONQUISTA DE NOVOS ESPAÇOS DE LEITURA

Perceber a leitura como ato de liberdade é assumir políticas públicas para a conquista de novos espaços. Assim, a importância de “criação e apoio às salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura”(ônibus, vans, peruas,trens,barcos,etc.).Atividades de leitura em parques,centros comerciais,livrarias, aeroportos,estações de metrô,trem e ônibus. Leituras em hospitais, asilos,penitenciarias,praças e consultórios pediátricos, leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS GRATUITOS

Simbolicamente, o livro como artefato cultural, necessita ressurgir no imaginário da população como elemento disponível em diferentes espaços. Para tanto, os programas de distribuição de livros gratuitos engloba “programas para a distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores nas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios ,zona rural, etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, trânsito, trabalho, juventude, etc.) Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios, etc.”

MELHORIA DO ACESSO AO LIVRO E A OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO DA LEITURA

Difundir as práticas leitoras requer melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, desse modo fomentar “Circuito nacional de feiras do livro, coedições de livros em braile, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências, especialmente, às de natureza visual. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.”

INCORPORAÇÃO E USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As novas tecnologias exigem a aquisição de técnicas para a incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação. ”Formulação e aprimoramento de técnicas que visem facilitar o acesso á informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aprimoramento das tecnologias da informação e comunicação. Produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e

difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de Centros de leitura Multimídia para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da leitura e do livro”.

EIXO 2: FOMENTO À LEITURA E A FORMAÇÃO DE MEDIADORES

FORMAÇÃO DE MEDIADORES DE LEITURA

As políticas no Brasil para este setor privilegiam muito mais as políticas do livro por razões de mercado, consubstanciadas pela aquisição de livros pelo governo federal (via MEC) do que efetivas ações na formação de mediadores de leitura. Não é possível avançar a leitura sem um profundo trabalho de qualificação da mediação que engloba “programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Curso de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação à distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades”.

PROJETOS SOCIAIS DE LEITURA

Sem mediação criativa e espaços de leitura acolhedores e permanentes as ações que visam à formação de leitores tornam-se efêmeras, já que provou-se que a compra de livros anualmente, por si, não resultam em mudanças qualitativas da leitura no país, portanto a investida em projetos sociais de leitura caracterizados por: “Projetos para fomentar a leitura. Rodas de leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas etc.) projetos de formação de neoleitores, jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projeto de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Continuidade e fortalecimento do PROLER-FBN e de suas ações”.

ESTUDOS E FOMENTO À PESQUISA NA ÁREA DO LIVRO E DA LEITURA

Políticas culturais são ações que se realizam a longo prazo, precisam amadurecer, reinventar-se no cotidiano, ter continuidade, gerar vínculos e estabelecer diálogos. É um campo frutífero para ESTUDOS E FOMENTO À PESQUISA NAS ÁREAS DO LIVRO E DA LEITURA. Uma gama de possibilidades se fazem: “Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil, história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, história das livrarias nos núcleos universitários de pesquisa e fora da academia. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e a publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.”

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS ÁREAS DE BIBLIOTECAS, DA BIBLIOGRAFIA E DO MERCADO EDITORIAL

Faz-se, de fundamental importância a montagem de sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial com tarefas do tipo: “Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. Portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.”

PRÊMIOS E RECONHECIMENTO ÀS AÇÕES DE INCENTIVO E FOMENTO ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA

Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura são maneiras de dar visibilidade aos projetos existentes em todo país. Eles mostram que é possível agir com inventividade produzindo ações singulares. São alguns: “Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola,

biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.”

EIXO 3: VALORIZAÇÃO E FOMENTO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO

AÇÕES PARA CONVERTER O FOMENTO ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DA LEITURA EM POLÍTICA DE ESTADO

A Leitura pode ser uma espécie de contracombate a um mundo que se recusa a escutar. De um mundo que recusa, na contemporaneidade, a aceitar o silêncio provocador de reflexões mais profundas. Atuar no imaginário das populações, possibilitando a reconstrução de suas memórias coletivas são ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado. O PNLL prevê: “Programas governamentais de fomento à leitura (como o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER etc). Formulação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELL e PMLL), formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à Leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.”

AÇÕES PARA CRIAR CONSCIÊNCIA SOBRE O VALOR SOCIAL DO LIVRO E DA LEITURA

A leitura recebe neste eixo singularidade institucional em ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura. Uma série campanhas destinadas a interagir são “Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Publicações de histórias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da comunidade sobre livros. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública.”

PUBLICAÇÕES IMPRESSAS E OUTRAS MÍDIAS DEDICADAS À VALORIZAÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA

Se o livro é pouco presente no imaginário social e cultural do povo brasileiro é consequência da história relativamente recente de políticas culturais e educacionais. A democratização da informação inclui publicações impressas e outras mídias dedicadas á valorização do livro e da leitura. Um investimento em comunicação democrática para este setor pode fazer com que a mídia inclua em sua pauta maior espaço em “Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio.”

Eixo 4 –DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO

DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO LIVRO

A pesquisa encomendada pelo BNDES, de autoria de Fábio Sá Earp e Georges Kornis “A Economia da cadeia produtiva do livro” foi divulgada em 2005 e teve como motivação estabelecer informações técnicas sobre a economia do livro no Brasil e no exterior. Um primeiro questionamento apontado pelos autores revela a existência de um problema o descompasso entre a imensa oferta global e a limitadíssima capacidade de absorção do consumidor individual. O desenvolvimento da cadeia produtiva do livro é um tema necessário, pois reúne os agentes diretos na concretização do material impresso e sua divulgação. Neste eixo, algumas propostas se alinham:

“Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro.

Outros aspectos se somam, tais como:

FOMENTO À DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE BENS DE LEITURA

“Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empREENDEDORES. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.”

APOIO À CADEIA CRIATIVA DO LIVRO

“Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à tradução. Fóruns de direitos autorais e copyrights restritivo e não restritivo.”

MAIOR PRESENÇA NO EXTERIOR DA PRODUÇÃO NACIONAL LITERÁRIA CIENTÍFICA E CULTURAL EDITADA

“Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação”. (PNLL, edição atualizada, 2010 p.56)

Os quatro eixos do PNLL representam um processo de elaboração conjunta dos movimentos sociais que vivenciam o interesse de transformação tendo a leitura como um meio de resistência e criação.

2.4 A Escola e a formação de leitores: redescobrimo a biblioteca

Não é arriscado dizer que a escola criou uma geração de pessoas que solicitadas a escrever tremiam diante da folha em branco, com certeza, porque seus textos seriam lidos para serem corrigidos. Decorre, então, a pouca habilidade, não apenas da escrita, mas também da leitura que ficou resumida a fragmentos ou a leitura por encomenda de

autores pré-definidos para serem lidos mecanicamente como paradidáticos. O prazer do texto fica inviabilizado, devido a tantos cerceamentos e limites interpretativos. A literatura passa a ser encarada ora como devaneios de uma determinada época histórica, ora como um saber ultrassofisticado, de pouca utilidade para os escolares.

A escola tende a presentificar a leitura, tornando-a fragmentada. Isto ocorre caso eleja um cânone para dialogar, desprezando, assim, outros autores ou, ao contrário, a ausência de leitura com viés literário mais sistematizado. Através de grades curriculares, horário das aulas, do espaço físico, da percepção sobre a biblioteca (infelizmente, ainda o lugar do castigo), no espaço escolar também é percebido a falta de tempo que caracteriza a contemporaneidade. Este tempo abreviado será adversário dos processos de formação de leitores autônomos.

Nos relatos de algumas pessoas, inclusive de atuais professores, afirma-se o papel secundário desempenhado pela escola na promoção do livro e da leitura. Falam da leitura forçada, leitura da obra para responder a questões esquematicamente formuladas em provas e exames. Não deveria ser assim. Esta ação, talvez corrobore para o afastamento e desestímulo à leitura e, conseqüentemente, para a falta de habilidade com o código escrito. Antes de ser uma má-vontade dos indivíduos, é uma prática que se naturaliza, em especial, por aquela que deveria ser sua promotora, a escola. Esta, porém, não é uma entidade abstrata, está inserida historicamente nos contextos operados pelos modos de produção capitalista cuja conexão se realiza, ao mesmo tempo, entre as dimensões sociais e psíquicas. Para Guatarri (2005, p.36) “a produção de subjetividade constitui matéria prima de toda e qualquer produção”.

A leitura é um ato de produção de sentidos sujeito a variáveis diversas, da ordem do linguístico, social, histórico, econômico filosófico, dentre outros. Sabe-se, também, que quando a escola decide desenvolver atividades emancipatórias em torno da leitura, acaba expandido para as outras disciplinas escolares melhores resultados. Desta forma, é possível elaborar e difundir ações pedagógicas que implementem a leitura crítica e o reconhecimento da literatura como horizonte humanizador.

Para efetivar a formação de leitores no país é preciso estender a leitura para além da escola. A função social das bibliotecas escolares, públicas e comunitárias é fundamental porque qualifica a relação com outras áreas do conhecimento, tornando o livro simbolicamente valorizado, permitindo a democratização da informação. Longe de compreender a leitura apenas como um ato utilitário, entende-se a formação de leitores

como um ato de emancipação. Eliana Yunes (2010) no artigo "Era uma vez a leitura" registra esta preocupação:

Queremos uma política de Estado que seja capaz de apoiar, prover registrar e avaliar com a sociedade civil comprometida com as ações transformadoras que resultam do hábito de ler, *menos para consumir livros e mais para consumir*[grifo meu] o humano que clama pelo bem comum, sonhado livremente por cada um (YUNES, 2010, p.154).

As ações que promovem a democratização podem refletir positivamente sobre a escola e sobre a cidade. Percebe-se, então, que o PNLL pode produzir efeitos transformadores nas práticas de leitura escolar quando incluem no cotidiano da sociedade o livro, a leitura e a biblioteca como elementos imprescindíveis à cultura do diálogo. Podem alcançar, também, as famílias dos escolares e todo o ambiente que circunda a cidade, uma vez que, orienta ações espontâneas de comunidades diferentes. Democratizar o acesso é condição *sine qua non* para a indução de políticas culturais e educacionais no país, ao mesmo tempo em que torna possível o debate entre os cidadãos sobre quais tipos de políticas públicas estes almejam.

[...] Por isso cabe às operações da cultura que não se rege por normas empresariais, como negócio no sentido vulgar do termo, sendo ela mesma a afirmação do ócio, criativo no sentido mais radicalmente possível, em que a contemplação estética possa de fato servir a uma revolução ética. (YUNES, 2010, p.155).

É fundamental que a questão da formação de leitores tenha, também, na escola, um viés formal de importância centrado nas práticas pedagógicas tanto em sala de aula quanto na biblioteca escolar. No Brasil já foram realizadas propostas neste sentido. A campanha orientada pela Lei 12.244/10 "Cada escola uma biblioteca e cada biblioteca um bibliotecário" ressalta a importância da biblioteca escolar e a funcionalidade do bibliotecário. Esta lei reedita o Projeto de Lei da Deputada Esther Pilar Grossi (PL nº 3.549/00) que dispunha sobre a universalização das bibliotecas escolares, arquivado em 31 de janeiro de 2003.

Os desafios relacionados à ressignificação dos conceitos de leitura, de ensinar e aprender a ler são os mais emergentes quando temos a legislação federal determinando a criação de bibliotecas nas escolas do país. Neste caso o diálogo deve ir além da presença de um bibliotecário e de um espaço definido como tradicionalmente entendemos por biblioteca.

A cultura escolar ainda compreende as bibliotecas enquanto local para o complemento ou apoio para as atividades iniciadas em classe ou como meio de busca de referências para as pesquisas escolares. Mesmo com exceções a esta afirmação, a escola precisa entender que são as práticas culturais que configuram a formação do leitor. *”somente com livros mudos e sonolentos no escuro silencioso dos espaços eventualmente abertos a leitura não nasce, porque quem a faz nascer e existir são seus leitores com a mediação dos educadores de biblioteca”*.(ARENA,2011,p.14)

A biblioteca escolar pode se configurar em um amplo instrumento de estímulo à educação e às atividades culturais, mas essa potencialidade educativa e cultural ainda não é contemplada na prática de maneira mais abrangente. O crescente volume de informações apresentados à sociedade força um redimensionamento das funções da biblioteca e do bibliotecário. Campelo (2009) mostra que a biblioteconomia tem desenvolvido em suas concepções e práticas novas metodologias para os profissionais que lidam com a informação, sobretudo porque acredita-se que os bibliotecários possam contribuir nos processos de aprendizagem, desenvolvendo habilidades do uso das informações que são essenciais no mundo contemporâneo.

Pesquisas revelaram que bibliotecários envolvidos em projetos educativos em escolas de ensino básico procuram principalmente desenvolver o gosto dos alunos pela leitura, e essa é sua principal preocupação. No que diz respeito às habilidades de pesquisa, eles buscam desenvolver várias delas. Ensinam os estudantes a usar a biblioteca, mostrando como ela é organizada e preocupando-se com que saibam movimentar-se naquele espaço com familiaridade e autonomia. Os bibliotecários entendem que a biblioteca escolar serve de modelo para crianças e jovens utilizarem e usufruírem outros espaços informacionais semelhantes ao longo de sua vida. Assim, os usuários se familiarizam com os diversos setores da biblioteca, aprendem a utilizar o catálogo, conhecendo sistema de classificação e, utilizando o número de chamada, conseguem localizar o livro na estante. O objetivo é tornar os estudantes autônomos no uso da biblioteca (CAMPELLO, 2009, p. 28).

A existência de um ideário de biblioteca escolar como um espaço sem identidade se apresenta quando verificamos seu funcionamento em uma estrutura física qualquer, com uma quantidade determinada de livros distribuídos de forma aleatória, sem política e gerenciamento bem definidos. Alguns pesquisadores afirmam que comparações e contiguidades de nomenclaturas a que são referidas à biblioteca escolar, tais como, sala de leitura, centro de multimeios desfazem o perfil de biblioteca escolar necessário ao letramento informacional. Mesmo assim, não é possível afirmar que mesmo que haja

uma quantidade definida de livros em um local definido como biblioteca ocorram as relações que permitam a integração dos alunos nas práticas de leitura.

Entre reunir e dispersar(CHARTIER,199), as políticas públicas insistem no reunir, por meio das ações ousadas como o Plano nacional de bibliotecas Escolares, mas não avançam na ação de dispersar, por delegarem às instâncias locais a construção dos espaços e a designação do professor de biblioteca, sem cogitar, decidida e efetivamente, das funções do bibliotecário, profissional específico para a função.(ARENA, 2011, p.14)

Faz-se necessário a mobilização política para a instauração de responsabilidades compulsórias em relação à Lei nº 12.244/10. Diferente de punição, trata-se de fiscalização para a consagração da lei. Desse modo, estabelece procedimentos administrativos que regulamentem uma porcentagem mínima do orçamento da escola para o investimento na biblioteca.

A criação do PNLL abre espaço para a defesa de uma política permanente para o livro , a leitura e a biblioteca e contínua para a avaliação dos programas e metas propostas pelo Governo e Sociedade Civil. Cabe a compreensão da importância da ampliação do conceito de participação popular e construção coletiva das políticas públicas. As experiências locais de formação de leitores é uma dimensão a ser valorizada pelos atores sociais. Grandes iniciativas ocorrem em todo o território nacional através das bibliotecas públicas e comunitárias. Estas últimas assumem um papel singular na produção de novas práticas de leitura. Formam-se, principalmente, pela iniciativa popular e produzem resultados emancipadores para o espaço social no qual se localiza.

3 LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA NOS MUNICÍPIOS: AGENCIAMENTOS POSSÍVEIS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DO LIVRO E LEITURA

“É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas”

Giles Deleuze. Conversações

3.1 Cidade e leitura para a cidadania

A cidade possui no imaginário construído no percurso histórico das civilizações promessas de vida e felicidade para aqueles que nela habitam. Na contemporaneidade, a cidade foi reconduzida ao debate intelectual e ao centro das disputas que tem pautado as políticas públicas, os projetos e intervenções no espaço urbano.

Na contemporaneidade o estudo do espaço urbano foi ressignificado elegendo a importância do local para a compreensão destas questões. Na dimensão global, pode-se dizer que as transformações ocorridas no tempo e no espaço engendradas na sociedade pós-industrial provoca nas dinâmicas sociais diluição de divisas, flexibilidades, os fluxos de informação se tornam cada vez mais complexos e excessivos. Por outro lado, na dimensão local, ocorrem diferentes estados sócio-econômicos que se sobrepõem, ou seja, aparecem, nem sempre, com a mesma visibilidade para grupos de pessoas e ambientes. Estes são aspectos que constituem a tradição e também a ruptura com esta tradição. Berman (2008) explica este fenômeno:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e de ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 2008, p.21)

A cidade possui de maneira bem explícita uma organização político-administrativa onde o território é referência básica e principal. Assim, a cidade torna-se, desse modo, “uma unidade político-territorial moldada pelo urbano e suas contradições”(OLIVEIRA, 2007, p.171).

Os discursos sobre a cidade se renovam. Por que o retorno do debate acerca da cidade? Quais as condições objetivas e subjetivas do retorno à cidade? Qual a relação cidade e formação de leitores nesta perspectiva?

Primeiro, tal questão se relaciona com a atualidade do processo de globalização. A fragilização do Estado Nação gera o enfraquecimento dos nacionalismos, alterando a escala¹⁵de planejamento. A rede urbana estruturada hierarquicamente perde, em parte, importância. Entender o global e o local é acompanhar um processo que transita das potências mundiais e sua rede metropolitana às cidades globais. Estas organizam e controlam o fluxo das mercadorias, as finanças e, de maneira bem mais complexa, a informação.

Há, interesses diferentes em relação às cidades. Os investimentos financeiros forjaram uma competição entre elas. Dependendo das potencialidades que as cidades exibem, os capitais que circulam mundialmente escolhem onde irão alocar seus investimentos. Este fato expõe três movimentos primordiais que precisam ser analisados. Primeiro, a administração urbana, ou seja, a gestão da cidade é influenciada pela lógica do empresariamento em detrimento do gerenciamento. A política dos grupos inseridos nos movimentos sociais convive com o empresariamento da gestão cuja característica central é a parceria- público-privada. Harvey (1996) lembra que a globalização é o processo que tem como objetivo a internacionalização do modelo capitalista, e que atualmente segue a lógica neoliberal, a qual é adotada na organização do espaço urbano através da lógica do planejamento estratégico. Esta lógica ao buscar vender a cidade ao grande capital, é seletora e, conseqüentemente, segregadora

Ela (globalização) torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela torna e põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população. (HARVEY,1996, p.55)

¹⁵ Relação utilizada entre as dimensões utilizadas nas representações gráficas, cartográficas, fotográficas e as dimensões reais correspondentes.

Constrói-se uma imagem para as cidades além de seu território inserido em um Estado-Nação. Isto significa do global ao local, isto é, a menor unidade administrativa e o seu planejamento são colocados em evidência e objetos de marketing em torno de suas potencialidades.

O segundo movimento é o aumento no processo de segregação socioespacial nas cidades. Em seu interior, áreas ricas e pobres se fecham e se isolam. Ocorrem fragmentação e diluição em minúsculos territórios produzindo uma relativa urbanização, pois os lugares estabelecidos como integração de distintas formas culturais e sociais concede lugar a uma ordem não-pública, temos como exemplo desta ordem a multiplicação dos delitos, o medo e a insegurança.

O terceiro movimento é o esgotamento do sentido original dado ao conceito de cidade, ou seja, de um projeto único, bem delimitado no tempo e no espaço e detentor de um projeto ou de uma *utopia de compartilhamento* do todo por todos vistos no século XIX e XX na Europa e no Brasil. Diferentemente do burgo da Idade Média e da cidade burguesa do século XIX, o período histórico atual da urbanização se caracteriza pelo deslocamento do modelo de cidadania e civilidade erguido a partir do século XIX para o modelo, ainda em desenvolvimento, de uma crise urbana conjugada a mudanças éticas e morais expressas no uso de seus territórios. Estariam, então, as cidades destinadas aos que nela apenas “passam¹⁶”, “transitam” sem que vivam a urbanidade no seu cotidiano.

É a cidadania de mercado o proposto pelo capital nos dias atuais. Oliveira (2007) explica que para ser cidadão há uma preparação para ser consumidor e, ao mesmo tempo, uma preparação para se tornar cliente. Este modelo de cidadania não há espaço para reconhecimento ou mesmo incorporação do “outro”, isto é, aquele que se coloca fora ou se opõe de forma organizada instaurando a participação ativa.

O território foi uma construção histórica bem modelada, relacionada a formação dos Estados Modernos. Podemos afirmar que o território é relacional e está mergulhado nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais, em sentido amplo. Estas relações são antes de tudo relações de poder como mostra Haesbaert

as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens, sendo esta última dupla: uma relação entre as sociedades ao mesmo tempo que uma relação no interior de

¹⁶ Neste livro o autor atualiza as idéias em torno da crise da urbanidade e da utopia do compartilhamento presentes em sua obra anterior “O declínio do homem público”.

cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a compõem(GODELIER apud HAESBAERT, 2007, p. 54)

O Estado Regulador em crise estaria produzindo um fenômeno chamado desterritorialização. Haesbaert (2007) esclarece que este termo vem recebendo de muitos pesquisadores várias significações. Nesta pesquisa, a escolha recai sobre o conceito de desterritorialização que pode ser conjugado coerentemente ao campo dos estudos sobre produção de subjetividades que também produzem reflexões sobre este fenômeno. O autor citado considera que a abordagem acerca da desterritorialização deve levar em conta as contradições entre a experiência espaço-temporal entre ricos e pobres, nomeada para ele, respectivamente, como: para os ricos” espaço virtual”; para os pobres,”espaço brutal”.

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional”[...] Enquanto isto, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilização”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana(HAESBAERT, 2007, p.62)

Bauman (1999) interpreta de maneira semelhante o conceito de desterritorialização de Haesbaert, mesmo que não use esta expressão. Para o filósofo a globalização criou o “paradigma do turista” possível para as classes privilegiadas e a do “vagabundo” para os grupos subalternos.

O que mais importa nesta análise sobre o conceito de território e desterritorialização é a análise das distinção entre a experiência *espaço-tempo*, *espaço-virtual* dos privilegiados e a experiência *espaço brutal* para os excluídos porque este movimento é produzido conjuntamente com a produção de subjetividades.

Pélbart (2002) chama a atual fase do capitalismo de Império Contemporâneo e afirma que ele depende da circulação de fluxos em alta velocidade, da circulação incessante de capitais, de produtos, de informações , inclusive de pessoas. Os excluídos são aqueles condenados ao sedentarismo, enquanto as elites movimentam-se com agilidade. Concorda com outros intelectuais nos quais apontam que o novo capitalismo em rede louva as conexões, a movência, a fluidez, enxergando, sobretudo, que a riqueza se constitui, também, sob novo emblema: a mobilidade de uns, às custas da imobilidade de outros

Por um lado a capacidade das elites de trafegar com desenvoltura por circuitos diferentes , extraindo daí informações e idéias e capitalizando-as em projetos de toda ordem. Por lado, os excluídos da rede, da mobilidade, da

navegabilidade e das oportunidades que ela oferece, prisioneiros de si mesmo e afundados no charco da sobrevivência cotidiana (PELBART, 2002, p.253).

Guattari (2005) desenvolve o conceito de *máquinas de produção de subjetividades*. O filósofo apresenta a subjetividade em ruptura com a tradição filosófica que afirma uma natureza humana inerente a um sujeito. Há uma economia coletiva do desejo de natureza industrial, maquinica, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. O autor considera a existência de sistemas de conexão entre as instâncias de produção, também chamadas máquinas produtivas, e as instâncias psíquicas definindo nossa maneira de perceber o mundo.

Machado (1999) utiliza a expressão subjetividades contemporâneas, isto é, processos de subjetivação, em uma perspectiva que distingue *modos de subjetivação e formas-subjetividade*. Os modos de subjetivação relacionam-se com a história de maneira processual, por isso valorizam o acontecimento, à força das transformações, ao imprevisível, configurando territórios existenciais refratários às transformações ou abertos a outras formas de ser. As formas-subjetividade são engendradas por configurações que ocorrem em um determinado tempo e espaço e configuram forças variadas que se atravessam em constante movimento.

Não ocorrem superações de uma força por outra por outra, mas sim, ultrapassamentos, de modificações no próprio jogo de forças. Nesse sentido, em cada momento histórico, em cada sociedade, determinadas formas de ver, sentir e desejar, por exemplo vão emergindo de certas configurações da subjetividade. As formas-subjetividade são o instituído.

Da mesma forma que falamos em territórios e desterritorialização no campo mais objetivo, ligado às construções de uma região específica e ordenada no espaço terrestre, há uma profunda conexão entre estes conceitos e as expressões subjetivas. Os territórios são a conjugação de elementos de expressões históricos. Suas composições são integradas por materiais existenciais, isto é, comportamentos, gestos, valores, relações, isto é, comportamentos, gestos, valores, relações sociais etc. Muitos são os territórios possíveis em uma existência e podem variar de pessoas ou grupos.

A desterritorialização pode se caracterizar por possíveis deslocamentos ou rupturas de territórios constituídos. Ocorre neste movimento montagens que assumem outras formas como a “territorialização, onde novos territórios provisórios são inventados, ou em processo de reterritorialização, é capturado, e em lugar da invenção de outros

territórios teríamos a recomposição de territórios vinculados a ordem de reprodução capitalística”(MACHADO, 1999,p.217)

Conjuga-se, então, a idéia de movimento, de relação, de diversidade, realçando as subjetividades envolvidas. Cada ponto conduz a uma rede de significações. Nada é eterno. Tudo está em permanente mudança no meio social. As condições materiais herdadas por indivíduos e grupos modelam suas ações e seus pensamentos, todavia, ocorrem encontros que produzem outras significações.

Pensar em relação a produção de subjetividades em relação ao espaço da cidade e a formação de leitores significa pensar que os sentidos podem mudar. Não há nenhuma condição divina ou natural para que eles sejam como são. As sociedades podem ser outras e as políticas transitórias. A dimensão interpretativa, simbólica da produção de sentidos contempla a mudança, reconhecendo o real como possível de se modificar. Não se trata aqui de um gesto psicológico posto em ação um sujeito livre agindo segundo sua vontade única, indivisível.

Na verdade, ao invés de pensar em indivíduo ou em indivíduos agrupados formando um coletivo ou corpo social, compreende-se que a subjetividade coletiva não é um somatório de subjetividades individuais. A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação inseridos em processos semióticos e heterogêneos. A subjetividade individual é resultante de atravessamentos, conexões, determinações exercidas por coletivos variados atuando no social, na economia, na tecnologia, na mídia etc. Os agenciamentos não estão centrados em agentes individuais nem em agentes grupais e organizam-se em ações descentradas. Guattari (2005) explica que os processos de subjetivação ou de semiotização estão em todo o desenvolvimento da sociedade

[...] Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos,econômicos,sociais,tecnológicos,icônicos,ecológicos,etológicos,de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana,infrapsíquica, infrapessoal(sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor ,modos de memorização e de produção de idéias,sistemas de inibição e de automatismos,sistemas corporais, orgânicos,biológicos,fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI, 2005, p. 39)

Os agenciamentos coletivos de enunciação são múltiplos e interessa saber como se conectam a essas diferentes instâncias para produzir práticas singulares de expressão ou criação. A existência das bibliotecas comunitárias, realmente, instauradas a partir da

subversão de um grupo , expressam , assim, em um agenciamento coletivo de enunciação, uma vez que, por estar em um espaço compartilhado no cotidiano, isto é, na comunidade em que vivem, percebem a urgência de integração cultural e educativa, negligenciada pelo poder público. Sobre este olhar as bibliotecas comunitárias são dispositivos que se configuram para responder a esta urgência. Produz efeitos, entram em convergência ou divergência com outros dispositivos e exigem reajustes. Foucault (2009) amplia o conceito de dispositivo

[...] 1. O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito (FOUCAULT,2009,p.124)

Desse modo, os movimentos de criação das bibliotecas comunitárias expressam a incapacidade quase genérica do poder público de conjugar as demandas da população em realizações qualitativas e efetivas. Estes movimentos são as resistências, potencializadas e marcadas pela singularidade de seus projetos.

3.2 Em busca da criação dos Planos Municipais do Livro e Leitura na Baixada Fluminense: o papel formador das bibliotecas

O Decreto Federal nº 6.226, de 04 de outubro de 2007, instituiu o Programa Mais Cultura com o objetivo de:

Art. 1o Fica instituído o Programa Mais Cultura, com os seguintes objetivos:
 I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
 II -qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
 III-gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

O programa Mais Cultura possui três linhas de atuação:

- 1- **Cultura e Cidadania**- “visa garantir aos brasileiros o acesso aos bens e serviços culturais”;
- 2- **Cidade Cultural**- “qualificar o ambiente social das cidades ampliando a oferta de equipamentos e os meios de acesso à produção e à expressão cultural”.
- 3- **Cultura e Renda** – “gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para os trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas”.(BRASIL,2007)

Observa-se a preocupação em inserir como referência de equipamentos culturais, as bibliotecas comunitárias em uma perspectiva de reconhecimento do espaço local como estimulador de desenvolvimento social (Art.1º,item II). As Bibliotecas Comunitárias inserem-se na segunda linha de ação “Cidade Cultural”. Poderiam também estar juntamente com as bibliotecas públicas na primeira linha “Cultura e Cidadania”, entretanto, pensa-se neste trabalho, que há a orientação conceitual por parte do poder Público de identificá-las na segunda linha, devido a interpretação da conjuntura econômica e social que centrou nas cidades a possibilidade de construção de novos arranjos sociais e culturais influenciados fortemente pela economia capitalista que remodela, desloca os indivíduos e os territórios. Ocorre uma adaptação das políticas culturais ao sistema político e econômico em escala global.

As cidades nos atravessam com suas conquistas, estórias, seus limites, suas incompletudes. Nela, nos sentimos pertencendo ou não a um determinado território ou grupo social. Há muitas cidades dentro de uma única cidade. Estar no espaço urbano é interagir com o corpo e a mente em suas complexas e múltiplas dimensões: política, cultural, econômica, estética etc.

Orlandi (2004) explica que a idéia de cidade é pensada em relação ao “*droit de cite*”, ou seja, ao direito de cidadania, resultando em uma articulação entre nação e dimensão jurídica na conformação do cidadão. Tendo a nação uma dimensão abstrata, muito mais ampla, a cidade possui visibilidade em suas formas ao primeiro olhar. “Assim, podemos dizer que outra característica de cidade importante é o fato de que a cidade introduz a representação sensível de suas formas, ao lado da consideração de um espaço de cidadania”(ORLANDI, 2004,)

O programa “O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios”, lançado em parceria do Ministério da Educação, Ministério da Cultura, do Plano Nacional do Livro e da Leitura com o Instituto Pró-livro tem por objetivo fomentar Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura mobilizando, capacitando e assessorando prefeituras e Secretarias de Educação e Cultura para o seu desenvolvimento e implantação. A importância dos Estados e Municípios elaborarem seus planos não se baseia, apenas, na

tarefa dos gestores em administrarem a Educação Básica e promoverem melhorias dos indicadores econômicos e sociais das regiões que governam. A responsabilidade dos Estados e Municípios elaborarem seus planos é de iniciar a democratização do acesso ao livro e o hábito da leitura nas dimensões humanas. Responsáveis pela educação básica, governadores e prefeitos tem a tarefa de criar ações que revertam o atual quadro da educação no país.

Os Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura¹⁷ são orientações para as políticas públicas. É o requisito exigido pelo MinC/MEC para apoio e ações de participação em editais e programas de incentivo. Pode ser instituído por um Projeto de Lei do livro e leitura e encaminhado à Câmara de vereadores. A Prefeitura/Prefeito pode usar a estrutura das próprias secretarias, podendo criar posteriormente um Departamento com a presença de um secretário executivo. A criação de um Fundo de Cultura mantido pela iniciativa privada e pelo Governo Federal é a proposta para a concretização das propostas e para o alcance das metas. Prevê mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas para verificar o alcance das iniciativas. O Plano Municipal do Livro e Leitura é uma modalidade de gestão compartilhada e participativa. O Governo deve criar o Conselho Diretivo do Plano, composto por membros da área da educação e da cultura. O PMLL é estruturado da seguinte forma:

- 1-Justificativa;
- 2-Princípios;
- 3-Objetivos;
- 4-Mapa das Ações

No livro PNLL: textos e história (2006-2010) no item da justificativa (p.36) são apresentados alguns dados da situação da leitura no país. Ao observar os resultados apresentados em 2005, de dois exames federais, Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB), quanto aos alunos com aprendizado adequado à série, a disciplina de língua portuguesa, no quinto ano (antiga 4ª série) obteve o índice de 27.9%, abaixo do objetivo traçado que deveria ser 29%. Se continuarmos a avaliar outras fontes, observaremos que a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que apesar da universalização do ensino entre as crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de idade, estar na escola não significa, necessariamente, aprendizado qualitativo.

¹⁷ http://corp.ciatech.com.br/prolivro/conteudo/bibliotecadigital/3/Guia_PNLL.pdf

Segundo a última pesquisa sobre o analfabetismo (Mapa do Analfabetismo no Brasil, publicada pelo MEC em 2009) existem no Brasil 16,3 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. O mais contraditório é que 35% dos analfabetos já frequentaram a escola. A pesquisa denominada Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) classifica em três os níveis de leitura: no nível 1 (rudimentar) estão as pessoas que conseguem apenas ler títulos ou frases; no nível 2 (básico) estão aquelas que conseguem ler textos curtos; e no nível 3 (pleno) encontram-se aquelas pessoas capazes de ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos e identificar fontes.

Logo, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros de 15 anos ou mais consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro perverso de exclusão social, que indica que cerca de três quartos da população brasileira não detêm os meios de ler e interpretar o mundo a sua volta.

A constatação da importância de formar, para as próximas gerações, leitores em várias instâncias exige uma atuação firme na qualificação de educadores, na redescoberta e valorização da biblioteca como patrimônio não apenas da escola, mas de toda a sociedade. Assim, fazemos surgir no imaginário social a importância do livro como um bem simbólico que expressa a diversidade cultural existente.

A formação de leitores é um processo que abrange várias frentes de ação. Deve ser instituída em uma política de Estado implementada de forma democrática, com a participação da sociedade, visando o acesso ao livro e compactuando educação e cultura. Então, reconhece-se a importância da escola como o principal lugar para a criação do hábito de ler. As famílias que possuem o hábito da leitura e difundem para os seus filhos, querem que a escola continue a formação em termos mais complexos.

Sabe-se que após a criação do PNLL, por ação do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, tornou-se recomendável um maior investimento para que as escolas tenham seus projetos de sala de leitura. Objetivamente, as escolas não são homogêneas, diferem uma das outras a partir de critérios que vão desde localização, classe social, tipo de equipe pedagógica, corpo docente, corpo discente, expectativa dos pais até a questão da gestão dos governos responsáveis, mas esta orientação vem sendo seguida, com variações na maior parte das escolas das redes públicas do país. Um exemplo da importância das políticas públicas de Estado atuando de forma sistemática sobre os setores fundamentais da sociedade, todavia, sabe-se que não basta a sala de

leitura existir, é necessária intervenção qualitativa com a aquisição de acervo atualizado e uma política instaurada no currículo escolar que reconheça o livro e a leitura como instrumentos do desenvolvimento intelectual, emocional e afetivo dos alunos.

A Escola é um importante ambiente, talvez o principal, atualmente, na Baixada Fluminense, para a formação de leitores, uma vez que, a região composta de 13 municípios carece de equipamentos culturais. A expressão “A Baixada para os de baixo” (ALVES, 2003) demonstra uma realidade nascente na região no final do século XIX: o padrão segregacional que se consolidou de forma nítida e ampla. Para Alves (2003, p. 53-54)

A ordem socioespacial que emergia preservava a Zona Sul e parte da Zona norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços e de transporte e infraestrutura urbana. Aí seriam estabelecidas as classes e os usos nobres da cidade. No outro lado, estariam os subúrbios distantes, com os pobres e seus usos sujos, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado. Entre um e outro, restava a excrescência de um centro onde pobres e nobres se misturavam na reprodução da velha ordem.



Quadro 1 - Mapa da Baixada Fluminense. Fonte: Associação de Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto

Dentro desta situação a Baixada Fluminense atravessou o século XIX e XX vivenciando crises econômicas, transformações espaciais, porém, sem ter um perfil de região composta por infraestrutura e políticas públicas de Estado, tornando a região denominada, “cidades-dormitórios”. Sendo assim, seus moradores ainda vivenciam graves problemas básicos de urbanização que já deviam estar superados. As cidades da Baixada, em relação à educação e à cultura possuem os mais baixos índices de IDH, ínfimos equipamentos culturais, precárias condições de instituições educacionais, aliado a isto tudo, instituições parlamentares fundadas na violência.

Pensando numa perspectiva benjaminiana para que o presente e o futuro possam ser transformados é desejável revisitar o passado não mais como uma espécie de

continuum da história, ou seja, como se tivéssemos que aceitar as condições materiais que herdamos tal como um contrato que não possa ser quebrado. O contrato em questão é aquele em que as classes dominantes vencem sempre. A expressão *caldo cultural* é interpretado em algumas situações como uma marca, uma letra escarlate sobre pessoas e comunidades.

No caso da Baixada Fluminense, nossa origem popular, nosso distanciamento da metrópole pelas reformas urbanísticas pode fazer crer que não somos os eleitos, todavia, os movimentos sociais organizados em torno da leitura encontram no coletivo a saída quando formam bibliotecas comunitárias e movimentos literários. Desse modo, modificam a cidade e a escola, uma vez que, dão visibilidade às bibliotecas como um ambiente de integração social, provocando resistência ao isolamento. Quebram o contrato erguido por um capitalismo regressivo, silenciador de culturas e promotor do consumo.

As experiências acumuladas pela Biblioteca Comunitária Solano Trindade (Duque de Caxias) e pelo Movimento Baixada Literária (Nova Iguaçu) as credenciam como protagonistas que atuam em torno da construção dos Planos Municipais do Livro e Leitura nestes municípios. Essas ações são efeitos da existência do PNLL. Neste momento, estes agentes sociais reivindicam mudanças nas políticas culturais e educacionais de seus municípios quando dão centralidade às bibliotecas como espaço privilegiado de integração para o livro e a leitura.

O conceito de comunidade escolhido nesta análise se baseia na formação de um quantitativo pequeno de indivíduos, situados em um espaço comum, compartilhando narrativas, sentimentos, projetando futuras ações. Estar em uma comunidade implica pertencer física e simbolicamente às esferas dos direitos e deveres, responsabilizando-se sobre a construção de seus rumos. Neste caso, os vínculos são firmados e regidos no meio da família, da vizinhança e das instituições formais (escola, igreja etc.) Resultam deste encontro produções de sentidos diversas que constroem o viver. São práticas sociais em ação gerando processos mais dinâmicos de participação.

As bibliotecas de um modo geral, passam por grandes mudanças orientadas por transformações das novas tecnologias. Estas mudanças reforçam as atuações destas bibliotecas como espaços estratégicos para a implementação de políticas públicas de inclusão social e cultural. Abrem-se possibilidades de construção de ambientes em que o público torna-se, também, colaborativo. Destaca-se dessa maneira, a fundamentação cultural neste tipo de inclusão tão importante para expandir o sentido do termo,

entendido muitas vezes, pelos governos e também pelo conjunto da população, como estar apenas incluído no consumo de mercadorias.

Petit (2008) explicita no prefácio à edição brasileira de *Os jovens e a leitura* a importância da leitura neste aspecto de valorização e produção de sentidos nas relações comunitárias:

Hoje, cada um deve construir sua identidade e experimentar, bem ou mal, na busca de sentidos, valores, referências, lá onde os limites simbólicos não existem, com todos os riscos que isso comporta, particularmente na adolescência. Em muitos países, as pessoas se preocupam justamente com o aumento das condutas de risco entre crianças e jovens. Este é um motivo a mais para nos interessarmos pelo papel que a leitura pode desempenhar na elaboração da subjetividade, na construção de uma identidade singular e na abertura para novas sociabilidades, para outros círculos de pertencimentos. (PETIT, 2008, p.19)

Com o surgimento, expansão e democratização do acesso à internet, a biblioteconomia se reinventa em sistemas de ambientes colaborativos. Inicia-se o surgimento de uma face de rede social para o espaço da biblioteca que desloca os papéis construídos historicamente acerca do livro, da leitura e da biblioteca. Uma situação emblemática ocorre em relação às bibliotecas comunitárias

As bibliotecas comunitárias se apresentam nestas condições como formas de resistência ao que está ausente, precário nas condições materiais dos agrupamentos que as tornam possíveis. Estes ambientes assumem características próprias, locais, contextualmente legitimados pelas necessidades que surgem daquela realidade. São espaços potencialmente ricos de possibilidades de interação entre indivíduos e grupos, tornando-se, devido a isto, espaço possível para a efetivação de práticas emancipatórias.

A propósito do conceito de biblioteca pública, este transita pelos sentidos criados pelos agentes em suas relações sociais. No geral, a idéia ainda permanente sobre a biblioteca é a de ser um espaço definido de guarda e organização de um acervo de informações em que há circulação de leitores.

As bibliotecas, em particular, ocupam, ainda, no imaginário da população, a impressão de um lugar sóbrio, distante, inseridas em espaços burocráticos na qual o isolamento é, de um modo geral, necessário. Em nosso país, as políticas neste setor privilegiaram muito mais as políticas do livro, amparadas por compras realizadas,

principalmente, pelo Governo Federal de livros didáticos¹⁸ via MEC do que as políticas de leitura.

Há uma crise no ar. Uma crise paradoxal. De excesso e de carência. Excesso de livros ou carência de leitores? Assim como um copo com metade de água pode ser visto como um espaço metade cheio ou metade vazio, permitam-me examinar a questão por outro ângulo, fazendo uma correção: o Brasil não produz livros “demais”, o Brasil produz leitores de menos. Há que “leitor. E não estou falando de alfabetização. Essa cadeia do livro não existe sem o destinatário: o leitor. Não há excesso de livros, há falta de bibliotecas, de livrarias e de leitores. Há, por outro lado, centenas de iniciativas governamentais e particulares tentando corrigir isto. Todos, não só os editores, temos que modificar o conceito de livro, livraria, biblioteca, leitor e leitura, pois na verdade todo esse sistema em torno do livro está em crise (ou metamorphose)<http://www.catedra.pucrio.br/portal/comunicacao/falandosobreleituraaffonsoromanodesantanna>

A criação das bibliotecas comunitárias se realiza como ação cultural. Existe uma perspectiva que é comum ao grupo que formam estes espaços. Trata-se do enfrentamento pela igualdade e justiça social tendo como campo de combate a exclusão da informação e a ausência dos espaços culturais. Por não serem classificadas como instituições governamentais se organizam com mais flexibilidade e com fortes vínculos com a comunidade. Formam-se, principalmente, nas periferias dos centros urbanos e existem, antes de tudo, pela ação da comunidade e não para a comunidade.

¹⁸O Programa nacional do Livro Didático (PNLD) é o programa do Governo Federal que adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. O Governo federal é o maior comprador de livros didáticos. Algumas reflexões desenvolvidas por pesquisadores alertam para o fato de que os empresários do livro possuem grande poder de negociação, uma vez que, ao longo dos anos, se prevaleceram de subsídios sem exigência de contrapartidas. Assim, estiveram sempre defendendo os interesses do mercado editorial e aperfeiçoando suas práticas de intervenção.

4 A PESQUISA

A narrativa que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar *e na cidade* – ,é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em produzir o” puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador pra em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso[...] O primeiro indício que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno[...] A origem do romance é o indivíduo isolado que não pode mais falar exemplarmente sobre as suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los[...] Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas , mais facilmente a história gravar-se-á na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará a sua própria existência *e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.*

Walter Benjamin

4.1 Nova Iguaçu e o Movimento Baixada Literária

4.1.1 O Pólo Baixada Literária

A ação instituinte dos movimentos sociais que atuam em torno da questão do livro, da leitura e da biblioteca em Nova Iguaçu tem maior visibilidade com a existência das bibliotecas comunitárias naquele município. O Instituto C&A¹⁹ propões a criação do *Pólo de Leitura Baixada Literária* a partir da união entre mais seis bibliotecas comunitárias, tendo como entidade proponente o **CECOM** que coordena as **Bibliotecas Comunitárias Mágica e Ziraldo** situadas respectivamente nos bairros 08 de maio e Nova Brasília em Nova Iguaçu, uniram-se: **Biblioteca Comunitária Zuenir Ventura-Cisane Jardim Nova Era**, **Biblioteca Comunitária Professora Judith Lacaz-Instituição ACOPCHIC**(Associação Comitê Ponto Chic), **Biblioteca Comunitária Paulo Freire – AMRF- Rancho Fundo**, **Biblioteca Comunitária Thalita Rebouças-**

¹⁹ O Instituto C&A é uma organização sem fins lucrativos de interesse público. O Instituto C&A foi fundado em 5 de agosto de 1991. Uma das premissas do trabalho foi atuar no campo da educação de crianças e adolescentes. O Instituto C&A opera a partir de recursos doados pela Cofra Foundation, que é o braço social do Grupo Cofra, de Zug (Suíça). O Grupo Cofra é o controlador da empresa C&A.

Sarita Bairro Amaral, **Biblioteca Comunitária Nossa Casa**- São João de Meriti-Tomazinho, **Biblioteca Comunitária Solano Trindade**²⁰- Duque de Caxias- Cangulo.

A participação do Instituto C&A surge como parceria com as instituições já existentes em Nova Iguaçu. Através de Editais de apoio a projetos de leitura, o Instituto seleciona pelo menos cinco instituições²¹ que já desenvolvam um trabalho de base comunitária e atendimento direto a crianças e adolescentes. A composição das organizações em pólos de leitura busca reunir pessoas ou grupos para impulsionar ações específicas que tenham alcance em uma determinada área geográfica da cidade. O Instituto C&A como organização da sociedade civil possui estrutura organizacional formal. Atua no campo educacional e espera de resultados. É importante pensar que há uma relação entre a ação social proposta pelo Instituto e seus lucros comerciais. Isto envolve além de incentivos fiscais, valorização da marca na mídia.

A ausência de acesso a cultura literária, a não existência de espaços públicos reconhecidos como bibliotecas ou salas de leitura para a formação de leitores abre espaço para que as bibliotecas comunitárias surjam. As empresas se filiam a estes movimentos em substituição ao Estado, pois a elas é fornecido a competência de “empresa-cidadã”, comprometida com a lógica do empreendedorismo e da Responsabilidade Social. O surgimento deste pólo desencadeou o *Movimento Baixada Literária*. No blog²² do Movimento Baixada Literária a coordenadora explica:

“Este Pólo de Leitura tomou proporções significativas, pois neste momento nos transformamos em MOVIMENTO BAIXADA LITERÁRIA que arrebatam pessoas, grupos, instituições e outros. Estes são cadastrados e chamados de Pólos de Leitura que integram o movimento formando um desenho que em a finalidade de priorizar e transforma a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do cidadão. Nesta perspectiva algumas Instituições da Baixada Fluminense estão se entregando ao Movimento Baixada Literária a partir de outros parceiros em potencial que através do coletivo vem conquistando credibilidade e visibilidade. Contudo, acredita-se que o Pólo desempenha um papel

²⁰ A Biblioteca Solano Trindade faz parte do Movimento Baixada Literária, porém, assume na atualidade, independência em relação ao Pólo Baixada Literária. As questões de gestão e concepção de movimento social cultural diferem-se a partir da estrutura organizacional, mantendo entre elas relativa unidade conceitual em torno da defesa das práticas sociais emancipadoras em torno do livro, da leitura e da biblioteca.

²¹ No site do Instituto C&A está visibilizado o apoio em reais dos recursos destinados aos projetos do Pólo Baixada Literária nas seguintes bibliotecas: Centro de Integração Social Amigos da Nova Era (CISANE); Associação de Moradores de Rancho Fundo; Centro Comunitário Santa Rita e CECOM. <http://www.institutocea.org.br/apoio-a-projetos/pesquisa-deprojetos.aspx?projeto=1&estado=0&cidade=0>

²² WWW.movimentobaixadaliteraria.blogspot.com

significativo na *descentralização da cultura literária* contribuindo desta forma para a formação de uma Baixada Leitora”(grifos nossos)

A expressão usada “descentralizar a cultura literária” se relaciona com alguns conceitos estudados, atualmente, em estudos multidisciplinares sobre leitura. Um deles tem uma significação próxima a *desescolarização*²³ da leitura, ou seja, tornar a leitura literária acessível em ambientes que não seja apenas a escola, livre das amarras da formação educativa, cheia de regras e, em alguns casos, responsável pelo afastamento do leitor da biblioteca e dos próprios livros. Uma outra razão seria tornar de vez as práticas leitoras como práticas exercidas por vários segmentos e em vários ambientes possíveis.

O Pólo Baixada Literária possui linhas de trabalho que seguem os seguintes eixos:

- ❖ Comunicação
- ❖ Políticas Públicas voltadas para o livro e a leitura
- ❖ Sustentabilidade do pólo na Baixada
- ❖ Formação

Estes eixos são diretrizes para as bibliotecas comunitárias envolvidas no pólo. Todos os agentes que atuam nas bibliotecas fazem o trabalho de formação promovido pelo Instituto C&A. Recebem orientação para as mediações, participam das oficinas literárias e tem também avaliações semestrais que consistem em observar o cumprimento das metas e diagnosticar problemas.

As bibliotecas do pólo são mantidas pelo Instituto recebendo orientação verticalizada da equipe diretiva, tais como,:

- 1- Organização do acervo;
- 2- Horário de atendimento aos leitores;
- 3- Trabalho de mediação de leitura envolvendo pais e filhos;
- 4- Formação continuada oferecida nos seminários aos membros de cada pólo;
- 5- Prioridade para a leitura literária.

²³ O termo *desescolarização* da leitura é tratado com cuidado por alguns pesquisadores e ativistas porque para eles, o termo sofre interpretações equivocadas na qual a escola fracassa na formação de leitores, logo terminam por concordarem na impossibilidade do espaço escolar cumprir esta tarefa. O resultado é o abandono do espaço escolar como ambiente de combate para a defesa da leitura literária emancipadora.

4.1.2 A formação dos formadores que formam leitores

O momento de formação é sempre muito esperado e envolvente , pois os mediadores sentem-se renovados e anseiam poder retornar as suas bibliotecas com mais novidades e com ânimos renovados. As oficinas de formação são organizadas pelo próprio pólo/Instituto C&A ou caso, exista um evento que esteja acontecendo em outra localidade e seja considerado importante para os mediadores, estes recebem ajuda de custo para a formação. O evento citado abaixo contou com a parceria das Alquimistas da Palavra cujo trabalho é realizado por duas contadoras de histórias da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Oficina de Contação de Histórias "Contar com o Coração"



Fonte: Blog MBL

Nos dias 11 e 18 de junho de 2011, Vanessa Machado dos Santos, auxiliar da *Biblioteca Comunitária Paulo Freire*, participou da Oficina de Contação de Histórias "**Contar com o Coração**" no Centro Cultural Justiça Federal, com as Alquimistas da Palavra Sônia Sampaio e Deka Teubl. Esta oficina teve a duração de 03 horas e um investimento de sessenta reais com material didático. Diz ela: "Minha participação nesta oficina se deu graças a uma bolsa concedida ao Pólo Baixada Literária pelas Alquimistas da Palavra. A oficina foi maravilhosa! De maneira muito dinâmica e descontraída Sônia e Deka encantaram os

participantes contando histórias, declamando poesias e compartilhando suas experiências” (Vanessa Machado dos Santos).

Figura 2 – Oficina para os mediadores



Fonte: o Autor, 2011

Figura 3 – Formação Inst.C&A



Fonte: Blog Baixada Literária

O Primeiro Encontro de Formação para Mediadores de Leitura de 2011 do Pólo Baixada Literária ocorreu em 26 de agosto de 2011. As oficinas foram organizadas pela equipe pedagógica do Instituto C&A e contou com a valorização da oralidade e da escrita. As presenças do autor iguaçuano Moduam Matos que apresentou algumas de suas obras e de Ivone Landim coordenando a oficina de fansine confirmam que em Nova Iguaçu a presença dos autores em relação a formação de leitores é bem presente.

Neste seminário ocorrido em novembro de 2011 estiveram representantes das seguintes bibliotecas comunitárias do Pólo Baixada Literária: Associação de moradores de Rancho Fundo,CECOM,SARITA, CISANE, Nossa Casa e a coordenação do pólo. Para as participantes as informações teóricas e técnicas, juntamente com os relatos de experiências (partilhas interpolos) contribuiram bastante para a formação de todos. Existe como responsabilidade dos participantes das bibliotecas reunidas no pólo de confeccionarem as devolutas avaliativas que precisam estar segundo a coordenação do Pólo Baixada Literária sistematizadas,fundamentadas e concisas. As informações apresentadas servem como promoção para conquistas de futuros parceiros²⁴ para o fortalecimento da rede já existente. O depoimento abaixo expressa a importância para o mediador de compartilhar de dados e informações relevantes às práticas de mediação.

“Pude compartilhar ideias e experiências que favoreceram o debate sobre incidência política e intersetorialidade. A temática da incidência política foi discutida durante o encontro nacional de formação para pólos de leitura. Já o assunto intersetorialidade foi abordado em um dos quatro eixos propostos no Seminário de 20 anos do Instituto C&A. Mediante os temas abordados e as experiências adquiridas volto a biblioteca com boas expectativas para o ano de 2012.” (Vanessa M. dos Santos - PDA Comunhão)

4.1.3 O Movimento Baixada Literária e a divulgação cultural da leitura

Figura 4 – “Parada do Livro”



Fonte: Blog Baixada Literária

²⁴ O Pólo Baixada Literária conta com os seguintes parceiros, além do Instituto C&A: Biblioteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal Cial Brito, Espaço Cultural Sylvio Monteiro, Autores da Baixada Fluminense, Fulanas de tal, Fórum de cultura, SEMED Nova Iguaçu. Estas parcerias se caracterizam por partilhas de espaços para eventuais encontros, consultorias, apoio para intermediações, etc.

Figura5 – “Parada do Livro”



Fonte: Blog baixada Literária

A atuação do Movimento Baixada Literária na cidade de Nova Iguaçu possui visibilidade, também, na medida em que as ações para a formação de leitores se misturam com o espaço da cidade tornando o diálogo com a população mais próximo. Ações caracterizadas por uma intervenção que toma conta das ruas, das praças do Centro e demais bairros de Nova Iguaçu, surgem como diferencial qualitativo. Isto porque a ida às ruas também é uma forma de divulgação do Plano Municipal do Livro e Leitura. Dois eventos em destaques foram:

- ❖ Abertura da feira do Livro ocorrida no período de 24 de outubro a 24 de novembro de 2011, na Praça Rui Barbosa, no Centro de Nova Iguaçu e que contou com a participação na organização da Secretaria de Cultura, da Biblioteca Comunitária Cial Brito, Autores Iguaçuanos, membros do GT Iguaçulendo, Feira de Livros e Bibliotecas do Pólo Baixada Literária;
- ❖ Parada do Livro ocorrida em 29 de agosto de 2012 teve por objetivos incentivar a leitura e divulgar o Plano Municipal do Livro e Leitura em Nova Iguaçu. Um aspecto singular na convocatória trazia a seguinte expressão: *“Você sabia? Que na Baixada Fluminense há mais bibliotecas comunitárias do que bibliotecas públicas?”*

Alguns objetivos listados pela equipe do Pólo para estes eventos foram:

- ✓ Apresentar a importância do trabalho desenvolvido nas Bibliotecas Comunitárias;
- ✓ Mostrar em números o quantitativo de leitores atingidos pelas bibliotecas comunitárias e seu impacto (Diagnóstico);
- ✓ Sensibilizar o poder público para importância dos PMLL's (Planos Municipais do Livro e Leitura) na Baixada Fluminense;
- ✓ Divulgar os autores e ações de leitura na Baixada Fluminense;

4.1.4 A trajetória do PMLL em Nova Iguaçu

Figura 6 e 7 – Anúncios do 7º e 10º Encontros do PMLL



Fonte: Blog do MBL

Movimento Baixada Literária iniciou em outubro de 2010 contatos com a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Nova Iguaçu para darem início às discussões acerca da implementação do Plano Municipal do Livro e Leitura. Naquele momento, os encontros eram pouco encaminhativos, mas fizeram diferença, pois a Secretaria de Cultura se agrupou com uma representação bem atuante, sobretudo porque buscou o contato com outros agentes sociais envolvidos com a questão da cultura em Nova Iguaçu. Realizaram-se seis encontros embrionários até que em 06 de abril de 2011 no blog Movimento Baixada Literária foi anunciado a importância de ampliação do grupo de discussão para o reconhecimento do Grupo de trabalho (GT), chamando para a reunião do 7º Encontro do PMLL no dia 12 de abril de 2011. **GT Iguaçulendo** foi constituído pelo Executivo Municipal para elaboração do PMLL a partir dos movimentos sociais. É um grupo constituído por várias representações nas seguintes

esferas: Poder público, Entidades da Sociedade civil, Pólo Baixada Literária e Universidades.

Em 20 de julho de 2011 realizou-se o 10º Encontro para a construção do PMLL de Nova Iguaçu. Neste encontro os movimentos sociais (Grupo Fulanas de Tal, Movimento Baixada Literária, mediadores de leitura, Autores Iguaçuanos), a Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, a representação da Superintendência da Leitura e do Conhecimento do Estado do Rio de Janeiro aprovaram a Minuta que criou e o *Grupo de trabalho Iguaçulendo* composto pela Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação e a Câmara Municipal de Vereadores, além de sete entidades da sociedade civil e que será responsável pelo projeto. As falas da representação do Poder Público convergem para o consenso que reconhece a importância da criação do PMLL

"A Cultura e a Educação são muito importantes para a formação de cidadãos de bem. É primordial a criação do Plano e esperamos que aconteça até o fim do ano"(Anderson Ávila – Secretaria de Cultura)

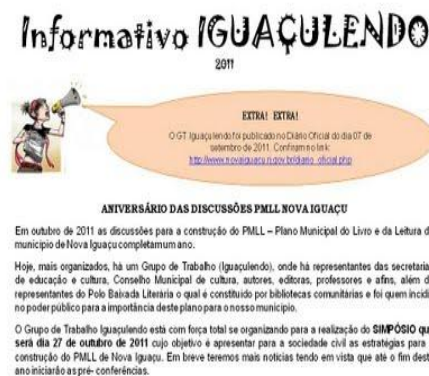
"Este trabalho em conjunto se faz necessário. O horário integral, desenvolvido na rede escolar da cidade, tem a presença constante da Cultura, através de diversos projetos com os alunos e a continuidade desta ação fora das escolas é importante", (Dilcécia Quintela- Secretaria de Educação)

"Há uma parcela da população que o poder público tem dificuldade em ter acesso e muitas vezes é preciso que pessoas da própria comunidade desenvolvam estes mecanismos de acessibilidade à leitura. É necessário abraçar a causa para que gere frutos"(Rita Carino , representante da Superintendência da Leitura e do Conhecimento do Estado do Rio de Janeiro)

Porém, observa-se que ocorreu logo após o décimo encontro o afastamento da Secretaria de Educação dos encontros agendados. O PMLL prevê ações em conjunto, principalmente, entre as Secretarias de Educação e Cultura

"Informo que na reunião de ontem dia 14/09/11 nenhum representante da SEMED compareceu. O GT já iniciou a sugestão dos princípios norteadores e eixos de ação do documento. Foi acordado que a data do I SIMPÓSIO será, então, adiantada para o **dia 13 de outubro**. Várias providências precisam ser tomadas em torno deste evento. A presença dos representantes do GT nas reuniões é fundamental. A próxima reunião será no dia 20 de setembro de 2011, às 14:00. Contamos com a colaboração de todos para construir um plano que acreditamos, trará benefícios legítimos para a nossa cidade. Obrigada, e até a próxima reunião."

Figura 8 – GT Iguaçulendo



Fonte: Blog MBL

Figura9: Simpósio PMLL



Fonte: Blog MBL

Figura10: 1ª Conferência PMLL



Fonte: Blog MBL

Ao completar um ano de discussões sobre o PMLL de Nova Iguaçu o GT Iguaçulendo lançou um informativo anunciando o reconhecimento oficial do GT(Diário Oficial 07 de setembro de 2011) e conclamando a Sociedade Civil a participar mais ativamente das discussões (Figura 7) em torno do Primeiro Simpósio que seria realizado no dia 27 de outubro. O GT havia tirado a seguinte diretriz: fazer o Primeiro Simpósio dia 27 de outubro e depois a Pré-conferência nas oito unidades ramais de Nova Iguaçu entre os dias 09 de novembro de 2011 e 13 de março de 2012. Esta data foi modificada após reunião com a reunião entre a representante do GT e a Secretaria de Cultura e o representante do Instituto multidisciplinar da UFRRJ. Nesta reunião avaliaram que o ano de 2012 seria um ano eleitoral e, portanto o PMLL poderia ser arquivado. Foi proposto, então, ao conjunto do GT que a data para o Primeiro Simpósio seria antecipada para o dia 13 de outubro (Figura8).

Esta orientação foi aceita pelo GT e encaminhada para que se realizasse. A preocupação do conjunto do GT era de divulgar para o maior número possível de entidades e pessoas. A estratégia contava com a divulgação em Escolas da Rede Municipal e Estadual, Universidades, estabelecimentos comerciais, livrarias, autores da cidade, Câmara Municipal etc. Os grupos de discussão do Simpósio foram divididos pelos eixos que compõem o PNLL:

I – Democratização do acesso;

II- Fomento à Leitura;

III-Valorização institucional e Políticas Públicas;

IV-Desenvolvimento da Economia do Livro

Algumas propostas surgidas nas discussões do Simpósio foram elencadas para serem levadas à Primeira Conferência e aprovadas por aclamação:

- 1- Criação do Sistema Municipal de Bibliotecas em Nova Iguaçu ;
- 2- Mapeamento das ações de leitura no Município;
- 3- Cumprimento da presença de um bibliotecário em cada biblioteca escolar, para tanto a exigência de concurso público para bibliotecário;
- 4- Mais visibilidades para os Editais do Ministério da Cultura. A Secretaria de Cultura crie um grupo interno para tratar as questões do Livro, Leitura e Biblioteca;

- 5- Ampliação do quantitativo de bibliotecas públicas;
- 6- Valorizar a produção local dos autores Iguazuanos, criando fundo comum para suas publicações;
- 7- Necessidade de verba auto-gerenciável (fundo para o livro e leitura);

4.2 Duque de Caxias e a Biblioteca Comunitária Solano Trindade

4.2.1 Pré-vestibular negros e carentes e biblioteca comunitária, duas histórias, um nome: Solano Trindade

O pré-vestibular para negros e carentes – Núcleo Solano Trindade²⁵, em Jardim Primavera, Duque de Caxias, criado em 1995, também conhecido como Pré-Vestibular Negros e Carentes (PVNC) e a Biblioteca Comunitária Solano Trindade (BCST), situada no bairro Cangulo, inaugurada em 2006 foram duas iniciativas dos movimentos populares de Duque de Caxias que interligaram-se, reforçando a valorização da história local e daquilo que chamamos nesta pesquisa a respeito de leitura e formação para “compor estórias coletivas”.

As dificuldades de acesso ao ensino superior por parte dos grupos populares gerou descontentamento entre estudantes e educadores, em função disso surge na Baixada Fluminense em 1993 o PVNC. Duas vertentes caracterizavam esta iniciativa: a luta pela democratização da educação e os movimentos de resistência contra a discriminação racial. O PVNC diferenciava-se substancialmente dos cursinhos pré-vestibulares tradicionais. Os cursos particulares possuem uma estrutura hierarquicamente definida tanto administrativa quanto pedagógica. A satisfação do cliente vem em primeiro lugar: este paga e espera ser capacitado para realizar com sucesso a prova do vestibular. Por outro lado, os cursos pré-vestibulares comunitários no qual o PVNC foi expoente são considerados um dos mais emblemáticos movimentos de

²⁵ Solano Trindade nasceu em 24 de julho de 1908, no bairro de São José, Recife, Pernambuco. Solano Trindade estudou no Liceu de Artes e Ofícios, fazendo somente o então denominado propedêutico (o curso médio de hoje). Foi poeta, dramaturgo e divulgador da poesia e cantos que relatam os sentimentos dos pobres e do povo negro. Faleceu em 1973, no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. <http://franciscosolanotrindade.blogspot.com>

resistência ao sistema educacional excludente no país. Estes movimentos não silenciaram a respeito das desigualdades raciais na sociedade brasileira e sabiam na prática que a educação era a esfera central de expressão e reprodução do racismo.

Os objetivos educacionais e culturais do PVNC em Jardim Primavera não estavam separados. Na verdade, o projeto já trabalhava com uma espécie de transversalidade, pois buscava atravessar os conteúdos tradicionais com reflexões críticas sobre raça e classe, por exemplo, além de possuir práticas pedagógicas elaboradas a partir da falta, ou seja, os arranjos e improvisos sempre foram marcas dos pré-vestibulares comunitários que tinham, muitas das vezes, que se alocarem em espaços pouco convencionais ao que conhecemos, tradicionalmente, como sala de aula.

Esta mudança no paradigma do que se conhece na educação, é antes de tudo, uma mudança ética. Primeiro, em relação a como se trabalha o tempo. O PVNC atua com os objetivos a curto, médio e longo prazos. A curto prazo significa dizer que o aluno vivencia os núcleos para que compreenda as relações de comprometimento social que se apresentam em relações de cooperação no núcleo participando e organizando : debates, palestras, trabalho voluntário.

O objetivo a médio prazo é o compromisso em tornar o aprendizado mais dinâmico para a aprovação no vestibular, entretanto, quando isto não acontece, identifica-se, mesmo assim, interação entre o corpo docente, os coordenadores e o corpo discente a ponto de consolidar vínculos de solidariedade que o torna voluntário quando passa no vestibular e ex-aluno quando não passa, uma vez que, muitos retornam ao pré-vestibular ainda mais seguros. A longo prazo, então, os objetivos estão lançados: criar a relação entre educação e transformação, através das práticas emancipadoras e libertárias.

4.2.2 Por que o nome Solano Trindade?

Inicialmente, o PVNC foi criado pela iniciativa da pastoral da juventude da Igreja de Sant'Ana em fevereiro de 1995 no bairro de Jardim Primavera. O espaço de realização das aulas era a Escola Estadual Alexander Graham Bell e no ano seguinte foram transferidos para a Escola Estadual Hélio Rangel. No primeiro ano, um novo grupo de pessoas passou a integrar a coordenação do núcleo. A juventude católica da

pastoral da juventude começava a dividir o espaço do PVNC com jovens cuja causa maior relacionava-se às questões de raça e classe. A mudança do nome do núcleo deu-se em torno dessa nova fase que vislumbrava um pré-vestibular mais conectado aos movimentos estudantil e negro. Um grupo posicionou-se favorável a manutenção do nome em homenagem a Sant'Ana; uma outra parte, buscava marcar a nova fase do PVNC em Jardim Primavera sugerindo outras referências para a nomenclatura. O consenso veio com a idéia de um professor que narrou a biografia de Solano Trindade e contagiou a todos. Solano Trindade reunia, por assim dizer, trajetória muito similar a dos participantes destes movimentos. Foi ativista do Partido Comunista e militou no campo das questões étnicas e sociais. O legado de Solano Trindade passou a ser referência no Pré-Vestibular e todo o processo de formação dos alunos foi atravessado pelo contato com a poesia e o teatro deste autor.

Chega-se, assim, a compreender o total engajamento da participação dos jovens que formaram a biblioteca Solano Trindade: Eles são frutos do ambiente de reflexão e de práticas coletivas de lutas contra-hegemônicas na área da educação e da cultura. Resolveram entre eles alugar um espaço provisório para aglutinar livros e pessoas em torno da leitura. A Biblioteca Solano Trindade é situada em um dos bairros mais pobre da periferia de Duque de Caxias, sem água encanada, com o transporte mais caro e precário da região, a renda per capita chega a quatrocentos reais. As mudanças estruturais no bairro se dão muito lentamente, tendo pouca visibilidade e atenção por parte dos poderes públicos.

4.2.3 O Cangulo não foi mais o mesmo após a existência da Biblioteca Comunitária.

A primeira sede da BCST (figura 11) criada em 2005 funcionava em uma pequena loja alugada na qual as crianças, principalmente, chegavam para conhecer, pegavam livros e revistas e quando não liam, ali mesmo, pegavam emprestado e devolviam. As paredes externas estão grafitadas com imagens de livros e o rosto do poeta Solano Trindade. No lado interno estão os grafites com trechos de suas poesias. Em 2006, passou a funcionar na varanda da casa do coordenador do projeto, no mesmo bairro. Dois anos depois, o coordenador e sua família decidem alugar outra casa para residirem, mas a BCST continua a existir, agora, ocupando toda a casa e não mais

apenas a varanda (figura 12). À época o anúncio chamava a população para a inauguração, dispondo de atividades múltiplas que consistiam em promover práticas culturais em torno da leitura. Entende-se por práticas culturais uma rede de ações que contribuem para a formação de uma cultura leitora que não começa, necessariamente, com o livro mas sim, com múltiplas experiências que envolvem os sentidos e integram comportamentos, costumes e afetos.

Figura 11 – Loja alugada para Abrigar os primeiros livros



Fonte: Blog da BCST

Figura 12 – Antiga sede da BCST



Fonte: Blog da BCST

Figura13 – Moradores atraídos por candidato a vereador



Fonte: Blog da BCST

“No dia 06/01/08 Às 20 h na Rua Campestre nº 01 (Ao lado da Padaria do Rai) Estaremos inaugurando a nova sede de Biblioteca Comunitária Solano Trindade. Na ocasião exibiremos no telão um foto-documentário com a História do Cangulo. Vamos dispor para a comunidade os serviços de empréstimos de livros, auxílios a pesquisa, palestras, exibição de filmes e debates. Aos sábados daremos continuidade ao PROJETO CONTADORES DE HISTÓRIAS, para crianças até 9 anos, sempre a partir das 10 da manhã. CENTRO DE MEMÓRIA LOCAL- disponibilizaremos um acervo com fotos digitalizadas antigas do bairro, entrevistas com moradores mais antigos (áudio e vídeo) e documentos ligados à História do bairro.”
 “Contamos com a participação de todos!”

A BCST concebia naquele momento embrionário a realização de um verdadeiro projeto popular de incentivo a leitura. Nesse sentido, incentivar a leitura também é um incentivo a participação dos cidadãos em outras esferas da vida pública. Apresentavam-se nas chamadas do blog os seguintes objetivos:

- 1- Visa difundir a prática da leitura nas crianças do Cangulo.
- 2-Incentivar à busca ao conhecimento.
- 3-Desenvolver consciência popular através do conhecimento.

Localizada à Rua Padre Bartolomeu Fagundes lote 49 quadra 56 Cangulo - Saracuruna - Duque de Caxias. Venha nos fazer uma visita. Quer se tornar um colaborador de nossa biblioteca, deixe um scrap e entraremos em contato. Aceitamos qualquer tipo de doação de material (não aceitamos doações em dinheiro), livros, suprimentos de informática, peças de computadores para futuramente colocar a disposição acervo digital.
 SEGUNDA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2007

Sobre a questão da participação qualificada dos cidadãos, sobretudo porque entende-se que nos processos participativos há campos de força que disputam hegemonia, logo, requer das pessoas entendimentos, informação e formação para o bem agir no espaço social. Participar sem que alguns destes requisitos estejam presentes é criar condições para que se instalem vícios (personalismo, basismo etc.) que deturpam os processos participativos. Em artigo publicado pela Revista Pilares da História nº8, Antônio Carlos de Oliveira Magalhães, coordenador da Biblioteca Comunitária Solano Trindade e do PVNC Castro Alves ressalta

A BCST é uma prática desse novo pensamento. Jovens que acreditam que levar a uma comunidade, como o Cangulo, o simples hábito da leitura pode mudar mentes, ou ao menos fazer com que essa comunidade repense o quanto alegra as elites a famosa frase “eu detesto ler”, desta forma a comunidade não terá novas palavras, não terá novas histórias, os conceitos não serão revistos, os padrões serão facilmente aceitos, os pífios salários pacificamente recebidos, os deuses constantemente criados, a submissão eternamente praticada (MAGALHÃES, 2008, p.15)

É muito importante pensar na qualidade da participação, uma vez que, todo ato participativo que busca modificar um aspecto da realidade está sujeito a conflitos que deslocam o foco das ações e podem gerar novos arranjos, talvez não favoráveis à sociedade civil. Nesse sentido, experienciar situações de participação coletiva é vital para se criar o hábito do aprendizado da política como exercício que envolve direitos e deveres.

A BCST é um espaço de aglutinação de experiências das mais variadas no campo cultural. Em 2008 a biblioteca se submeteu ao Edital do Ministério da Cultura (Minc) e foi contemplada entre as 47 experiências no Rio de Janeiro pelo *Concurso pontos de leitura 2008 – Edição Machado de Assis* que reuniu 516 iniciativas de todo país. Desse modo, a Solano Trindade recebeu o kit, com valor unitário de vinte mil reais, formado por 500 livros, mobiliário básico e computador. Orientado pela Coordenação Geral do Livro e Leitura. O trabalho da BCST foi reconhecido como incentivador da leitura como ponto de cultura. Os critérios de avaliação pelo Minc são:

- ✓ Locais de realização das ações que deveriam ocorrer nos municípios atendidos pelo programa Territórios da Cidadania e nas áreas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);

- ✓ Programa Mais Cultura que acolhem ações que democratizam o acesso ao livro

Também em 2008 a Biblioteca foi co-produtora do Documentário “O vento Forte do Levante” do diretor e morador da cidade de Duque de Caxias, Rodrigo Dutra e produção da AnguTv cinema e ação. A BCST cedeu espaço para a audição dos atores e para algumas cenas ocorridas na Biblioteca. Foi cedido ao diretor fatos sobre a vida de Solano Trindade documentada em cartas, fotografias e produções poéticas manuscritas que estão de posse da Biblioteca.

Figura 14 e 15 – Teste com atores negros para o curta “conversas” com Solano Trindade



Fonte: Blog da BCST

O Espaço da biblioteca é compartilhado por várias ações que buscam compensar, mas ao mesmo tempo, atribuir novos sentidos a ações que contribuam com o aprendizado. A presença destas pessoas no interior da biblioteca Solano Trindade ressignificam o sentido de biblioteca, deslocam o imaginário social que sempre percebiam a biblioteca como espaço apenas para consultar uma obra e depois devolvê-la, tudo isso no mais profundo silêncio. As parcerias firmadas com o poder público e a iniciativa privada fazem do interior da biblioteca Solano Trindade um espaço de ação para que as famílias frequentem a biblioteca, cada um com seus objetivos. Observei mães e pais utilizando, as instalações, usufruindo dos equipamentos e confiando no local para seus filhos frequentarem. O depoimento abaixo foi colhido por mim em conversa informal com uma mãe no meio da rua. Esta me explicava onde era o ponto de ônibus. Ela me viu sair da biblioteca e após me explicar sobre a parada do coletivo, disse que conhecia a biblioteca e que gostava muito que seu filho frequentasse por reconhecer o ambiente como bom para ele. Preferia a presença dele ali do que pelas andanças em outros ambientes. Perguntei a ela do que o filho mais gostava na biblioteca. Ela respondeu que seu filho dizia que lá não havia “pessoas chatas”, mesmo

sendo professores e que o uso do computador para ele é muito importante para desenhar. Acreditava ela poder fazer um curso de informática na biblioteca, mas isso ficaria para depois.

O depoimento desta moradora por mais informal e despretensioso que seja mostra a preocupação de uma mãe com o filho, mas também, percebe-se a importância que os equipamentos culturais assumem numa localidade para oferecer ao conjunto da população alternativas diversas a questão do lazer, entretenimento e, ao mesmo tempo, se credenciar como espaço de formação artística e técnica.

Em relação as ações de formação educativa mais específicas que ocorrem no interior da biblioteca temos:

- ✓ Turma de Alfabetização do MOVA-2010
- ✓ Projeto ENEM &UERJ(08 professores voluntários)
- ✓ Reforço de matemática (ministrado por um ex-aluno do PVNC)

Figura 16 – Exposição nas escolas



Fonte: Blog BCST

Figura17 – Dia Nacional da leitura



Fonte: Blog BCST

A BCST também está presente nas escolas da região levando experiências de leitura e apresentando suas ações para os alunos e professores. Muitas escolas passaram a conhecer a biblioteca porque seus alunos citam a Solano Trindade e comentam sobre os eventos. As datas comemorativas que não possuem conotação com a leitura como Dia das Mães, Natal e o Dia das Crianças são revisitados pelas práticas da leitura e tornam-se eventos literários envolvendo todos os presentes.

E a professora universitária pergunta:”E a formação do leitor? Como se faz aqui?

Figura:18 – Cartaz do Dia da Baixada

Apresentação

O Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINDA) busca um processo de integração da universidade com as necessidades identificadas da região, dialogando com parceiros para conjugação dos esforços da Universidade com o poder público, as instituições da sociedade civil organizada e os movimentos sociais.

Está estruturado com dois eixos temáticos que apresentam uma caracterização relevante para a região, subsidiados pelos respectivos projetos de extensão e pesquisa. O primeiro Eixo é Educação, Política Pública e Trabalho e o segundo Eixo, Ambiente e Cultura. Estes tem como objetivo contemplar as questões que tratam da discussão das políticas implementadas nos contextos a que se referem.

Para celebrar o Dia da Baixada Fluminense (30 de abril) o PINDA estará realizando no dia 27 de abril o evento comemorativo, entendendo este como uma oportunidade para pensarmos a nossa região.

Nesse sentido convidamos a todos e todas a estarmos juntos nessa comemoração.

Objetivos do Evento

- 1- Identificar e refletir sobre a produção cultural da Baixada Fluminense sobre Educação, Arte e Cultura.
- 2- Despertar o interesse dos acadêmicos da FEBF pelo estudo e pela pesquisa sobre essa região, através de diferentes instrumentos culturais.

PROGRAMAÇÃO

27 de abril de 2023

- Manhã - Mesa (8h30 às 12h)
 - Antônio Carlos de Oliveira Magalhães - produtor do documentário "O Vento Forte de Levante" sobre Solano Trindade
 - Alana da Silva Almeida - grupo de pesquisa "Estudos Culturais em Educação e Arte" - (LIFEOL)
- Tarde - Passeio Cultural
 - Visita à Biblioteca Comunitária Solano Trindade e Banca Comunitária onde circula a mídia social literatura - Diálogo de Cúculos
- Noite - Mesa (18h30 às 21h)
 - Antônio Carlos de Oliveira Magalhães - produtor do documentário "O Vento Forte de Levante"
- Público alvo - acadêmicos, alunos e ex-alunos da FEBF e comunidade externa.
- Exibição do documentário: *O Vento Forte de Levante*

Fonte: site FEBF

No dia 27 de abril de 2012 O Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) pertencente a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense FEBF-UERJ celebrou o Dia da Baixada Fluminense divulgando uma programação de valorização das ações culturais que fossem significativas para a região. A Biblioteca Solano Trindade foi convidada para os debates e também para mostrar sua rotina e seu espaço aos alunos da graduação da FEBF. Foi realizada a palestra proferida pelo coordenador Antônio Carlos, logo após, ocorreu a exibição do Documentário “Vento Forte do Levante” de Rodrigo Dutra que retrata a vida e a obra do poeta Solano Trindade. No turno da tarde, os convidados foram conhecer o espaço da Biblioteca no Bairro Cangulo. O Coordenador prestou-se a ser o guia para a apresentação da rotina da biblioteca e das particularidades do espaço. Em um determinado momento a professora após ter acompanhado a narrativa do guia pergunta: “E a formação do leitor? Como se dá aqui?”. O coordenador responde que os leitores utilizam o espaço seguindo as normas já conhecidas por eles, não havendo uma vigilância sobre os frequentadores. As obras não são catalogadas, estando na estante em agrupamento aleatório. Há uma regra para que as crianças e jovens só possam utilizar os computadores se pegarem pelo menos um livro na estante e apreciá-lo. Pedi a professora que explicasse o motivo da pergunta detalhando o que ela queria saber de fato. Ela explicou que o espaço da biblioteca precisaria de mais espaço para a existência de mesas e cadeiras para que o leitor pudesse apreciar e ler os livros da biblioteca. Saudou a iniciativa e sentiu-se grata por estar ali.

Naquele momento pensei, rapidamente, que aquela sugestão é uma construção bem definida de biblioteca. Com o passar do tempo, voltei a refletir e perceber que a formação do leitor já estava se fazendo. Não da forma tradicional de uma biblioteca como a conhecemos: o leitor mergulhado no livro no profundo silêncio, mas o leitor em movimento se inserindo simbolicamente em um espaço de reconhecimento de leitura junto ao seu mundo social. Há um aspecto qualitativo da leitura esquecido por muito de nós: a extensão do horizonte de referência e o desenvolvimento de novas sociabilidades.

4.2.4 Dois momentos de mudança: O Programa Agentes de Leitura e o convênio com a FUNDEC

Figura19 – Convocatória

A GENTE LÊ... A GENTE É...

Seja AGENTE de LEITURA RJ

RECEBA R\$ 350,00 PARA ACOMPANHAR E INCENTIVAR 25 FAMÍLIAS A LEREM!

Público Alvo:
Jovens entre 18 e 29 anos com Ensino Médio Completo
(bolsa-família / pró-jovem)

INSCRIÇÕES:
PRORROGADAS ATÉ 31/12
WWW.SEC.RJ.CULTURA.GOV.BR

PROCESSO SELETIVO:
Avaliação: Prova de interpretação e produção textual
Carta de indicação de um Ponto de Leitura

LIGUE E AGENDE SUA INSCRIÇÃO GRATUITAMENTE
NA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SOLANO TRINDADE
RUA BARTOLOMEU FAGUNDES LT 14 QUADRA 48 - CANGULO
77505661 ID 126*116525 (NEXTEL) 9863-8527 (VIVO)
9254-5977 (CLARO) 8682-5266 (OI) - ANTONIO

www.bibliotecasolanotrindade.blogspot.com

Fonte: Blog BCST

Figura20 – Convênio

CONVITE

Reinauguração da **Biblioteca Comunitária Solano Trindade**
em parceria com a **FUNDEC** inaugurando mais uma Unidade DC.

Dia 16/12 às 19hs
Rua A lote 14 Quadra 48 - Cangulo

ADIADA

FUNDEC
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO E POLÍTICAS SOCIAIS

www.bibliotecasolanotrindade.blogspot.com - Tel.:2678-9910

Fonte: Blog BCST

Figura21 – Nova sede da BCST



Fonte: Blog BCST

A Biblioteca Solano Trindade coordenou em Duque de Caxias as inscrições para pessoas físicas que desejassem atuar como agentes de leitura. Duque de Caxias começou o projeto com doze agentes de leitura. Os bairros Cangulo, Saracuruna e Jardim Primavera contam com nove agentes e Dr. Laureano, Amapá e Imbariê com um agente em cada bairro. Os jovens em idade entre 18 e 29 anos recebem bolsa-auxílio de R\$350,00 reais para visitarem as casas dos moradores munidos com bicicleta, mochila, uniforme e um acervo diversificado de obras literárias. Esta iniciativa, tendo a BCST como um dos estimuladores deixa explícito para o poder público que esta se credencia com entidade promotora de ações que atuam em parceria com poder público, ocupando lugar de destaque na formulação, negociação e execução de tarefas que são muitas das vezes desconhecidas por parte dos que trabalham nas secretarias.

Em 03 de janeiro de 2012 a BCST foi reinaugurada após parceria com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC²⁶). Esta parceria consistiu em participação no Projeto Alfabetização Digital (ADC), que tem o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. O curso de Informática Solidária que era gerido pela BCST na qual se cobrava o valor de dez reais pela

26 A Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias – FUNDEC – foi criada através da lei nº 1873, de 25 de abril de 2005 e suas devidas alterações, como pessoa jurídica de direito público, com sede e foco no município de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Em seu site <http://www.fundec.rj.gov.br> afirma: “Com o propósito de melhorar o desenvolvimento socioeducativo da população, a FUNDEC visa alavancar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o potencial socioeconômico da região, além de otimizar ações parcerizadas e públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, informação, saúde, esporte e lazer, cultura e turismo, trabalho e geração de renda, entre outros.”

matrícula e dez reais pela mensalidade passou a ser dirigido pela FUNDEC e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias reformou totalmente as instalações da BCST (figura3). Esta reforma gerou algumas polêmicas. A reforma da Biblioteca descaracterizou a imagem antiga da biblioteca (figura 10 e 11) na qual estampava nas paredes os grafites com imagens do rosto de Solano Trindade, dos livros e de suas poesias para ressurgir com as cores azul clara, azul Royal e amarela. Na primeira gestão do Prefeito José Camilo Zito dos Santos, àquela altura seu partido era o PSDB, este pintou toda a cidade de Duque de Caxias com estas cores. Desde praças, escolas, uniformes dos alunos da Rede Municipal e até postes eram marcados com estas cores. Isto se transformou em marca de suas gestões. Esta última que foi da gestão 2009 - 2012 não foi muito diferente. Sendo assim, a impressão que temos é que a Prefeitura quis construir a idéia de que a BCST é uma espécie de apêndice da Prefeitura. A reforma é bem vinda, mas respeitando-se a história da Biblioteca, consultando o coletivo antes de se propor estas mudanças. Não consideramos isto uma falsa polêmica, considerando as práticas realizadas por governos locais, principalmente na Baixada Fluminense²⁷, que agem ainda com os movimentos sociais de forma paternalista, dirigista e deixando pouco espaço para negociações.

4.2.5 A construção plano municipal do livro e da leitura em Duque de Caxias

4.2.5.1 O Primeiro Encontro do PMLL

Em 02 de julho de 2011, no auditório da Secretaria Municipal de Educação realizou-se o primeiro Encontro do PMLL em Duque de Caxias. A Biblioteca Comunitária Solano Trindade fez os primeiros contatos com a Secretaria de Cultura e após aceite do Secretário foi composta comissão de organização do encontro. Este encontro foi lotou o auditório da Secretaria de Educação e teve a presença dos

²⁷ “[...] compreende-se, assim, a possibilidade que se consolidará nesse período(década de 80),de vários acusados na imprensa de participar de grupos de extermínio,envolvidos em processos judiciais ou investigados pela comissão especial lançarem suas candidaturas em pleitos eleitorais. Era o caso de João Pedro Bueno, o Pedro Capeta, Adalberto de Freitas, *o Adalberto* , Jorge Oliveira de Souza[...]” **José Camilo Zito dos Santos, o Zito**”p.161.Extraído da tese de doutorado do professor José Cláudio Souza Alves. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*, 2003,197p.

representantes oficiais da Secretaria de Educação de Duque de Caxias, da Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, da Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas-BN. A representante da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu trouxe a experiência dos encontros do PMLL em Nova Iguaçu, no qual já foram realizados onze encontros. Nova Iguaçu foi a primeira cidade da Baixada Fluminense a buscar a criação do PMLL. A presença de alunos do curso de letras da UNIGRANRIO, da Revista Biblio – cultura informacional, de professores da rede municipal que são dinamizadores de leitura e apresentaram junto com seus alunos o que desenvolvem nas escolas, somou esforços dando visibilidade para a existência de políticas públicas para a leitura no município.

Figura 22 – 1º Encontro do PMLL



Fonte: Biblio

O evento contou com a fala dos representantes que se mostraram dispostos a discutir e colaborar com a realização daquela tarefa. Em entrevista para a Revista Eletrônica do grupo Biblio- Cultura informacional que mantém um site sobre a biblioteconomia e os movimentos sociais o Secretário de Cultura de Duque de Caxias foi perguntado pelo entrevistador Chico de Paula o seguinte:

C. P.: Professor, do ponto de vista da educação, o senhor que é professor, como é que o senhor enxerga a perspectiva da inserção da leitura no cotidiano das pessoas, dos jovens, das crianças, de um modo em geral, projetando uma possibilidade de um futuro melhor pra essas pessoas, não só aqui em Duque de Caxias, mas em toda região, Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro?

G. C.: Eu acho fundamental. Eu defendo um princípio de que é necessário que tenhamos o maior quantitativo de bibliotecas. Eu acho que o Poder Público tem uma responsabilidade muito grande em relação a isto. Claro que nós estamos muito atrasados. O município de Duque de Caxias, apesar de ter hoje cinco bibliotecas públicas sob nossa responsabilidade, ainda é muito pouco. É um quantitativo muito, muito pequeno, e aquele velho, velho, velho: “quem ler pouco, sabe pouco, quem ler mais, sabe muito mais ainda”. Então a partir desse enfoque, a parceria do Poder Público com os Movimentos Populares organizados que pautam por esse caminho, da necessidade de que através das bibliotecas públicas, sejam elas comunitárias ou não, que iremos contribuir muitíssimo para libertação do homem; *eu digo libertação do homem no seguinte sentido: quem é informado dificilmente é enganado.* (grifo nosso)

O Poder público reconhece a importância do investimento em leitura e projeta a valorização do aumento do quantitativo de bibliotecas. Em Duque de Caxias existem a Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola e as Salas de Leitura de Jardim Primavera, Xerém e Imbariê para um universo de 864.392 habitantes (IBGE/2010). Sabemos, porém que o aumento no quantitativo das bibliotecas é muito importante para democratizarmos o acesso ao livro e a leitura, porém não podemos esquecer que o trabalho da mediação no interior das bibliotecas é fundamental. Já está provado que para se credenciar como espaço formador de leitores é necessário a presença da mediação (professores, bibliotecários etc.), ou seja, pessoal qualificado para atuar nestes locais. Uma outra questão é que as Bibliotecas públicas existentes, além de poucas não recebem os recursos necessários e se mantem com pouca articulação com a população. Atuam mais como prestadoras de serviços, se mantendo isolada de outros agentes públicos que poderiam contribuir para ampliar ação educativa e cultural. A presença da representante do Sistema nacional das Bibliotecas Públicas – SNBP traz em suas reflexões a importância dos saberes constituídos na Biblioteconomia a serviço da compreensão de três pólos que não podem estar separados, ou seja, o livro, a leitura e a biblioteca fazem parte, ainda que, com características próprias, de um mesmo sentido para a formação de leitores. Também entrevistada pela Revista Eletrônica Biblio a representante do SNBP afirma

Francisco Araújo: Professora Elisa, o que representa a implantação desse programa aqui no Município de Duque de Caxias, do ponto de vista prático e do ponto de vista simbólico também?

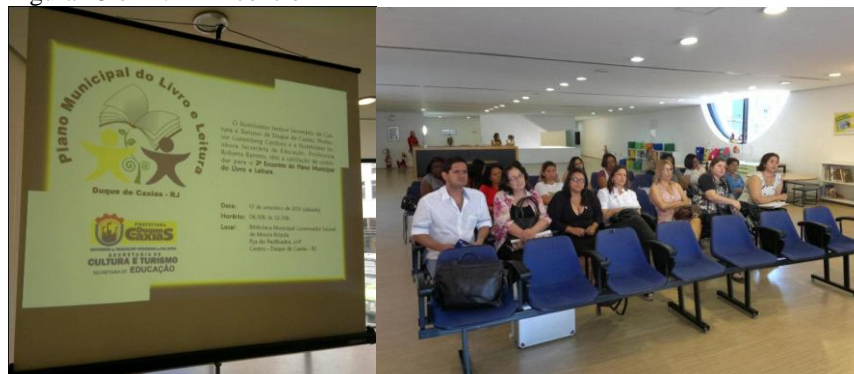
Professora Elisa Machado: A representação é muito grande, principalmente para as bibliotecas, que por muitos anos ficaram apagadas na memória da sociedade, na memória da população e hoje estão liderando o Processo de Constituição de Planos Municipais e Planos Estaduais do Livro e da Leitura e das Bibliotecas. Eu defendo que esses planos tenham o nome da biblioteca junto porque isso valoriza, isso dá maior reconhecimento e resgata esse passo tão importante para nossa sociedade. Aqui em Duque de Caxias temos um

diferencial. Está acontecendo uma coisa extraordinária. É um novo momento, dentro de um novo momento, de um novo contexto que estamos vivendo. Temos a presença do Governo Federal, representado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a Fundação Biblioteca Nacional, o pessoal do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e o pessoal do Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas, *então, juntar todas essas três esferas, tendo as bibliotecas como o grande veículo, o grande impulsionador desses projetos está sendo um grande avanço.* A importância para a área de leitura, para valorização da leitura é muito grande, pois é na biblioteca onde trabalhamos a leitura informal, a leitura sem as amarras, em colaboração, sim com a escola, mas, a biblioteca é fundamental nesse processo (grifo meu).

As contribuições apresentadas pela representante do SNPB-BN a respeito da inclusão do termo biblioteca provoca um deslocamento no entendimento sobre o espaço da biblioteca, tradicionalmente, ainda compreendido como o local de guarda do acervo, mas que ao longo dos anos vem se transformando em um irradiador de ações mobilizadoras da população em defesas dos direitos à educação e à cultura. As bibliotecas comunitárias provocam um impacto muito grande em grupos e comunidades, de toda ordem, inclusive nos bibliotecários que percebem um redimensionamento de suas tarefas profissionais.

4.2.5.2 O Segundo Encontro do PMLL

Figura 23 e 24: 2º Encontro PMLL



Fonte: BCST

O Segundo encontro do PMLL em Duque de Caxias ocorreu no dia 17 de Setembro e teve participação reduzida comparada ao primeiro. Segundo a coordenação do evento estiveram presentes ao Primeiro Encontro cerca de 60(sessenta) pessoas e no Segundo Encontro cerca de 25 pessoas. O evento contou com a presença dos Secretários de Educação e de Cultura de Duque de Caxias, da Representante da Superintendência

Estadual da Cultura do Rio de Janeiro e de Antônio César da Companhia dos Jovens Griots de São João de Meriti, projeto mantido pelo Instituto C&A. Foi promovido pela Prefeitura e pela BCST. As falas proferidas no Primeiro Encontro dos representantes do Poder Público Municipal e Estadual continuaram otimistas quanto a feitura do plano. O Secretário de cultura afirmou que naquele dia estava sendo realizada a Conferência Municipal de Cultura e que, talvez, o esvaziamento tivesse se dado por aquele motivo. Manteve-se o compromisso de compor uma comissão para o plano, composta pela representação da BCST, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Educação e uma representante da Biblioteca Municipal Gov. Leonel de Moura Brizola para encaminharem a organização do Terceiro Encontro. Uma professora presente ao evento foi entrevistada ao final do encontro e citou a importância de mais envolvimento do Poder Público e da Sociedade Civil

Acho que as pessoas não sabem desses eventos como deveriam saber. Soube somente ontem à noite e fiquei muito interessada em vir. Dizem que há uma página no face, mas eu não acesso sempre...acho que a convocação deve ser feita pelos jornais, com muita antecedência, panfletos, cartazes, sem a presença do povo aqui, você acha que vão aprovar isso? Ano que vem tem eleição... Se esse Prefeito não for eleito, aí, o outro que vir vai querer saber o que é o PMLL e vai enrolar, como tudo que ocorre, porque se esse aí ficar, é uma coisa, se sair, o outro ou desmancha ou vai empurrar com a barriga[...] Agora tem mais biblioteca comunitária por aí, elas não foram convidadas? Estão igual a mim, sem saber das reuniões.

4.2.5.3 O Terceiro encontro do PMLL

Figura 25:3ºEncontro PMLL



Fonte: Henrique Silveira

No dia 17 de outubro de 2012 realizou-se o terceiro Encontro do PMLL de Duque de Caxias. Este encontro foi realizado pela Secretaria Municipal de Educação, tendo como representação da Secretaria a professora Hellenice Ferreira. O quorum deste encontro contou com 14 participantes atuantes nos seguintes movimentos: ONG Guadavida, CARE Comunidade educadora, professores da Rede Municipal, Biblioteca Solano Trindade, Conexão Caxias e uma aluna de graduação, orientanda da professora Patrícia Corsino bolsista de Iniciação Científica da UFRJ que explicou estar ali para observar a construção do plano, pois fazia parte de um grupo de pesquisa sobre o tema das bibliotecas escolares.

As discussões iniciaram-se com os questionamentos acerca da paralisação dos encontros. Para a maioria dos presentes a lacuna entre o segundo encontro realizado dia 17 de setembro de 2011 e o terceiro encontro realizado no dia 17 de outubro de 2012 constituiu pouco entendimento da necessidade de criação do plano. Um dos presentes afirmou que o motivo maior foi o processo eleitoral:

A candidatura a vereador de Antônio Carlos (coordenador da Biblioteca Solano Trindade) atrapalhou as negociações, uma vez que, a Prefeitura percebeu que após o convênio da FUNDEC com a BCST isto não se transformou em parceria político-partidária. A aprovação do Plano seria mais capitalizada pelo candidato a vereador do que pela Prefeitura

Ainda em 2011, mais precisamente em 12 de dezembro de 2011, dois meses após o segundo encontro, a Comissão do Plano composto por duas representantes da Secretaria de Cultura e Turismo, o representante da BCST e Rede de Bibliotecas Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro (REBICRIO) e também a uma representante da Biblioteca Municipal Gov. Leonel de Moura Brizola reuniram-se para avaliar o desenvolvimento do processo e preparar o calendário para 2012. Nesta reunião a Secretaria de Educação não enviou representação, mesmo assim ficou sinalizado que no dia 16 de fevereiro de 2012 aconteceria o Terceiro Encontro.

As discussões prosseguiram enfatizando que a não presença em conjunto da Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura provocam instabilidade nas negociações. Lembrou-se que a ação do PMLL requer ações interministeriais. Nos Estados e Municípios as Secretarias precisam estar em conexão para fazer avançar as negociações.

Uma professora da Rede Estadual de Ensino representante da Escola Estadual Guadalajara afirmou

Não é pouca gente que atua com a leitura em Duque de Caxias, não...Há muita gente, só que estão espalhadas e precisam se agrupar. O Plano prevê isto, precisamos continuar as reuniões.

Um dos participantes perguntou sobre as atas do Primeiro e do Segundo Encontros. A Representante da Secretaria de Educação anunciou que não havia registros dos encontros anteriores. Os registros existentes estão em áudio, portanto será necessário procurar o funcionário que ficou designado para esta tarefa e transcrever estas gravações. A Representante da Secretaria propôs realizarmos a escrita compartilhada das atas. Cada um que esteve presente aos encontros anteriores escreveria um pouco e montaríamos estas memórias. Todos os presentes concordaram em enviar esta escrita até o dia 30 de outubro de 2012, véspera da reunião que será o quarto encontro marcado para o dia 31 de outubro. Neste dia a pauta está organizada em torno de três momentos:

- 1- Compreender os quatro eixos do PNLL e as diretrizes gerais dos Planos Municipais;
- 2- Mapeamentos das ações das bibliotecas comunitárias, ONG's e projetos diversos existentes em Duque de Caxias que envolvem a questão da Leitura;

Ao compararmos a trajetória de existência e práticas das bibliotecas comunitárias tanto do município de Nova Iguaçu quanto do município de Duque de Caxias e do desenvolvimento dos Planos Municipais do livro e da leitura a que são as responsáveis principais pela iniciativa, percebemos diferenças e semelhanças. O Pólo Baixada Literária agrupa as bibliotecas em torno das diretrizes do Instituto C&A que, por sua vez, está imerso na lógica do investimento social privado, subordinado a aspectos fiscais e jurídicos. Está contemplado nesta situação o alinhamento do dinheiro privado e público. As tarefas sociais são sempre metas a longo prazo e por isso as empresas arriscam institucionalizá-las. A Biblioteca Solano Trindade atua independente do pólo Baixada Literária e por estar livre da ação verticalizada do Instituto C&A possui a capacidade de produzir ações mais orgânicas com a comunidade do Cangulo e com os agrupamentos culturais da Baixada e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a implementação dos Planos Municipais de Leitura nas cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu consistiu em agir a todo momento em um terreno movediço, em um espaço cheio de dúvidas, pistas passíveis de dupla interpretação, suspeitas, às vezes desconfortantes. Trabalhou-se a maior parte do tempo com o inesperado, com o novo acontecendo, se impondo. Não há literatura acumulada sobre o tema acerca dos Planos Municipais e, também, do próprio Plano Nacional. Os discursos acerca destes documentos estão sendo narrados nas ações dos agentes. Estes discursos também constroem o objeto, por sinal, ao mesmo tempo tão concreto e tão abstrato, uma vez que: *Poucos* são contra a leitura. Mesmo aquele que diz não gostar de ler situa a discussão em âmbito particular, próprio: “Sou eu quem não gosta”, “O livro é muito chato!”, “a biblioteca é muito entediante”, “Eu não tenho paciência”, “Tem coisa mais interessante para eu fazer”. *Muitos* reconhecem a importância do ato de ler. Afirmam ser a leitura a base de compreensão de outros saberes, tal como um pré-requisito. Mas por que há, ainda poucos leitores no Brasil?

Um leitor não se forma apenas por um desejo pessoal. Não se deve deixar isto apenas como responsabilidade do sujeito. Há de ter medição, troca, vínculos. Aliás, se assim for bastam somar o livro com o poder de compra mais o leitor que escolheu ser leitor e assim está feito. O que está em questão nas políticas públicas é garantir o direito de todos se tornarem leitores.

As expressões que circulam pelos meios de comunicação e pelas redes sociais “Quem lê sabe mais”, “O prazer da leitura”, “A leitura fará da criança um adulto melhor” precisam de explicações que as situem no contexto das falas em que são produzidas. Parece ser uma espécie de troca ou promessa de um homem melhor, de um mundo melhor etc. Não podemos esquecer que movimentos totalitários do passado e suas reedições, tão violenta quanto ou com uma roupagem mais amena possuem significativa produção materializada em obras que até hoje, “fazem a cabeça” de muita gente.

Não é a leitura em si, mas o que se escolhe para ler, mediado por quais elementos? Nossa perspectiva é a da leitura forjada nas práticas sociais que expanda as

nossas forças e as potencialize em direção a outras forças também igualmente profícuas, a fim de produzir uma existência que negue o conformismo, as opiniões cristalizadas impostas de fora para dentro como verdades inegociáveis e que acredite no movimento transformador possível para todos. Michèle Petit (2008) expõe a narrativa emblemática do jovem senegalês chamado *Daoud* de vinte anos

Quando moramos na periferia, estamos destinados a ter uma escola ruim, um péssimo trabalho. Há uma porção de acontecimentos que nos fazem seguir numa certa direção, mas eu soube me esquivar desse caminho, tornar-me anticonformista, ir em outra direção, é esse o meu lugar...os que vagam pelas ruas fazem aquilo que a sociedade espera que façam e é tudo. São violentos, vulgares e incultos. Dizem: 'vivo na periferia, sou assim', e eu era como eles. O fato de existirem bibliotecas como esta me permitiu entrar aqui, conhecer outras pessoas. Uma biblioteca serve para isso[...].Eu escolhi a minha vida e eles não tiveram escolha”(PETIT,2008,p.60).

Reconhece-se o pressuposto do direito a aprender, do direito a ler e, portanto, a democratização do acesso é prioritário. Democratizar o livro e os espaços de leitura são direitos essenciais, assim como é o direito à cidade. Permanece a defesa do acesso ao livro e a leitura com qualidade para o conjunto da população realizados em ambientes adequados e com a participação popular atuando ativamente no controle social junto ao poder público.

Esta pesquisa buscou o envolvimento do pesquisador em uma observação participante para a compreensão da criação dos Planos Municipais do Livro e Leitura nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu durante o período de janeiro de 2010 e outubro de 2012. Situadas em espaços periféricos e de precária participação política, estas duas cidades da Baixada Fluminense possuem em suas histórias trajetórias econômicas e sociais que as situaram em posição de fragilidade quanto ao desenvolvimento dos índices de qualidade de vida.

A partir das visitas às reuniões planejadas pelos grupos do Movimento Baixada Literária e da Biblioteca Solano Trindade foi possível se envolver nas discussões e ter acesso aos trabalhos realizados por estes ativistas em torno da criação dos Planos Municipais do Livro e Leitura (PMLL) nestas regiões. A observação feita a partir do olhar e da escuta dos relatos percebeu-se as diferenças e semelhanças do processo nas duas cidades, a saber:

✓ NOVA IGUAÇU

Tendo iniciado antes de Duque de Caxias as reuniões preparatórias do PMLL, a Cidade de Nova Iguaçu acumulou muita experiência no campo da participação. Vivenciaram o contato com o espaço político institucional da prefeitura que os inseriu em negociações com as Secretarias de Cultura e Educação do município. Estas experiências incluíram os ativistas da cultura e da educação e das associações de moradores na posição de elaboradores de políticas públicas para a área do Livro e da Leitura. Muitas ações direcionadas ao público em geral como feiras, saraus, reuniões públicas foram realizadas dando visibilidade às reivindicações. Em Nova Iguaçu, há consolidado o fazer dos escritores Iguaçuanos, bastante conhecido na cidade. A Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu sempre esteve mais atuante, mais à frente das ações do que a Secretaria de Educação. Este fato ficou evidenciado nas falas e documentos disponibilizados publicamente em atas registradas. Esta questão precisa ser ultrapassada na medida em que o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é uma ação interministerial entre os Ministérios da Educação e da Cultura.

Um dado a ser analisado na cidade de Nova Iguaçu a partir de 2005 foi a mudança na gestão do governo municipal. Em 2004, a prefeitura de Nova Iguaçu, uma das principais cidades da Baixada Fluminense, foi disputada pela candidatura de Lindberg Farias na coligação "Hora da mudança" com PSB,PC do B,PSDB e PFL. Esta candidatura venceu a disputa no segundo turno com 57% dos votos e tomou posse em 1º de janeiro de 2005. Após reeleição em 2008 com cerca de 65% dos votos, ou seja, 260 mil votos aproximadamente, tomou posse pela segunda vez em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, Lindberg Farias foi candidato vitorioso ao Senado pelo PT, deixando a prefeitura em abril sob responsabilidade da sua vice Sheila Gama.

A transição para um governo do campo democrático popular representado por Lindberg Farias e Sheila Gama não representou uma possibilidade concreta de implementação do PMLL em Nova Iguaçu. Mesmo que houvesse maior disponibilidade de diálogo, comparado a gestão anterior, a questão do Livro e da Leitura como política pública ainda é embrionária, necessitando de qualificação teórica e técnica tanto do ativismo cultural e educacional quanto das instituições oficiais representada pela Prefeitura e Câmara dos Vereadores. As reuniões continuam, os eventos de formação do público leitor são frequentes em Nova Iguaçu e agregam diversos grupos. É um

caminhar constante em direção a implementação do Plano, fazendo com que este movimentos se tornem protagonistas em nível local das propostas mais amplas e universalistas presentes no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Pela primeira vez a leitura é compreendida como política cultural que atravessa a simbologia do livro impresso limitado ao espaço escolar. Assim, existe todo um campo de formação e disputa cotidiana para a realização das ações que visam transformar o espaço da cidade historicamente vilipendiada de uma construção entendida como *res publica*, como território valorizado e produtor de subjetividades que estejam em movimentos provocando resistências e recusas a partir da conquista da democratização da leitura. A experiência de Nova Iguaçu irradiou-se para outras cidades da Baixada, tal como, São João de Meriti, Queimados e Duque de Caxias, e são hoje, solicitados a repassarem estas experiências aos ativistas destes municípios e de outras da regiões.

✓ **DUQUE DE CAXIAS**

O papel protagonizado pela Biblioteca Comunitária Solano Trindade ganhou expressão no Brasil e apresenta-se como estímulo para outras bibliotecas se consolidarem na Baixada. O contato dos coordenadores com outros movimentos, e em particular, com os ativistas de Nova Iguaçu, ampliaram as ações deste grupo para além do isolado Bairro Cangulo. Passou-se a atuar nas políticas culturais do Livro e Leitura na cidade, mobilizando outras categorias profissionais e visibilizando a existência de uma Política Pública Nacional de Leitura que se realiza no espaço municipal com a implementação do Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL). De repente, em um Bairro sem recursos de abastecimento de água encanada, com precárias condições de transporte rodoviário e ferroviário, com escolas e postos de saúde funcionando com recursos mínimos, encontra-se, ali, uma biblioteca que conquistou simbolicamente a valorização das várias formas de leitura do mundo. Junto ao livro impresso e à internet, os amigos se reúnem no espaço que é público e vital para a formação e manutenção dos vínculos promovendo outras atividades relacionadas à dança, à música e à produção audiovisual.

Ao contrário de Nova Iguaçu que teve no período de 2010 à 2012 um governo relativamente do campo popular, Duque de Caxias esteve neste mesmo período sob a gestão municipal de um governo conservador, fundado na tradição dos grupos de extermínio que dominaram a Baixada Fluminense nos anos 80 e que perpetua as

práticas autoritárias, conhecidas no vocabulário político como Coronelismo. O diálogo com o Governo Zito em Duque de Caxias não passou das reuniões propositivas gerais. Nada mais concreto como em Nova Iguaçu, que conseguiram realizar o Simpósio, a I Conferência e instituir o Grupo de Trabalho GT IGUAÇULENDO. Mesmo que em Nova Iguaçu já tivessem ocorrido onze encontros, em Duque de Caxias, não ocorreu uma maior participação de outros setores do movimento social. Não houve maior agrupamento de pessoas, inclusive dos ativistas da cultura e da educação, oxigenando e ampliando as reivindicações. Em Duque de Caxias, o processo necessita de mais enraizamento e informação acerca da necessidade de criação do Plano Municipal do Livro e Leitura tanto para outros setores quanto para o poder público. Percebeu-se que nas primeiras negociações direcionou-se as energias mais em direção ao diálogo com a Prefeitura do que com os movimentos sociais da cidade. Este interesse estava pautado nas conhecidas dificuldades de diálogo com o Governo, porém, simultaneamente a mesma interação necessitaria existir com outros movimentos da cidade para fortalecer a Sociedade Civil nas reivindicações pela aprovação do Plano cujo sentido ultrapassa a educação e a cultura, entendida ainda, pelo conjunto da população como manifestação de eventos. Verificado o equívoco, foi redimensionado o diálogo para outros grupos, tal como o SEPE, a OAB, Associação de Moradores, Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Sindicatos. Busca-se hoje, também, um maior contato com as Universidades existentes na cidade de Duque de Caxias bem como as redes sociais que ocupam uma posição de divulgação rápida e de público multiplicador.

Qualificar mão-de-obra, promover equidade social são defesas das quais a sociedade civil sabe que estão relacionadas aos saberes formais existentes no âmbito cultural e escolar. A criação dos Planos de leitura nas três esferas em que possam ser construídos são conquistas históricas dos movimentos sociais. Temos, dessa maneira, o início da criação de planos em duas cidades da Baixada Fluminense com previsão de implementação indeterminada.

Mesmo que levem muito tempo para existirem, vale ressaltar o processo no qual são construídos. As bibliotecas comunitárias, os leitores, o público envolvido ao se inserirem nos processos participativos se tornam capazes de produzir em suas atitudes ações mais qualificadas e emancipadoras. As políticas, em seu processo de elaboração e implementação são marcadas pela falta de equidade entre os diversos participantes. O processo democrático vislumbra igualdade e ou, pelo menos, equilíbrio entre as partes.

O exercício de participação política em torno da construção dos planos municipais em Duque de Caxias e Nova Iguaçu é fundamental para o desenvolvimento local e para o fortalecimento do sistema municipal de bibliotecas. Os espaços participativos das reuniões, dos grupos de trabalho, dos encontros podem convergir com as instâncias de decisões significativas. Estes momentos de participação são espaços possíveis de elaboração e consenso.

Ocorrem nestes municípios, através da descentralização dos recursos as possibilidades da população local ter uma participação mais direta. As Políticas Públicas de Estado, conhecidas como permanentes e que vão se aperfeiçoando à medida em que o debate público se instaura entre a sociedade civil. Os governos locais e os representantes do parlamento municipal ainda não conseguem estabelecer uma agenda a longo prazo de discussões, pois falta visão democrática e compreensão para o tema das questões culturais aliada ao desenvolvimento local. Nesta visão algumas sugestões se apresentam:

Do ponto de vista da participação democrática

- 1- Evitar as práticas sociais e políticas que realçam o individualismo e o isolamento. Estes componentes corroboram para a desarticulação e fragmentação dos agrupamentos tornando-os vulneráveis à burocratização e ao personalismo dos dirigentes tanto dos que representam a sociedade civil quanto das empresas e do governo. Apoiar iniciativas dos diversos agentes é fomentar o desenvolvimento local e tornar favorável a troca de experiência e a junção das forças.

Quanto à democratização dos espaços de leitura:

1. A experiência vivenciada pelos leitores nas bibliotecas públicas comunitárias deixam no imaginário dos frequentadores que as bibliotecas podem ser lugares diferentes daqueles construídos no imaginário social. Sendo assim, as bibliotecas públicas podem vir a se tornar espaços mais propícios ao uso da informação para a população local, bem como, manter com a comunidade vínculos mais profundos;

2. Manter as bibliotecas comunitárias como ambientes de criação específico, sem tutelas de nenhum sistema corporativo privado ou governamental para que possam desempenhar ações singulares na formação de leitores. Precisam, todavia, de apoio do poder público para as ações que formam e dão sentido aos locais em que se inserem. São pontos de leitura porque são pontos de cultura viva que mesclam oralidade e escrita não as colocando em oposição, mas em convergência.

A continuação dos encontros nas cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, continuam e passam a aglutinar outros atores sociais. A renovação da gestão pública abre expectativas para novas negociações e possibilidades de conquistas. Assim, o Plano Nacional do Livro e da Leitura se materializa, sendo ampliado, neste contexto, a importância da biblioteca como conquista social. Em todo o território nacional as ações em defesa do livro da leitura e da biblioteca estão sendo mapeadas e recebem adesões e apoio do setor público e privado. Resta, portanto, aperfeiçoar e instaurar concomitantemente no imaginário social a defesa da leitura, do livro e da biblioteca como partícipes da construção da cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2012.

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. 197 p.

ARENA, Dagoberto Buim. Alunos, Professores e Bibliotecários: uma rede a ser construída. **Revista Leitura**: Teoria e Prática. Campinas, Ano. 29, n. 57, p.10-17, nov 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. **Livro no orçamento familiar**. Disponível em: <www.anl.org.br>. Acessado em: 23 out. 2010.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIM, Walter. **Reflexões Sobre a Criança, o Brinquedo e a Educação**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 1994.

_____. Obras escolhidas: I – **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Obras escolhidas: II - **Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 2002

_____. Obras escolhidas: III- **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996

BRASIL. Decreto-Lei nº 7559. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 7 out. 2011

BRASIL. Lei 12.244 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm> acessado em 07 out. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2008/default.shtm>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB 2005). **Primeiros Resultados.** Disponível em: <www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAEB1995_2005.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2010

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional:** função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORSINO, Patrícia. Infância e Linguagem em Walter Benjamin: reflexões para a educação. In: JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. **Política, Cidade e Educação:** itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I:** novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Caminhos investigativos II:** Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

D'ANGELO, Martha. **Arte, Política e Educação em Walter Benjamin.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do Poder.** 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GALENO, A.; WERTHEIN, J. R. (OrgS.). **Leitura e Cidadania.** In: _____. Retratos da leitura no Brasil. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2008. v. 1. p. 41 - 48

GALO, Silvio. **Conhecimento, Transversalidade e Educação:** para além da interdisciplinaridade. Disponível em: <www.cedap.assis.Unesp.br/cantolibertario>. Acesso em: 2012.

_____. **Deleuze e Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo: Espaço&debates, 1996. (Núcleo de estudos regionais e Urbanos; 39)

HÉBRARD, Jean. **Entrevista com Jean Hébrard**. Revista Leitura: Teoria e Prática. Campinas, Ano. 29 ,n. 57,p.4-7,Nov,2011.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br>>. Acessado em 12 de maio 2010.

JOBIM e SOUZA, Solange. Walter Benjamin e a Infância da linguagem: uma teoria crítica da cultura e do conhecimento. In: JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. **Política, Cidade e Educação**: itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2009.

KLEIMAN, Angela Bustos (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KRAMER, Sônia. Leitura e Escrita como experiência: notas sobre seu papel na formação. In: ZACUR, Edwiges (Org.). **A Magia da Linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS Vanda Maria. **Ler e Compreender**: os sentidos do texto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. **A leitura Rarefeita**: leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

LARROSA, Jorge. Literatura, Experiência e Formação. In: COSTA, V. Marisa. **Caminhos Investigativos I**: Novos Olhares na Pesquisa em Educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19_04_jorge_larrosa_bondia.pdf>. Acesso em: 30 maio 2012.

LINHARES, Célia Frazão Soares. **Experiências Formativas e Seus Movimentos Instituintes**. Artigo. Teoria Pedagógica e Crítica Educacional, 2004. Paulo Freire e as Experiências Instituintes em Educação Escolar.

LINHARES, Célia. (org.). **Os professores e a Reinvenção da Escola**. Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>>. Acesso em: 2012-04-11.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades Contemporâneas. In: BARROS, M^a Elizabeth Barros (org.) **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: Edufes, 1999.

MATOS, Olgária. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). **PNLL**: Textos e História (2006-2010). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Márcio Pinõn. O Retorno à Cidade e Novos Territórios de Restrição à Cidadania. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ORLANDI, Eni p. Cidade dos Sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PELBART, Peter Pal. Biopolítica e Biopotência no Coração do Império. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio (Orgs.) **Nietzsche e Deleuze**: que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PETIT, Michéle. **Os Jovens e a Leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Ed.34, 2008.

PROLER: Concepções e Diretrizes, 2009. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/>> Acessado em: 01 out. 2011

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL 3ª Edição. Disponível em : <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>

ROSA, Flávia. Política da Leitura, do Livro e da Biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica. . In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.) **PNLL**: Textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SANT'ANNA, Afonso, Romano de. Anotações para Uma História da Leitura. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org). **PNLL: Textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SENNETT, R **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SCHEINVAR, Estela. **O Feitiço da Política Pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACUR, Edwiges (Org.). **A magia da Linguagem**. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 1999.

SODRÉ, Muniz. **A verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VALLA, Victor Vincent (Org.). **Classes Populares no Brasil: exercícios de compreensão**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

YUNES, Eliana. Era uma vez a leitura... In: MARQUES NETO, José Castilho (Org). **PNLL: Textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

APENDICE - Primeiro grupo de entrevistas realizadas na primeira visita ao CECOM

NOVA IGUAÇU - Bairro Nova Brasília

Estava com o gravador e não havia programado nenhum roteiro de entrevista, pois estive apenas para identificar o local e conversar com os coordenadores. Tudo foi pensado no momento em que vi os leitores.

GRUPO A (turno da manhã)

Entrevistadora: *O que significa gostar de ler, para vocês*

Letícia: Pra mim, é gostar de fazer o que a gente aprende quando aprende a ler.

Bruno: Significa que eu já sei ler e por causa disso eu posso viajar na história dos livros, nos contos. Todo mundo fala e eu sei que ler é muito bom, é viajar, é ficar feliz, às vezes dá até pra chorar com as histórias.

Daniela: Pra mim ler é viver, porque não dá pra viver sem ler. Quando eu não sabia ler era igual o menino que aprendeu a ver, via tudo embaralhado, não entendia nada. Agora é bem mais legal, dá pra viajar na imaginação quando fecho o livro.

Paulo: O que significa gostar de ler? Ah, acho que significa que eu aprendi que ler é muito legal e faz a gente se sentir bem. Tem muita história bonita.

GRUPO B (Turno da tarde)

Entrevistadora: *O que vocês acham da existência desta biblioteca aqui no Bairro?*

Davi: Eu acho que a biblioteca ajuda porque tem muitos livros e a gente pode escolher, a tia fala, os colegas todos pegam livros, tem os gibis. Eu adoro ler na biblioteca.

Mariana: Se não fosse a biblioteca eu não ia ler tanto. Ia ler, mas não ia ler tanto, porque aqui é muito legal, tem muitos livros.

Priscila: A tia da biblioteca aprendeu logo meu nome que eu vinha sempre aqui. Eu gosto mais de ler na biblioteca. Que bom que tem a biblioteca pra gente pegar, mas os livros não podem levar pra casa.

Paulo: Eu acho que sou (um leitor melhor por influência da biblioteca). Em casa não dá pra ler não, tem a rua, os colegas. Aqui a gente para pra ler.

Ruan: Acho que a biblioteca é tudo de bom. Eu acho que só sei ler o gosto de ler por causa da biblioteca. É o lugar mais legal dessa rua.

Obs: Tia(voluntária da biblioteca)

Obs: Na maioria das situações observadas o ato de ler se fazia em grupo. Uns muito perto dos outros*. Acho que é um detalhe a se pensar.

Entrevistadora: *Sua família possui o hábito de ler o quê?(atenção para a pergunta)*

Ruan: Lá em casa a gente não lê, quer dizer, menos eu. Eu leio os livros que pego na biblioteca.

Renata: Meu pai lê só jornal. Todo dia ele lê, mas minha mãe não tem tempo.

Paulo: Lá em casa o meu pai lê jornal, acho que nunca vi ele ler livro. A minha mãe lê os livros da escola, que ela estuda de noite.

Daniela: Meu pai trabalha o dia inteiro, não dá tempo pra ler! Mas a minha mãe adora ler revistas pra saber das novelas e pra aprender receita

ANEXO A - Decreto nº. 9.139, de 06 de setembro de 2011.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 06 de setembro de 2011.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO Nº. 9.139, DE 06 DE SETEMBRO DE 2011.

“CRIA O GRUPO DE TRABALHO “IGUAÇULENDO” PARA A CONSTRUÇÃO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO “PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA”, COMO INICIATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – SEMCTUR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” A PREFEITA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, usando de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, CONSIDERANDO a necessidade da Cidade de Nova Iguaçu de assegurar o direito a políticas públicas continuadas de leitura conforme prevê o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) do Ministério da Cultura (MINC);

CONSIDERANDO a importância de implantar na cidade um plano de ações que garantam o direito à leitura e ao acesso ao livro, que crie estratégias que estimulem a cadeia produtiva do livro e que promovam atividades de promoção da leitura;

CONSIDERANDO a importância da integração e cooperação entre os entes federal, estadual e municipal e as entidades da sociedade civil e dos movimentos populares para a legitimação do referido Plano em Nova Iguaçu;

CONSIDERANDO a importância de tornar definitivamente a Cidade de Nova Iguaçu em uma cidade de leitores;

DECRETA:

Art. 1º. -Fica criado o Grupo de Trabalho “Iguaçulendo”para a Construção do Plano Municipal do Livro e da Leitura de Nova Iguaçu.

§1º - O Grupo de Trabalho a que se refere o caput deste artigo será composto por 10 organismos, sob a coordenação Geral da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR) e a relatoria entre um membro escolhido, da Entidade da sociedade civil.

§2º - Os Organismos que compõe o Grupo de Trabalho “Iguaçulendo”, serão:

I. PODER PÚBLICO:

- a) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo –SEMCTUR;
- b) Secretaria Municipal de Educação –SEMED;
- c) Câmara Municipal.

II. ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL;

- a) Pólo Baixada Literária
- b) Fulanas de Tal
- c) Representantes dos Escritores Iguaçuanos
- d) Fórum cultural da baixada
- e) Editora Entorno

- f) Conselho Municipal de Cultura
- g) Conselho Municipal de Educação

III. UNIVERSIDADES

Art. 2º -Caberá ao Grupo de Trabalho “Iguaçulendo” criado para construir o “Plano Municipal do Livro e da Leitura”:

- I. Acompanhar o planejamento e a construção do PMLL em todos os Fóruns e Conferências realizados para elaboração do citado plano;
- II. Interagir com órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis pela elaboração de planos similares de leitura.
- III. Realizar o diagnóstico das ações de leitura, públicas e privadas para o Município;
- IV. Elaborar eixos temáticos de atuação, com inspiração no Plano Nacional do Livro e Leitura;
- V. Realizar a construção democrática da redação oficial do PMLL, e submetê-la à aprovação em Conferência Municipal do Livro e da Leitura;
- VI. Promover a Conferência Municipal do Livro e da Leitura.

Art. 3º – O Grupo de Trabalho “Iguaçulendo” criado para construir o “Plano Municipal do Livro e da Leitura” dever estimular a participação de setores organizados da sociedade civil de Nova Iguaçu, de autoridades estaduais e federais, de universidades públicas e privadas e profissionais técnicos no acompanhamento e monitoramento dos benefícios culturais, educativos, sociais e econômicos propostos por este Plano.

Art. 4º – O Grupo de Trabalho “Iguaçulendo” criado para construir o “Plano Municipal do Livro e da Leitura” terá duração até o prazo de conclusão da construção do Plano Municipal do Livro e da Leitura quando da sua publicação.

Art. 5º- Fica a cargo do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, a publicação de Portaria dos integrantes dos órgãos e entidades referidas no Art. 1º desse Decreto.

Art. 6º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 06 de setembro de 2011.

ANEXO B - Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007**Presidência da República**

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007. Institui o Programa Mais Cultura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

Art. 1o Fica instituído o Programa Mais Cultura, com os seguintes objetivos:

- I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

Art. 2o O Programa Mais Cultura compreenderá ações voltadas:

- I - à democratização do acesso a bens e serviços culturais;
- II - ao fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos sócio-culturais de incorporação de populações excluídas e vulneráveis;
- III - ao fortalecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida de populações tradicionais;
- IV - à disseminação de valores democráticos, republicanos e solidários, de justiça social, da cultura e da paz;
- V - à promoção dos direitos culturais assegurados pela Constituição, respeitando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;
- VI - à qualificação do ambiente social e cultural das cidades e do meio rural;
- VII - à valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;
- VIII - à incorporação de jovens ao mundo do trabalho cultural;
- X - à capacitação e valorização de trabalhadores da cultura;
- X - ao desenvolvimento da habilidade e do gosto pela leitura e pela escrita;
- XI - à promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão cultural; e
- XII - ao fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para empreendimento, planejamento e gestão de micro, pequenos e médios negócios na área cultural.

Art. 3o O Programa Mais Cultura alcançará as áreas situadas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, prioritariamente com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de baixo desenvolvimento.

Parágrafo único. As regiões do Semi-Árido e do São Francisco são, para fins deste artigo, prioritárias.

Art. 4o Para fins de execução do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmará convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como estabelecerá parcerias com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem

fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação pertinente, podendo, inclusive, utilizar-se dos mecanismos previstos na Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 5o Fica instituída, no âmbito do Ministério da Cultura, Câmara Técnica com a finalidade de propor e articular ações intersetoriais para o desenvolvimento do Programa Mais Cultura.

§ 1o A Câmara Técnica será integrada por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Ministério da Cultura, que a presidirá;

II - Ministério da Educação;

III - Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

V - Ministério da Justiça;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério da Saúde;

VIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

IX - Ministério do Meio Ambiente;

X - Ministério da Integração Nacional; XI - Casa Civil da Presidência da República;

XII - Secretaria-Geral da Presidência da República;

XIII - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

XIV - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e

XV - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

§ 2o O Ministério da Cultura será representado por seu Secretário-Executivo, e os demais membros e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em portaria do Ministro de Estado da Cultura.

§ 3o A Câmara Técnica reunir-se-á mediante convocação de seu Presidente.

§ 4o A Câmara Técnica poderá convidar a participar de suas reuniões representantes de outros órgãos, de instituições públicas e da sociedade civil, bem como especialistas, para prestarem informações e emitirem pareceres.

§ 5o A Câmara Técnica poderá sugerir ao Ministro de Estado da Cultura a constituição de grupos de trabalho temáticos, com a finalidade de atender a demandas específicas e recomendar a adoção de medidas necessárias à implementação de suas proposições.

§ 6o A Câmara Técnica apresentará relatórios anuais de avaliação do Programa Mais Cultura ao Ministro de Estado da Cultura.

Art. 6o O Ministro de Estado da Cultura designará Comitê Executivo, no âmbito do respectivo Ministério, responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa Mais Cultura.

Parágrafo único. O Comitê Executivo será presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura.

Art. 7o A participação na Câmara Técnica, no Comitê Executivo e nos grupos de trabalho constituídos será considerada prestação de serviços relevantes, não remunerada.

Art. 8o Ao Ministério da Cultura caberá prover apoio técnico-administrativo e os meios necessários às atividades da Câmara Técnica, do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho.

Art. 9o O acompanhamento do Programa Mais Cultura será realizado pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura.

Art. 10. O Ministro de Estado da Cultura disciplinará os procedimentos técnicos para o monitoramento, avaliação e fiscalização das ações do Programa Mais Cultura.

Art. 11. O Ministério da Cultura, a Câmara Técnica e o CNPC promoverão o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social e de participação da sociedade civil na implementação, acompanhamento, fiscalização, avaliação dos projetos e ações do Programa Mais Cultura.

Parágrafo único. O poder público local poderá designar conselhos já constituídos, preferencialmente com atuação na área cultural, para acompanhar e fiscalizar a implementação do Programa Mais Cultura.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Cultura.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de outubro de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.10.2007.

ANEXO C – Entrevista Professora Elisa Machado

Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Biblioteca Nacional
1 Encontro do Plano Municipal do Livro e da Leitura do Município de Duque de Caxias

Dia:02/07/2011

Francisco Araújo: Professora Elisa, o que representa a implantação desse programa aqui no Município de Duque de Caxias, do ponto de vista prático e do ponto de vista simbólico também?

Professora Elisa Machado: A representação é muito grande, principalmente para as bibliotecas, que por muitos anos ficaram apagadas na memória da sociedade, na memória da população e hoje estão liderando o Processo de Constituição de Planos Municipais e Planos Estaduais do Livro e da Leitura e das Bibliotecas. Eu defendo que esses planos tenham o nome da biblioteca junto porque isso valoriza, isso oferece maior reconhecimento e resgata esse passo cuja importância existe para nossa sociedade. Aqui em Duque de Caxias temos um diferencial. Está acontecendo uma coisa extraordinária. Eu acho que é um novo momento, de um novo contexto que estamos a viver. Temos a presença do Governo Federal, representado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a Fundação Biblioteca Nacional, o pessoal do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e o pessoal do Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas, então, juntar todas essas três esferas, tendo as bibliotecas como o grande veículo, o grande impulsionador desses projetos está sendo um grande avanço. A importância tomada para áreas de leitura, para valorização da leitura é muito grande, porque é na biblioteca onde trabalhamos a leitura informal, a leitura sem as amarras e em colaboração com a escola, mas, a biblioteca é fundamental nesse processo.

Francisco Araújo: Quais as dificuldades que vocês estão encontrando, tendo em vista que há ainda muitos municípios brasileiros, que ainda não atingiram a meta de ter pelo menos uma biblioteca pública?

Professora Elisa Machado: Então, a dificuldade se faz porque é uma questão de conscientização dos Poderes Públicos locais. Muitas vezes, a Prefeitura, os Governantes ou mesmo as Câmaras Municipais, não tem a dimensão da importância da leitura, da importância da biblioteca, da importância do livro para população. Não sabem o quanto o acesso à informação e ao conhecimento podem transformar aquele local. Então é um processo de mudança, de conscientização fazemos e que toda a sociedade pode colaborar. Exemplos como esse que vivenciamos hoje impulsionam outros municípios. Eu tenho certeza que outros Municípios aqui da Baixada vão começar a seguir o mesmo caminho, porque, inclusive, não querem ficar para trás

ANEXO D - Gutemberg Cardoso fala do PMLL de Duque de Caxias

Por Chico de Paula especial para a biblioo

DUQUE DE CAXIAS, RJ – O Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias, professor Gutemberg Cardoso, fala sobre a implantação do Plano Municipal do Livro e da Leitura daquela cidade.

Chico de Paula: *Professor Gutemberg, qual a importância da implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura aqui em Duque de Caxias?*



Gutemberg Cardoso: É, primeiramente, parabenizar o professor Antonio e sua equipe, né, que são responsáveis diretos pela Biblioteca Solano Trindade e pra mim foi muito gratificante quando na Secretaria Municipal de Cultura, recebi a visita do professor Antonio e ali ele com muito entusiasmo falava da necessidade da implantação desse projeto do livro e da leitura aqui na nossa cidade. Nós na Secretaria Municipal de Cultura temos realizado um trabalho muito significativo. Isto pelo fato de termos implantado aqui na nossa cidade duas modernas bibliotecas: a Biblioteca de Jovens e Adultos Leonel de Moura Brizola e a Biblioteca Infantil Leonel de Moura Brizola. Também temos sobre nossa responsabilidade três outras bibliotecas: uma em Jardim Primavera, outra em Xerém e a outra em Imbariê. O destaque é essa Biblioteca Leonel de Moura Brizola que recebe diariamente mais de 500 jovens e a nossa Biblioteca Infantil, que hoje trabalha com projeto de incentivo a visitação dos nossos pequeninos. Para tanto, a Secretaria Municipal de Cultura disponibiliza um ônibus, contacta uma escola, e esse ônibus se desloca até a escola e trás as crianças. Essas crianças são recebidas pelas nossas contadoras de história e ali a criança vivencia o seu mundo infantil. Então isso, foi muito significativo. Tem muito significado e o complemento disso tudo foi quando recebendo a visita do professor Antonio, volto a enfatizar, e temos que reconhecer isso, ele levava ali a proposta para que, junto com o Poder Público Municipal, nós pudéssemos estar realizando esse primeiro Encontro do Livro e da Leitura em Duque de Caxias, para que juntos, a sociedade civil e o poder público, pudessem realizar e criar políticas públicas de incentivo à leitura. Isso foi fundamental. Depois de um mês e meio desse primeiro Encontro, nós estamos aqui nesse momento histórico, vendo esse encontro ser realizado com representantes do Poder Público Estadual, no caso a nossa professora Elisa, que proferiu uma palestra muito significativa pra nós. Eu acredito que a partir desse primeiro Encontro, nós estaremos dando um passo muito importante para que Duque de Caxias venha efetivamente a concretizar um projeto de políticas públicas de incentivo à leitura e não somente isto, mas também que incentive a criação de novas bibliotecas.

C. p.: *Professor, do ponto de vista da educação, o senhor que é professor, como é que o senhor enxerga a perspectiva da inserção da leitura no cotidiano das pessoas, dos jovens, das crianças, de um modo em geral, projetando uma possibilidade de um futuro melhor pra essas pessoas, não só aqui em Duque de Caxias, mas em toda região, Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro?*

G. C.: Eu acho fundamental. Eu defendo um princípio de que é necessário que tenhamos o maior quantitativo de bibliotecas. Eu acho que o Poder Público tem uma responsabilidade muito grande em relação a isto. Claro que nós estamos muito atrasados. O município de Duque de Caxias, apesar de ter hoje cinco bibliotecas públicas sob nossa responsabilidade, ainda é muito pouco. É um quantitativo muito, muito pequeno, e aquele velho, velho, velho: “quem ler pouco, sabe pouco, quem ler mais, sabe muito mais ainda”. Então a partir desse enfoque, a parceria do Poder Público com os Movimentos Populares organizados que pautam por esse caminho, da necessidade de que através das bibliotecas públicas, sejam

elas comunitárias ou não, que iremos contribuir muitíssimo para libertação do homem; eu digo libertação do homem no seguinte sentido: quem é informado dificilmente é enganado.

C. p.: Professor, o senhor destacou na sua fala que é um leitor assíduo, o que o senhor destacaria na sua biblioteca de especial, o que o senhor indicaria para esses jovens que estão se inserindo no mundo da leitura?

G. C.: Olha só, eu focava agora pouco que o que marcou a minha vida como estudante, isso lá atrás nos primeiros seis anos, foi um professor: Honésimo Vila Nova. Foi ele quem, nos primeiros momentos, dizia pra turma dele que era necessário ler, e ele foi justamente na literatura do mundo infantil; da criança. Ele passou as Aventuras de Tom Sawyer, Aventuras de Huck Pit, Moby Dicky, A Ilha de Coral, A Ilha Perdida. Esses livros me marcaram muito, e pra ter uma ideia como esses livros me marcaram, eu tenho uma filha com vinte e dois anos, e esses livros que o professor Honésimo Vila Nova havia passado pra mim há mais de trinta anos atrás, foram os livros que eu presenteei a minha filha também. A minha filha é uma leitora fantástica. Hoje com vinte e dois anos, está indo para o sexto ano de Medicina. O meu maior orgulho é ver minha filha lendo. Então se você me pergunta: “Guttemberg, o que você indicaria para os jovens, ler, seja literatura, seja contos infantis, seja livros de história, de política, é aquilo que o jovem mais se interessa? Se ele se interessa por uma determinada área, ele deve focar pra essa área e ler. A partir do momento que ele ler, ele descobre coisas, na medida que ele descobre, ele vai focando para outras áreas e aí ele tem um mundo promissor pela frente.

C. p.: Professor, só pra finalizar, o senhor destacaria o uso das novas tecnologias como importantes para o incentivo à leitura?

G. C.: Com certeza, com certeza! A multimídia ela é fundamental. Não adianta a gente afirmar ou dizer, de que ela não tem importância. Se não você fica desfocado do mundo. Mesmo assim, não tem nada que substitua o livro, nada, nada, nada, nada. Por exemplo, quando eu chego em casa, muitas das vezes eu olho e vou ali e tiro uma literatura e a minha filha olha: “pai você está lendo o que?”. Olha a curiosidade que desperta o fato de você enquanto pai ou que você tenha um irmão mais jovem do que você, quando você apanha uma literatura; a curiosidade do jovem ou da criança: “o que você está lendo?”. É porque você despertou a curiosidade dele, não é? Então o que substitui o livro? Nada, mas também não dá para afirmar de que nós podemos estar desfocado de toda essa gama tecnológica que está sendo colocada à nossa disposição.

Colaborou nesta entrevista Jailton Lira

ANEXO E - Plano Municipal do Livro e Leitura em Duque de Caxias



Plano Municipal do Livro e Leitura em Duque de Caxias

- Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, realizou-se na Biblioteca Pública Municipal Leonel de Moura Brizola o quarto encontro de planejamento do Plano Municipal do Livro e Leitura do município de Duque de Caxias. Às dezoito horas e quinze minutos a professora e pesquisadora Maria da Conceição do Nascimento Gomes apresentou dados de um dos capítulos de sua pesquisa de mestrado intitulado O PNLL e seus desdobramentos no campo da Educação e Cultura, abordando, dentre outras temáticas, as bibliotecas comunitárias como dispositivos de resistência. Segundo a professora Conceição o PMLL é de fato “a primeira política pública de Estado que engloba os Ministérios da Cultura e o da Educação.” Para a pesquisadora, trata-se de um movimento de recusa e acusação contra a ausência de discussões em torno do livro.
- Para provocar os participantes, Conceição fez o seguinte questionamento: “O Brasil produz livros demais ou leitores de menos?” Após a reflexão do grupo, as seguintes considerações da pesquisadora foram apresentadas:
 - 1-O Brasil não produz livros demais e sim leitores de menos;
 - 2-O que há é falta de bibliotecas, livrarias e leitores;
 - 3-Modificar o conceito de livro, livraria, biblioteca e leitura.
- Ainda segundo a professora Conceição “o leitor forjado nas práticas sociais configura-se de outra maneira”, não trazendo consigo o perfil idealizado do leitor que domina “saberes individuais” e, portanto os usa para exercer poder sobre os demais. Também as bibliotecas não mais se configuram como espaços de silêncio absoluto e solidão. A educadora acredita ainda que “quando se pensa em política de leitura é preciso pensar em longo prazo, de modo participativo e independente do poder público governamental”. Foram apresentadas algumas
 - “turbulências na cadeia produtiva do livro e leitura” que envolvem crises em diversas esferas: editorial, nas livrarias, no ensino, entre os autores, nas bibliotecas e na própria leitura. Para melhor contextualizar a construção do Plano, alguns dados do município de Duque de Caxias como o número populacional, o quantitativo de instituições de ensino, a taxa de escolaridade e os níveis de alfabetização foram apresentadas ao grupo. Também foram elucidados alguns indicadores da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil e enfocados os quatro eixos do Plano Municipal do Livro e Leitura: Eixo 1-Democratização do Acesso; Eixo 2: Fomento à Leitura e à Formação

de Mediadores; Eixo 3: Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu valor simbólico; Eixo 4; Desenvolvimento da Economia do Livro.

- Encerrando sua apresentação, a professora Conceição comentou que “as teorias nada mais são do que lentes que nos ajudam nas tomadas de decisão” e afirmou que o PMLL até pode ser realizado por um decreto. Mas ele precisa é de construção coletiva para que se firme como autêntica política de Estado. Para concluir, Conceição foi aplaudida ao expor uma brilhante citação de Machado de Assis: *“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que é assim que a natureza compôs as suas espécies.”*

- Após apresentação, Henrique questionou a elaboração do PMLL em Nova Iguaçu em comparação a Duque de Caxias no que diz respeito à presença dos órgãos governamentais e ao protagonismo que precisa ser exercido pelo poder público. A professora Conceição esclareceu que, de fato, em Nova Iguaçu, o quantitativo de encontros de preparação (ao todo foram 13 encontros), o respaldo do Instituto C&A que deu as linhas para discussão e ainda o apoio dado pela Secretaria de Cultura foram fundamentais, porém não decisivos na construção do trabalho. Citou, inclusive, que os encontros ficaram parados durante o período eleitoral, tendo sido realizado no dia trinta de outubro próximo passado o primeiro encontro após o pleito municipal. Reconheceu, no entanto que o fato da Secretaria de Cultura ter se apropriado da causa proporcionou grandes avanços. Duque de Caxias apresenta como diferencial a presença dos movimentos sociais na construção do Plano.

- Sidney ressaltou a importância de provocar a população para que o PMLL seja de fato construído pelo diálogo com diversas instâncias da sociedade.

- Henrique argumentou que ainda que o Poder Público não protagonize as ações, o mesmo precisa exercer seu papel mobilizador e que, portanto é fundamental que o novo governo municipal inclua em sua agenda as discussões que envolvem a construção do PMLL.

- Neste momento, Antônio Carlos pediu a palavra e disse trazer boas notícias; ele fez um rápido resgate dos momentos iniciais de construção do PMLL em Caxias e demonstrou estar feliz em saber do referencial teórico apresentado pela professora Conceição. Em nome do prefeito eleito Alexandre Cardoso, Antonio Carlos anunciou o compromisso assumido pela prefeitura em apoiar todas as iniciativas futuras que envolvem o livro e a leitura. Adiantou também a proposta de criação do Sistema Municipal de Bibliotecas Comunitárias. Como representante da Biblioteca Comunitária Solano Trindade, o professor Antonio Carlos anunciou o lançamento do Projeto de incubadora de Bibliotecas Comunitárias e ressaltou a importância dos onze Agentes de Leitura que estão promovendo atividades muito interessantes.

- Helenita sugeriu então que pensássemos na proposta de convocar uma próxima reunião para formação dos Grupos de Trabalho. Cláudia falou que este era o objetivo da reunião de hoje e, de fato, esperávamos cerca de duzentos participantes e que devemos sim mobilizar um maior número de pessoas para o próximo encontro. Antonio Carlos falou da expectativa gerada em torno do Plano em Caxias e informou que recebeu um e-mail de Vera Saboya, pedindo detalhamento das ações já desenvolvidas e da

necessidade de inscrever o PMLL Caxias no site do Plano Nacional de Leitura. Cláudia reforçou que, neste sentido, Henrique tem razão em exigirmos que o Poder Público assumira algumas tarefas que são de sua competência, como por exemplo, informar as ações de Caxias ao nível nacional.

- Sidney comentou estar representando o atual governo através da Secretaria Municipal de Cultura e desculpou-se no sentido de não ter muito conhecimento de tudo o que precisa ser feito para incluir Caxias no contexto nacional. Mostrou, entretanto, seu comprometimento como cidadão e presidente da Academia Duquecaxiense de Letras e Artes dispondo-se a realizar o que estiver ao seu alcance. Na ocasião, Sidney reforçou a urgência do fomento em ações de leitura no município demonstrada inclusive pelo baixo número de participantes inscritos (apenas cento e oito até a data atual) no Décimo Primeiro Concurso de Poesias de Duque de Caxias. Em virtude do baixo número, as inscrições foram prorrogadas.

- Antonio Carlos propôs que o próximo encontro fosse marcado em um prazo de quarenta e cinco dias, investindo em uma divulgação maciça, com cartazes, e-mails e ligações telefônicas.

- Cláudia sugeriu que haja a inclusão de algumas apresentações culturais e de mediadores de leitura como ocorreu nos encontros anteriores e também que o cartaz já incluía os quatro eixos temáticos que servirão de base para composição dos Grupos de Trabalho (GTs), como forma de maior esclarecimento aos futuros participantes. Luciana, da Secretaria Municipal de Cultura comprometeu-se a elaborar a arte e a reprodução dos cartazes, reassumindo a tarefa já realizada nos encontros anteriores. Luciana assumiu junto a Sidney a tarefa de convidar algumas pessoas e grupos para apresentações culturais.

- Antonio Carlos sugeriu que o lanche fique sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Sidney assumiu o compromisso de negociar isto com a mesma.

- Ficou decidido que o próximo encontro de preparação do PMLL acontecerá dia quinze de dezembro de dois mil e doze, no horário de nove às doze horas, em local a ser definido.

- Os presentes assumiram a tarefa de trocar informações por e-mail a fim de que o próximo encontro seja exitoso, tenha um grande número de participantes e para que os Grupos de Trabalho por eixos temáticos iniciem suas tarefas em prol de um município leitor. Eu, Cláudia Maria Monteiro de Freitas lavrei esta ata que vai por mim assinada junto aos demais participantes identificados na lista de presença em anexo.

Duque de Caxias, 31 de outubro de 2012.